

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA**

MUSSAGY ISMAEL SAVAI IBRAIMO

**Dinâmica migratória e avaliação dos quesitos censitários sobre migrações
internas e internacionais em Moçambique: uma análise a partir do censo 2017**

NATAL/RN

2022

MUSSAGY ISMAEL SAVAI IBRAIMO

**Dinâmica migratória e avaliação dos quesitos censitários sobre migrações
internas e internacionais em Moçambique: uma análise a partir do censo 2017**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDEM), no Centro de Ciências Exatas e da Terra (CCET), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Demografia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jarvis Campos

CO-ORIENTADOR: Prof. Dr. Wilson Fusco

NATAL/RN

2022

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Ronaldo Xavier de Arruda - CCET

Ibraimo, Mussagy Ismael Savai.

Dinâmica migratória e avaliação dos quesitos censitários sobre migrações internas e internacionais em Moçambique: uma análise a partir do censo 2017 / Mussagy Ismael Savai Ibraimo. - 2022.
106f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Programa de Pós-Graduação em Demografia. Natal, 2022.

Orientador: Dr. Jarvis Campos.
Coorientador: Dr. Wilson Fusco.

1. Demografia - Dissertação. 2. Moçambique - Dissertação. 3. Censo - Dissertação. 4. Migração - Dissertação. 5. Qualidade de dados - Dissertação. I. Campos, Jarvis. II. Fusco, Wilson. III. Título.

RN/UF/CCET

CDU 314

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradecer a Deus misericordioso pela minha saúde e força para poder continuar com os estudos.

Aos professores Jarvis Campos e Wilson Fusco meus orientadores pelo suporte incondicional, paciência e disponibilidade no seguimento da pesquisa. A todos os professores do programa de pós-graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por me terem aceite como aluno para o Programa de pós-graduação em Demografia. Aos professores Álvaro D'Antona e Ricardo Ojima por fazerem parte da minha banca.

Ao Instituto Nacional de Estatística (INE) por ter acreditado e investido em mim com esta formação e pelo suporte financeiro durante o curso. À minha família, especialmente, aos meus pais Insa Ibraimo e Assimana Bica, irmãos Saquina, Juleica Dania e Ansuar, à minha namorada Názira, aos cunhados Figas e Xaxá e sobrinhos Diimo, Ubeid, Nabil e Yanni pelo apoio e força.

Aos meus colegas da coorte 2020 e as demais coortes pela ajuda, convivência e amizade. Aos meus colegas de trabalho no Instituto Nacional de Estatística (INE), Dionísia, Maria Alfeu, Cássimo, Abdulai, Mangue e Charles do Departamento de Estudos Demográficos e do Departamento de Operações cartográficas por responder as minhas solicitações em tempo oportuno e no manuseamento dos bancos de dados.

Aos meus amigos Alberto Mate, João e Carol, Weverton e Filipe, Lela e Wilde pela convivência durante este período de dois anos e pelas contribuições com críticas na realização do presente trabalho.

Por fim, deixo meu agradecimento ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Os movimentos migratórios fazem parte da vida das pessoas, apresentando grande complexidade em suas características, nas técnicas de mensuração, suas causas e efeitos. O censo demográfico constitui a principal fonte de dados sobre os processos migratórios em Moçambique, o objetivo deste trabalho foi avaliar a qualidade dos quesitos de mensuração da migração, por meio dos microdados do censo de 2017, com a finalidade de auxiliar na análise de tendências e dinâmicas migratórias, as quais são essenciais para o planejamento de políticas públicas. Foram feitas análises de consistência dos quesitos de mensuração da migração, onde se constatou que apenas o quesito de data fixa apresentou inconsistência nos códigos das unidades geográficas do nível abaixo da província, o que determinou a escolha desta como unidade de análise. Foram aplicadas técnicas diretas de migração para o cálculo das medidas como número de emigrantes, imigrantes, saldos migratórios, taxas líquidas de migração e índice de eficácia migratória, que auxiliaram na análise das tendências e dinâmicas migratórias internas e internacionais. Os resultados obtidos mostraram que o perfil dos migrantes é predominantemente de jovens em idade ativa, sendo solteiros ou em união marital, e apresentando nível baixo a médio de escolaridade. Evidenciou-se uma tendência similar entre as migrações recentes e quinquenais e redução da imigração internacional, associada a questões de insegurança, causadas pelo ressurgimento de conflito político-militar no período de 2013 a 2019 na região Central do país. Em termos de distribuição espacial, verificou-se maior concentração de fluxos migratórios entre províncias de uma mesma região (intra-regional), que pode ser resultante do desenvolvimento registrado localmente em decorrência dos investimentos realizados, com destaque para os megaprojetos na indústria extrativa nas regiões Central e Norte. Deste modo, conclui-se que os fatores socioeconômicos, políticos e desastres naturais (secas, inundações e ciclones), podem estar dentre os que mais influenciaram na dinâmica migratória em Moçambique.

Palavras chaves: Moçambique, Censo, Migração, Qualidade de dados

ABSTRACT

Migratory movements are part of people's lives, presenting great complexity in their characteristics, measurement techniques, causes and effects. As the demographic census is the main source of data on migratory processes in Mozambique, the objective of this work was to evaluate the quality of migration measurement question, using microdata from the 2017 census, in order to assist in the analysis of trends and migratory dynamics, which are essential for public policy planning. Consistency analyzes of the migration measurement question were performed, where it was found that only the fixed date item showed inconsistency in the codes of the geographic units of the level below the province, which determined the choice of this as the unit of analysis. Direct migration techniques were applied to calculate measures such as the number of emigrants, immigrants, balance of migration, net migration rates and migratory efficiency index, which helped in the analysis of internal and international migratory trends and dynamics. The results obtained showed that the profile of the migrants is predominantly of young people of working age, being single or in a marital union, and presenting a low to medium level of schooling. There was a similar trend between recent and five-year migrations and a reduction in international immigration, associated with issues of insecurity, caused by the resurgence of political-military conflict in the period from 2013 to 2019 in the Central region of the country. In terms of spatial distribution, there was a greater concentration of migratory flows between provinces of the same region (intra-regional), which may be the result of the development registered locally as a result of the investments made, with emphasis on the megaprojects in the extractive industry in the regions Center and North. In this way, it is concluded that socioeconomic, political and natural disasters may be among those that most influenced the migratory dynamics in Mozambique.

Keywords: Mozambique, Census, Migration, Data quality.

LISTA DE SIGLAS

FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
RENAMO	Resistencia Nacional de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística
SENAMI	Serviço Nacional de Migração
ZEE	Zona Económica Especial
ZFI	Zona Franca Industrial
IEM	Índice de Eficácia Migratória
SM	Saldo Migratório
TLM	Taxa Líquida de Migração
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 População, incremento absoluto e relativo, taxa de crescimento exponencial, segundo área de residência e província, Moçambique, 2007 e 2017.....	16
Tabela 2 Variáveis selecionadas do perfil sócio demográfico, censo Moçambique, 2017	44
Tabela 3 Classificação do Índice de Eficácia Migratória – IEM.....	52
Tabela 4 Inconsistências na declaração do distrito de residência há 5 anos por províncias, Moçambique 2017.....	58
Tabela 5 Teste de avaliação de inconsistência dados Razão de migrantes de data fixa de 5 anos por 1 ano.....	59
Tabela 6 Migrantes de data fixa de 1 e 5 anos segundo idade simples.....	60
Tabela 7 Matriz de origem e destino de data fixa de 5 anos entre as províncias 2012-2017	63
Tabela 8 Matriz de origem e destino de migrantes interprovinciais de data fixa de 5 anos, quinquênio 2012-2017	64
Tabela 9 População total, volumes de imigração, emigração de data fixa e trocas migratórias por províncias, período de 2016-2017 e 2012-2017	70
Tabela 10 Índice de eficácia migratória por província, Moçambique 2007-2017.....	71
Tabela 11 Pessoas que residiam no estrangeiro há 5 anos antes da data de referência do censo e sua participação relativa segundo províncias, Moçambique 2002-2007, 2012-2017	89
Tabela 12 Imigrantes de retorno de Data Fixa, por províncias, Moçambique 2012-2017	95
Tabela 13 Imigrantes de curto prazo, percentual em relação ao total de imigrante por tempo de residência menor que 5 anos e imigrantes de data fixa 5 anos.....	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa de localização e divisão política dos distritos por grandes regiões de Moçambique	14
Figura 2 Mapa de localização geográfica e divisão administrativa de Moçambique	15
Figura 3 Diagramas sobre os diferentes movimentos migratório a partir dos quesitos diretos de migração (data fixa e última etapa).....	49
Figura 4 Organograma do procedimento metodológico da pesquisa	56
Figura 5 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Sul, Maputo cidade 2017	74
Figura 6 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Sul, província de Maputo, 2017.....	75
Figura 7 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Sul, província de Gaza, 2017	76
Figura 8 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Sul, província de Inhambane, 2017.....	77
Figura 9 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Centro, província de Tete, 2017	80
Figura 10 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Centro, província de Manica, 2017.....	81
Figura 11 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Centro, província da Zambézia, 2017.....	82
Figura 12 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Centro, província de Sofala, 2017	83
Figura 13 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Norte, província de Nampula, 2017	85
Figura 14 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Norte, província de Cabo Delgado, 2017.....	86
Figura 15 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Norte, província de Niassa, 2017.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Número de migrantes interprovinciais de homens e mulheres, Moçambique 2012-2017 e 2016-2017	59
Gráfico 2 Migrantes de data fixa de 1 e 5 anos por tempo de residência.....	61
Gráfico 3 Razão de sexo dos imigrantes e emigrantes de data fixa do quinquênio 2012-2017, segundo grupo etário.....	66
Gráfico 4 Estado civil dos migrantes internos de data fixa 2012-2017	67
Gráfico 5 Nível de escolaridade dos não migrantes e migrantes internos interprovinciais de data fixa 2012-2017.....	68
Gráfico 6 Número de imigrantes internacionais em Moçambique, nos quinquênios 2002-2007 e 2012-2017	88
Gráfico 7A Padrão etário dos imigrantes de retorno de data fixa por província, do quinquênio 2012-2017, Moçambique	91
Gráfico 7B Padrão etário dos imigrantes de retorno de data fixa por província, do quinquênio 2012-2017, Moçambique	92
Gráfico 8A Padrão etário dos imigrantes de retorno de data fixa por província, do quinquênio 2012-2017, com nível de escolaridade baixo, Moçambique	93
Gráfico 8B Padrão etário dos imigrantes de retorno de data fixa por província, do quinquênio 2012-2017, com nível de escolaridade baixo, Moçambique	93

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CORRENTES TEÓRICAS SOBRE MIGRAÇÃO E SUAS INTERFACES COM AS MIGRAÇÕES EM MOÇAMBIQUE	20
	2.1 MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO	25
	2.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A MIGRAÇÃO EM MOÇAMBIQUE	29
3	METODOLOGIA	38
	3.1 DESCRIÇÃO DOS QUESITOS DE MIGRAÇÃO	38
	3.2 ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DOS QUESITOS DE MIGRAÇÃO ...	41
	3.3 SELETIVIDADE MIGRATÓRIA	43
	3.4 TÉCNICAS DE ESTIMAÇÃO DAS MIGRAÇÕES	45
	3.4.1 Técnicas Diretas	45
	3.4.2 Potencialidades, limitações dos quesitos e medidas de migração	46
	3.4.3 Técnicas Indiretas	52
	3.5 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA	53
	3.5.1 Variáveis selecionadas para a análise da seletividade migratória	53
	3.5.2 Etapa 1- Análise de qualidade dos quesitos do censo	54
	3.5.3 Etapa 2- Tendência e distribuição espacial dos movimentos migratórios	55
4	RESULTADOS	57
	4.1 ANÁLISE DE QUALIDADE DOS QUESITOS CENSITÁRIOS DO CENSO 2017 DE MOÇAMBIQUE	57
	4.1.1 Teste dos dois quesitos de data fixa	58
	4.1.2 Teste dos quesitos de data fixa com relação à idade	60
	4.1.3 Teste do quesito de tempo de residência com relação a data fixa	60
	4.2 TENDÊNCIAS E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS	65
	4.2.1 Atributos sociodemográficos	65
	4.2.2 Fluxos migratórios interprovinciais de data fixa	68
	4.2.3 Dinâmica migratória por províncias	70

4.2.4 Fluxos migratórios das províncias por grandes regiões	71
4.2.5 Imigração internacional	88
4.2.6 Migração de retorno de data fixa.....	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

1 INTRODUÇÃO

Moçambique situa-se na faixa sul-oriental do Continente Africano. Ao Norte faz limite com a Tanzânia; ao Oeste com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Swazilândia; e ao Sul com a África do Sul. Toda a faixa leste é banhada pelo Oceano Índico numa extensão de 2.470 km, e conta com uma superfície terrestre de 799.380 km². A sua localização geográfica tem um papel vital para a economia do país e para os países vizinhos do interior, servindo de corredor de transporte para circulação de bens e serviços de e para o exterior, através do oceano, a partir dos portos moçambicanos.

Moçambique registrou um crescimento médio anual da população de 2,6% entre o período de 2007-2017, o que corresponde ao acréscimo de 6.266.671 habitantes, representando um incremento de 0,1 ponto percentual em comparação com o crescimento verificado no período intercensitário de 1997-2007. Em relação a área urbana, cabe destacar o maior crescimento médio anual, passando de 2,2% do período anterior para 3,9% em 2007-2017, o que corresponde a uma variação de 48%. Por seu turno, a área rural registrou uma variação de 29,3%, correspondente a uma taxa de crescimento médio anual de 2,6% no último período. Isso significa que 30% da população moçambicana em 2007 residia na área urbana, tendo passado para 33,4% em 2017. Em termos relativos parece uma variação diminuta, porém, corresponde em termos absolutos a cerca de 9 milhões de habitantes.

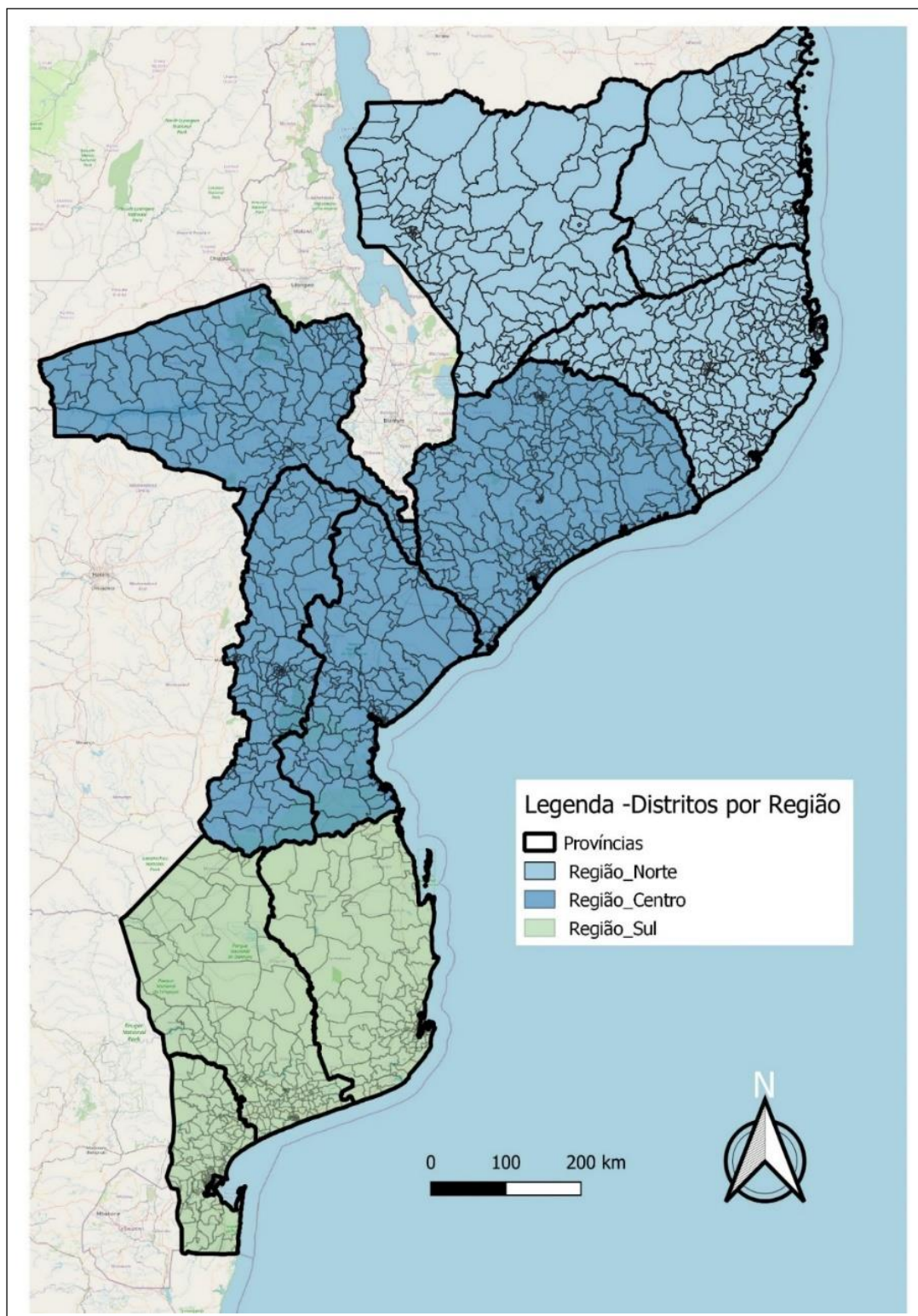
Moçambique conta com uma população majoritariamente feminina, com razão de sexo de 0,93. Esse resultado pode levantar hipóteses sobre o comportamento das componentes da dinâmica demográfica, principalmente a mortalidade e a migração, segundo Camarano (2005, p. 121):

A razão de sexos varia em função da idade. Por exemplo, nascem mais homens que mulheres. Ao nascer, na maioria dos países ela é aproximadamente de 105 ou 106 homens para 100 mulheres. Este é um padrão internacional. Após o nascimento, essas razões variam (em geral, declinam) devido aos padrões de mortalidade e movimentos migratórios que são diferenciados por sexo e idade (CAMARANO, 2005, p.121).

O País está dividido em três grandes regiões: a Norte que compreende as províncias e respetivas capitais de Cabo Delgado (Pemba), Niassa (Lichinga), Nampula (Nampula); a região Centro, que conta com Zambézia (Quelimane), Tete (Tete), Manica (Chimoio), Sofala (Beira); e, por fim, as províncias de Inhambane (Inhambane), Gaza (Xai-Xai), Maputo (Matola) e Cidade de Maputo, a capital do País,

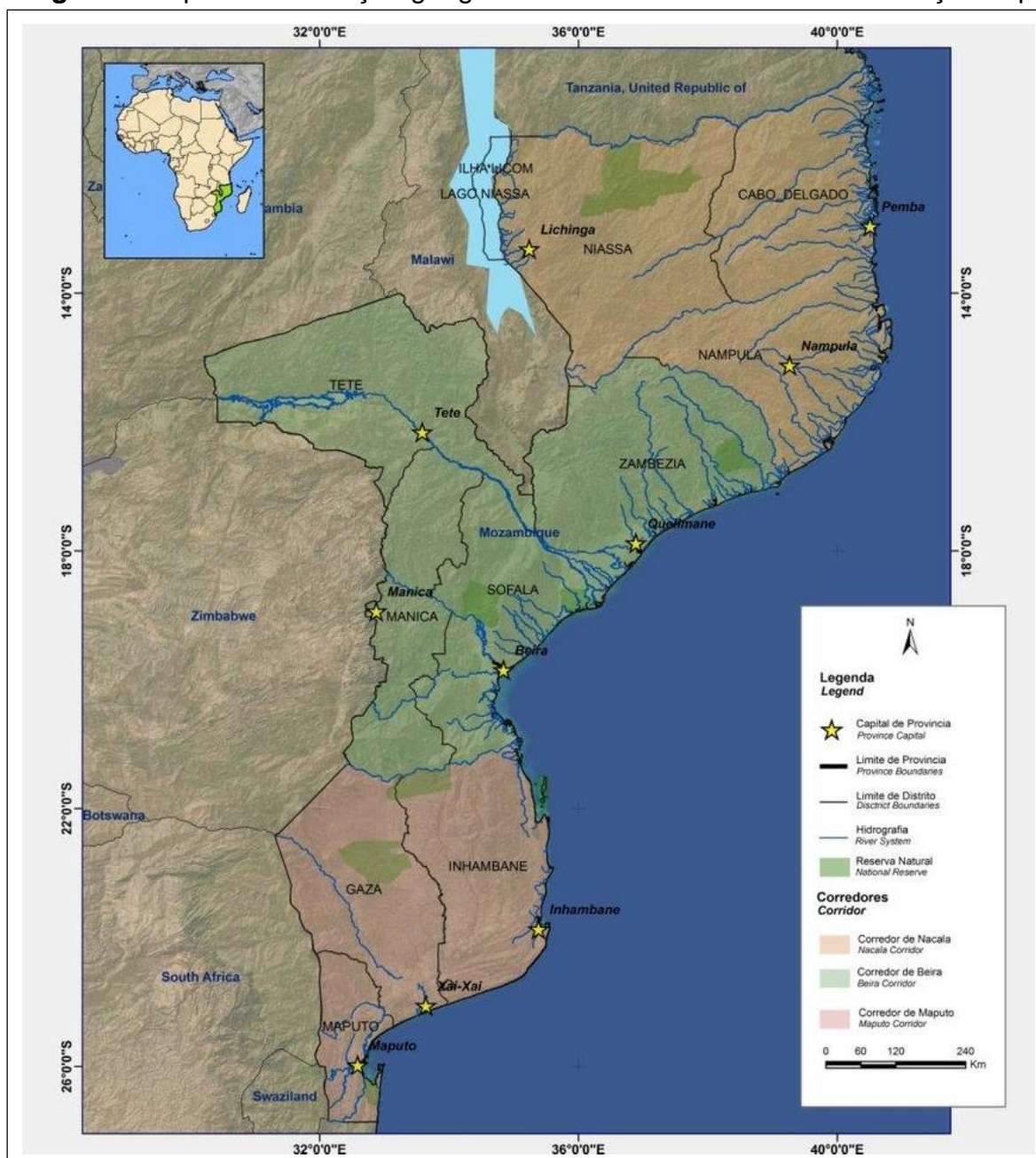
que corresponde à região Sul. Por sua vez as províncias estão divididas por distritos (162), entre eles urbanos e rurais.

Figura 1 Mapa de localização e divisão política dos distritos por grandes regiões de Moçambique



Fonte: Cartografia do INE, Moçambique 2017.

Figura 2 Mapa de localização geográfica e divisão administrativa de Moçambique



Fonte: Cartografia do INE, Moçambique 2017.

Os dados demográficos de 2007 a 2017 mostram que a população moçambicana tem crescido nos últimos anos, sendo a província menos populosa a de Maputo cidade, e a mais populosa a província de Nampula, que por sinal foi a que registrou o maior crescimento no período intercensitário, de acordo com dados do INE (tabela 1).

Tabela 1 População, incremento absoluto e relativo, taxa de crescimento exponencial, segundo área de residência e província, Moçambique, 2007 e 2017

Área de residência e província	População (N)		Incremento (N)	Variação (%)	Taxa de crescimento exponencial anualizada (%)
	2007	2017	2007-2017	2007-2017	2007-2017
Total	20.632.434	27.864.265	7.231.831	35,1	2,6
Urbana	6.269.621	9.290.347	3.020.726	48,2	3,9
Rural	14.362.813	18.573.918	4.211.105	29,3	2,6
Niassa	1.213.398	1.808.010	594.612	49,0	3,4
Cabo Delgado	1.634.162	2.316.842	682.680	41,8	3,0
Nampula	4.084.656	5.750.350	1.665.694	40,8	2,4
Zambézia	3.890.453	5.156.587	1.266.134	32,5	2,6
Tete	1.807.485	2.644.650	837.165	46,0	3,1
Manica	1.438.386	1.942.781	504.395	35,0	2,9
Sofala	1.685.663	2.255.439	569.776	34,0	2,9
Inhambane	1.304.820	1.486.340	181.520	14,0	1,0
Gaza	1.236.284	1.420.109	183.825	15,0	0,6
Maputo	1.225.489	1.964.779	739.290	60,0	4,2
Maputo Cidade	1.111.638	1.118.378	6.740	0,6	0,2

Fonte: Elaboração própria, INE, Censos Demográficos 2007e 2017.

A região Sul do país historicamente era a maior fornecedora de mão-de-obra para as minas de ouro e plantações na vizinha África do Sul, devido a sua localização geográfica, daí que as migrações internas em Moçambique tendiam para o sul do país (RAIMUNDO, 2010; MOANAMUHA, 2010). A partir da década de 2000, contrariando as tendências anteriores, as regiões Centro e Norte do país passaram a desempenhar um papel importante no crescimento econômico nacional, devido à implantação dos megaprojetos da indústria extrativa, configurando uma maior atração para os investimentos estrangeiros e nacionais, e conseqüentemente maior atração migratória (AGY *et al*, 2018).

Os movimentos migratórios em Moçambique caracterizam o dia a dia da população, no que diz respeito a questões socioeconômicas, manifestando-se de formas diferentes em cada uma das regiões do País. Esses movimentos estão na sua maioria associados à busca por melhores oportunidades de emprego e melhoria das condições de vida, tanto em relação às migrações internas como internacionais, neste caso a partir de fluxos com países vizinhos, em especial África do Sul na região Sul e Zimbabwe na região central (RAIMUNDO, 2011).

Essa visão corrobora com Salia (2018), ao afirmar que os laços históricos entre Moçambique e África do Sul foram responsáveis por uma alta mobilidade e migração

interna e transfronteiriça desde os finais do Sec. XIX, quando mais de 100 mil moçambicanos por ano emigraram para trabalhar nas minas. Em relação à região central, Moçambique faz fronteira com três países, nomeadamente, Malawi, Zâmbia e Zimbabué, que também têm relações históricas devido a proximidades geográficas, somado ainda às similaridades socioculturais, o que, em momentos de crises políticas e ambientais vividos em Moçambique, permitiu que pessoas se refugassem naqueles países, com maior destaque para Zimbabwe (CEBOLA, 2018).

Vários estudos foram desenvolvidos com enfoque nas regiões Sul e Central de Moçambique (tanto em relação às migrações internas como internacionais), contrastando com a região norte, que apresenta um déficit de estudos sobre os padrões migratórios, o que é algo bastante intrigante, pois a região norte possui um importante papel nas migrações internas de Moçambique, na medida em que recebe grandes contingentes de imigrantes que se estabelecem, provisória ou definitivamente, naquela região do País (PATRICIO, 2015).

Nos últimos anos, o País tem registrado melhorias no que diz respeito aos indicadores socioeconômicos, tendo passado da posição de 172º, com IDH de 0,384 em 2007, para 45º posição, com 0,456 em 2017, embora continue na categoria dos países com baixo índice (PNUD, 2020). Com a assinatura de acordos¹ de paz, em 1992 (JOÃO, CHONGO; 2015), o ambiente ficou propício para o desenvolvimento de uma fase de reestruturação econômica, a partir de políticas desenhadas pelo governo, com o objetivo de atrair de forma acelerada investimentos externos; com destaque para a exploração de recursos naturais, como carvão, areias pesadas, ouro, pedras preciosas, petróleo, gás etc.

Em Moçambique, a primeira Zona Econômica Especial com designação (ZEE) foi criada na região Norte do país, especificamente em Nacala, província de Nampula, pelo decreto 76/2007, compreendendo uma área total de 1.307 quilômetros, que abrange dois distritos, nomeadamente Nacala porto e Nacala-à-velha. Essas zonas tinham um tratamento especial para todos os projetos que lá se instalassem, como forma de atração de investimentos do capital estrangeiro. Preconizavam a atribuição de benefícios fiscais a todos os projetos e empresas privadas que se instalassem na

¹ Em 1992, ano em que o país assinalava 17 anos de Independência, Moçambique registou um marco importante na sua História, a reconquista da Paz. Com efeito, a 04 de Outubro de 1992, o Presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano e o líder da RENAMO, Afonso Marceta Macacho Dhlakama assinaram o Acordo Geral de Paz, na capital italiana, Roma, pondo fim a 16 anos de hostilidades no país (JOÃO, CHONGO, 2015; p. 37).

ZEE, dentre eles a isenção de direitos aduaneiros na importação de matérias primas para as suas atividades. Como consequência disso verificou-se um ritmo acelerado de criação de empregos e com melhores remunerações, em comparação com os demais setores. Cabe destacar que pelo mesmo decreto foi criada a Zona Franca Industrial (ZFI), que segundo Matos e Medeiros (2012) resultou na Zona Franca Industrial de Moma, também em Nampula, uma das maiores reservas de areias pesadas do mundo, de extração de minérios como ilmenite, zircão e rutilo (no distrito de Larde, província de Nampula), pela gigante Australiana KENMARE.

Ainda na região norte do país, especificamente na província de Cabo Delgado, observou-se uma nova dinâmica devido à prospecção do petróleo e gás natural na Bacia do Rovuma, nos distritos de Palma, pelas empresas petrolíferas Eni East Africa (italiana) e Anadarko (americana), a Statoil ou a Petronas, o que fez com que fosse acompanhado por mais investimentos em áreas como imobiliária, para habitação e comércio, armazéns para dar resposta à procura, devido à chegada repentina de técnicos estrangeiros (AGY *et al*, 2018).

Na região Central do país, especificamente na província de Tete, foi também criada a Zona Franca Industrial de Moatize, que conta com três megaprojetos de exploração de carvão mineral instalados, pela Companhia Vale do Rio Doce, designada por Vale de Moçambique, e a *Riversdale Mining*, designada *Riversdale Moçambique*, (MATOS e MEDEIROS, 2012). Na ótica de Manuel (2019), a Zona Especial Econômica de Moatize em Tete, cujas atividades principais são de extração e exploração de carvão (do empreendimento Vale Moçambique), teve um grande impacto sobre a província de Nampula, na medida em que é no distrito de Nacala-a-velha onde estão as principais instalações de escoamento de carvão mineral, através do porto de Nacala, para Índia China e Brasil.

O Porto de Nacala é o terceiro maior com águas profundas na costa oriental de África, o que possibilita condições excepcionais de navegabilidade e a entrada/saída de navios sem limitação durante todo o dia sem necessitar de dragagem (IMPACTO, 2012; p.29).

Foi à base desses projetos que as multinacionais investiram em infraestrutura, como a linha férrea que liga as regiões Centro e Norte a partir das províncias de Tete e Nampula. A implementação desses grandes projetos em Moçambique e a expectativa de desenvolvimento econômico decorrente dessas atividades geraram uma grande mobilidade de pessoas, tanto de fluxos internos como de fluxos

internacionais, em grande parte associados aos fatores de atração por motivos econômicos e pela busca pelo emprego.

Contudo, são poucos os estudos que tratam da temática sobre migração interna e internacional em Moçambique, e há uma carência de estudos que explorem a qualidade das informações disponíveis sobre migração. Neste contexto, **o presente estudo se propõe a realizar uma análise exploratória a qualidade dos quesitos de migração do Censo de 2017, assim como analisar as tendências recentes das migrações internas e internacionais, bem como o impacto da migração na dinâmica de redistribuição espacial da população de Moçambique.**

O trabalho tem como objetivo geral: Analisar a qualidade dos quesitos de migração do Censo de 2017, bem como analisar as tendências recentes das migrações internas e internacionais, e o impacto da migração na dinâmica de redistribuição espacial da população de Moçambique.

Como objetivos específicos os seguintes:

- i. Avaliar a consistência da informação dos quesitos censitários sobre migração interna do censo de Moçambique de 2017;
- ii. Investigar, por meio de estatística descritiva e técnicas de análise espacial, as tendências recentes no volume, nos fluxos migratórios internos interprovinciais e na imigração internacional de Moçambique, bem como suas seletividades, a partir dos dados censitários de 2017.
- iii. Analisar o impacto da migração na dinâmica de redistribuição espacial da população, bem como na composição da população, de Moçambique.

2 CORRENTES TEÓRICAS SOBRE MIGRAÇÃO E SUAS INTERFACES COM AS MIGRAÇÕES EM MOÇAMBIQUE

A complexidade dos estudos sobre os fluxos migratórios no mundo traz como desafio a ausência de consensos em relação às inúmeras correntes epistemológicas existentes no campo das migrações, existindo assim muitas teorias fragmentadas que de alguma forma não dialogam entre elas (MASSEY *et al*, 1990). Das três componentes da dinâmica demográfica, a migração é a mais complexa de se estudar, visto ser um fenômeno que pode ocorrer em diferentes momentos do ciclo de vida das pessoas, contrariamente à fecundidade e à mortalidade, que ocorrem apenas uma única vez. Ademais, o processo migratório está relacionado não apenas com o número de vezes que um indivíduo pode realizá-lo, mas também com o intervalo do tempo (com a dimensão temporal), o que torna ainda mais complexo de se analisar o fenômeno (CASTIGLIONI, 2009; MARINUCCI, MILESI, 2005).

Por sua vez, Castiglioni (2009) argumenta que a migração é um evento com grande potencial de modificação da dinâmica populacional, e num curto intervalo de tempo, sendo que a mudança de residência pode ser influenciada por questões econômicas, sociais, políticas, ambientais e outros, não dependendo apenas de efeitos biológicos, o que torna quase impossível definir o seu padrão. Welti (1997) afirma que a Migração é um fenômeno social, definido pela estrutura econômica, social e cultural da região em que ocorre. Nesse contexto, as tendências mais recentes mostram que a mobilidade entre espaços menores, interestaduais ou intra-estaduais, sobretudo mobilidade pendular, estão ligados a processos de desenvolvimento desigual (SILVA; NUNES; QUEIROZ, 2018; SILVA, 2019). Esta tendência é verificada em algumas províncias e cidades moçambicanas devido a requalificação de áreas administrativas, em decorrência do desenvolvimento socioeconômico, principalmente nas províncias de atração de investimentos na área extrativa, notadamente Tete e Cabo Delgado e Nampula.

No trabalho pioneiro de Ravenstein, intitulado “Leis da migração” (em 1885 a partir dos dados do censo Britânico de 1881) veio a suprir uma das grandes lacunas existentes na temática da migração, e serviu como referência para o surgimento de vários outros estudos desenvolvidos por vários cientistas sociais. Lee (1966) define migração como uma mudança permanente ou semipermanente de residência e que nenhuma restrição é colocada sobre a distância deste deslocamento. Por sua vez, o

autor comenta que não importa quão longo ou curto, fácil ou difícil seja a migração, cada ato desta migração envolve as seguintes variáveis: uma origem, um destino e um conjunto intermediário de obstáculos, que podem ser, distância, clima, hábitos alimentares custo de transporte, leis imigratórias, mudanças de cultura, efeitos psicológicos etc; contrariamente ao proposto pelo Ravenstein (1980) em suas leis, que, segundo Arango (1985), descreve as relações de movimentos migratórios entre as áreas de origem e destino.

Na teoria da migração de Lee, as migrações são associadas por um lado aos fatores negativos (repulsão) no local de origem, que estimulam as emigrações (saída das pessoas), e por outro, aos fatores positivos (atração) na área de destino, que estimulam a imigrações. Essas forças de repulsão e atração exercem influência sobre os migrantes, mostrando que as desigualdades regionais estão por detrás do processo migratório.

Neste contexto, havendo a necessidade de tomar uma decisão no processo de migração, quer seja de forma coletiva ou individual, é importante ter em conta alguns fatores associados que foram descritos por Lee (1966), como fatores associados à área de origem; de destino e obstáculos intervenientes. Cabe destacar que estes fatores atuam de forma diferente para diferentes pessoas, podendo ser positivos para uns e negativos para outros, ou até indiferentes em alguns casos. O autor considera que o conhecimento do destino é raramente exato, podendo estar revestido de incerteza, mistérios ou ignorância de quem vai migrar, pois o único conhecimento do local de destino que se tem é apenas a informação, sendo que as vantagens e desvantagens da área só são conhecidas se nela viver (LEE, 1966).

No entanto, existem fatores decisivos para a escolha da migração que, segundo Patrício (2015), seria a interação entre os dois locais, do ponto de vista da possibilidade de melhoria de condições salariais, a partir de um bom emprego, distância, custo de deslocação, barreiras linguísticas, culturais ou étnicas. Em relação à área de origem o cenário é diferente, por que a tomada de decisão de deixar o local é bem mais fácil, pois o potencial emigrante dispõe de quase toda informação sobre ela, incluindo as motivações que o fazem tomar essa decisão.

É mais racional quando os fatores de atração de um local são mais predominantes que os fatores de repulsão. Este sentido pode influenciar o mercado de trabalho a atuar como mecanismo adequado para regular o fluxo, sendo que, do

contrário, pode causar um desequilíbrio nas taxas de oferta de emprego, dos fluxos migratórios, resultando em superorganização, com o surgimento de empresas terceirizadas; sendo que esse padrão é típico de países em desenvolvimento, segundo exposto por Arango (1985).

Os fatores pessoais estão associados às decisões individuais que a pessoa toma no ato de migrar, que podem retardar ou facilitar o processo. Tem a ver com a informação que o indivíduo tem na origem, sobre quais expectativas no local de destino e se de fato tem alguma chance de melhorar a sua condição de vida. De acordo com Lee (1966), o ato de migrar está relacionado aos fatores associados à área de destino, que em tese o migrante iria suprir suas necessidades e anseios, e aos fatores associados a área de origem, onde faltam oportunidades de trabalho e de acesso à educação, saúde, etc. No entanto, este autor considera que, apesar dos fatores já mencionados, existem pessoas que migram só por migrar, enquanto outras precisam de razões muito fortes para tal, concluindo deste modo não haver racionalidade nesse ato. No entanto, era comum que os migrantes permanecessem “marginalizados”, após o movimento migratório, pois nem sempre era possível ter acesso por exemplo a educação ou grande ascensão social.

Partindo de uma abordagem histórico-estruturalista, Singer (2018) preconiza que os fatores de expulsão que originam as migrações são de duas categorias: fatores de mudança e fatores de estagnação. Cabe destacar que esses dois fatores agem de forma oposta, e estimulam a emigração da população rural, apesar de ser em magnitudes diferentes. Os fatores de mudanças têm a ver com o processo de industrialização, onde acaba atingindo o setor de agricultura, e como consequência disso, registra-se um aumento da produtividade em decorrência da mecanização, o que reduz drasticamente a mão de obra, e conseqüentemente o desemprego. Os fatores de estagnação estão associados à ociosidade da terra, bem como à incapacidade de aumento da produtividade por parte da população que pratica agricultura de subsistência, não permitindo deste modo a obtenção de rendimentos para suprir outras necessidades básicas.

As desigualdades regionais abordadas pelo teórico estruturalista Singer (2018) podem ser consideradas como o engenho principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos padrões capitalistas, onde a industrialização traz uma transferência de pessoas e atividades do campo para as cidades. O autor

acrescenta ainda que em qualquer circunstância, o nível de vida dos migrantes pode continuar baixo, sem horizontes culturais e sem oportunidades econômicas, fenômeno este que ele conceituou como “marginalidade”, em alusão ao processo migratório na América-latina, que contribuiu para aumento da população, sem nenhuma integração na economia capitalista e sem participação de organizações sociais e nem sequer benefícios de alguns serviços sociais.

Já em relação às correntes neoclássicas, o migrante tem sempre a expectativa de chegar no local de destino e conseguir emprego, no entanto, nem sempre isso acontece, por razões acima descritas, consubstanciadas no estudo sobre emprego de Todaro (1969), que afirma existir um risco de o migrante ficar desempregado logo que chega à cidade de destino, por várias razões, das quais se pode destacar a falta de qualificação. Esse cenário é visível em algumas províncias de destino em Moçambique, tal como a província da Cidade de Maputo que acolhe migrantes de quase todo o país, destacando-se ao aumento significativo de imigrantes da província da Zambézia, cuja maioria se encontra em mercados informais ou noutras atividades domésticas, alternativa de sobrevivência (PATRICIO, 2016; SITOE, 2000), por falta de qualificação.

Na mesma perspectiva, a visão neoclássica de Borjas (1989) defende que a falta de qualificações de um migrante na área de acolhimento pode contribuir para sua vulnerabilidade no mercado de trabalho, levando os migrantes a terem rendimentos mais baixos que os nativos. Este cenário acontece devido à segmentação do mercado de trabalho em países desenvolvidos que, segundo Brzozowski (2012), está estruturado em dois segmentos: o primário, que oferece salários altos e boas condições de trabalho; enquanto o secundário, que corresponde ao segmento que apresenta instabilidade com remunerações baixas e condições deploráveis. Daí que os trabalhadores nativos rejeitam os empregos do segmento secundário, e sem mais alternativas os imigrantes sem qualificações acabam aceitando esses empregos. Neste contexto, Martine (1980, p. 957), afirma que no senso comum:

A população natural se encontra sistematicamente numa situação socioeconômica superior à dos migrantes. Comparando, os dois grupos em termos de variáveis como nível educacional, taxas de atividade, níveis de emprego, posicionamento na estrutura ocupacional, distribuição de renda ou participação no setor informal, chega-se à conclusão de que, a nível agregado, a situação dos não-migrantes é globalmente superior à dos migrantes nos lugares de destino; este diferencial resultaria da incapacidade dos migrantes de competir em igualdade de condições com os naturais no mercado de trabalho (MARTINE, 1980, p. 957).

Uma das formas de minimizar a ocorrência dessa marginalização é o investimento na formação, como foi defendido pelo teórico neoclássico Sjaastad (1962), no qual a migração deve ser tratada como um investimento em capital humano, ou seja, um investimento que apresenta custos, mas que também gera retornos. Segundo Bilsborrow (1980) a teoria de investimento humano de Sjaastad (1962), considera a decisão de migrar como um investimento que envolve custos e retornos esperados dos migrantes ao longo do tempo, sendo que esses custos não se circunscrevem apenas aos custos monetários, mas também aos de característica não monetária.

Os custos não monetários, do ponto de vista de Sjaastad (1962), são mais significativos que os monetários, sendo que ele tem um efeito psicológico muito grande, na medida em que os migrantes têm de deixar os locais de nascença, onde tem já uma afeição por ela, tem amigos familiares, hábitos e costumes, para se instalar num destino novo, com tudo diferente. Cabe destacar que esses custos não são mensuráveis, e caso fossem devido a sua sensibilidade deveria se ter mais atenção a eles, pois os danos causados pelos custos psicológicos são difíceis de reverter. De tal forma que esses custos não são considerados investimento, por não envolverem nenhum recurso econômico (SJAASTAD, 1962).

Segundo o mesmo autor há que considerar também, custos de oportunidade, que se que incorrem pelo fato de a pessoa abrir mão de qualquer ganho, que teria se não tomasse a decisão de migrar, desde o custo de transporte, despesas de instalação no local de destino e até mesmo a despesa de formação para o novo emprego. Importa referir que o tempo necessário para encontrar um novo emprego dependerá do nível de desemprego no local de destino, podendo o migrante ter que passar um tempo indeterminado de incerteza. Sobre os custos monetários, Sjaastad (1962) diz não ter dados sobre as despesas de deslocamento dos migrantes, no entanto eles podem ser estimados a partir de informações fornecidas pelos migrantes durante o seu deslocamento, quer seja individual ou familiar. Estes cenários poderão variar em função do tipo de fluxo migratório a serem tomados, se são do meio rural-urbano ou urbano-rural.

Bilsborrow (1980) entende que o modelo de Todaro, sobre a migração rural urbano, é a extensão da teoria do investimento humano, na medida que o potencial migrante decide migrar na expectativa de que os salários urbanos sejam melhores e com chance de obter um emprego no setor urbano moderno. No entanto, o mercado

de trabalho na zona urbana está dividido em setor urbano moderno e urbano tradicional. Daí que grande parte dos imigrantes são absorvidos pelo setor urbano tradicional, que absorve maior força de trabalho, enquanto esperam uma oportunidade para o setor urbano moderno. Na perspectiva de Feijó e Ibraimo (2016) as taxas de migração rural urbano podem continuar altas, mesmo que as taxas de desemprego urbano sejam altas, pois fatores como segurança no meio urbano em Moçambique, também exercem um papel de atração da população sobretudo durante o período de guerra, gerando assim oportunidades migratórias. Esse cenário foi verificado durante vários anos em Moçambique vivenciou momentos de instabilidade e que aumentou a mobilidade humana em direção aos centros urbanos isto porque eram locais mais seguros (FEIJÓ, IBRAIMO;2016).

2.1 MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

Historicamente, a migração era vista como um fenômeno intrinsecamente ligado ao desenvolvimento socioeconômico, embora na maior parte das vezes fosse tido como resultado dos desequilíbrios do capitalismo, podendo também exercer alguma influência sobre o desenvolvimento (NYBERG-SORENSEN *et al.*, 2002). No entanto, segundo o autor, a relação entre migração e desenvolvimento variou ao longo do tempo, dependendo do momento histórico em que a migração ocorria, podendo ser benéfica ou prejudicial ao desenvolvimento. Como consequência, era evidente que as políticas de migração e desenvolvimento tivessem que ser ajustadas à nova realidade, isso porque as pressões da imigração na Europa já tinham atingido níveis intoleráveis (NYBERG-SORENSEN *et al.*, 2002).

Em estudo mais recente, Brzozowski (2012) argumenta que havia uma falsa percepção de que os movimentos migratórios eram causados pela ausência de desenvolvimento. Porém, segundo as teorias de migração, a nova economia da migração aponta que não são mais os pobres que migram, pois, o processo de migração, principalmente internacional, envolve riscos e custos.

Portanto, no começo o fluxo migratório é dominado pelos indivíduos que pertencem, como no caso brasileiro, à “classe média empobrecida”, então o grupo que pode financiar sua migração. O gradual desenvolvimento econômico na área de origem é associado com o progresso na educação e enriquecimento da população. Dessa maneira, cresce o grupo que dispõe de recursos financeiros e acesso a informações necessárias para emigrar (BRZOWSKI, 2012, p.142).

Haas (2010) e Schimitz (2015) vincularam o desenvolvimento econômico à migração, de acordo com as leis de Ravenstein, estabelecidas no sec. XIX, e evidenciaram uma relação de causalidade entre elas, concluindo que esse era o principal motivo para a mobilidade humana. Haas (2010) afirma existirem ideias opostas em relação ao desenvolvimento econômico e migração de diferentes teóricos. Na sua perspectiva, alguns autores postulam que o desenvolvimento no país de origem reduziria a migração internacional, partindo do princípio de que os níveis de riqueza são inversamente proporcionais à migração. Entretanto, Haas enfatiza que por um lado, esses pressupostos são baseados em modelos “*push-pull*”, neoclássicos, no qual a migração atual serve para equilibrar as desigualdades salariais e as assimetrias entre demanda e oferta de mão de obra. Por outro lado, um grupo de teóricos refere que o desenvolvimento leva a níveis mais elevados de migração e que as sociedades passam por transições de migração (HAAS, 2010).

De acordo Brzozowski (2012, p 142) “o desenvolvimento exerce influência profunda sobre a migração, fenômeno que é descrito na literatura como “*elevação migratória*” (*migration hump*). Importa realçar que as teorias neoclássicas não se limitam à perspectiva econômica, pois há a questão social. Ou seja, nem todas as pessoas migram em busca de um melhor ambiente econômico ou por força da pressão populacional, porém o fazem em busca de uma vida satisfatória e condições de estabilidade política e de segurança nos locais de destino (LEE, 1966).

Segundo Haas (2010), na medida em que os países se desenvolvem, etapas diferentes da migração vão surgindo, tanto nas migrações internas como na internacional. No caso dos países em desenvolvimento, os fluxos de saída são muito elevados, tendendo ao decréscimo na medida em que o país se desenvolve. Quando se fala de migração e desenvolvimento, é inevitável fazer abordagem sobre as remessas (SKELDON,2008). Na mesma perspectiva, Nyberg- Sorensen (2002, p.13) argumenta que:

Parte do trabalho conhecido como “nova economia da migração” sugere que a demanda por remessas de migrantes, por exemplo, aumenta à medida que o desenvolvimento avança e tanto as oportunidades de investimento quanto os retornos sobre o investimento aumentam: ao aumentar o desenvolvimento, as remessas podem, portanto, impulsionar ou perpetuar a migração (NYBERG- SORENSEN 2002, p13).

Haas, um dos teóricos neoclássicos, afirma que a emigração e as remessas eram vistas como positivas, na medida em que o rápido crescimento nos países de

origem e de destino era associado à emigração, e a melhora na distribuição de renda e qualidade de vida era proporcionada pelas remessas, evidenciando deste modo a relação entre a migração e o desenvolvimento econômico.

A migração e o desenvolvimento estão fortemente relacionados às teorias sobre redes, por sua vez, enquadradas em teorias macrossociológicas na explicação do fenômeno migratório. É nessa perspectiva que Peixoto (1998) afirma que a migração é explicada por algumas teorias mais sociológicas, divididas em três grandes grupos, nomeadamente: teoria institucional; teorias sobre enclaves de imigrantes; e teorias de rede migratórias. A sua distinção é pelo fato de ter como foco, de diferentes formas, as decisões de migrar dos agentes sociais. Cabe aqui realçar sobre os primeiros dois grupos que será feita uma abordagem superficial, reservando-se maior detalhe à teoria de redes migratórias, haja vista a sua influência na migração de mão de obra moçambicana, particularmente as migrações laborais para a vizinha África do Sul, e migrações não documentadas (MCDONALD *et al.*, 2000), e migrações internas em direção às áreas de concentração de grandes projetos dentro do país.

O primeiro grupo referente à teoria institucional destaca o papel das instituições no incentivo ou acompanhamento dos fluxos migratórios das migrações internacionais. Os movimentos transnacionais são mais complexos de serem feitos uma vez que envolvem a saída além das fronteiras políticas administrativas, criando deste modo um obstáculo para muitos potenciais migrantes, devido à ausência de documentação exigida no ato de solicitação da autorização (visto). É nesse contexto que Massey *et al.* (1993) considera que a teoria institucional parte do princípio que as instituições públicas ou privadas, estatais, agentes de emprego agentes promotores de movimentos migratórios, vem responder a uma demanda criada pelo desequilíbrio de um grande número de pessoas, que buscam migrar para países desenvolvidos, e os que não conseguem por impedimentos relacionados com a documentação de autorização, ficando à sua responsabilidade, desde o processo inicial até o local de destino. Essas teorias acabam sendo mais abrangentes no suporte e encaminhamento de migrantes em condições sociais desfavorecidas (STAVIE, 2002, PEIXOTO, 1998). Nesse contexto, Massey *et al.* (1993) afirma que as teorias que se referem as instituições acabam propiciando um ambiente para o surgimento de organizações clandestinas devido às políticas restritivas dos países desenvolvidos no controle de movimentos migratórios. Os autores também ressaltam que essas

organizações acabam promovendo meios de acesso ao país acolhedor de imigrantes não documentados. É nesta perspectiva que Muanamoha constatou na sua pesquisa, a existência de uma rede clandestina constituída por agentes de imigração, contrabandistas ou promotores de migração e transportadores que atuam no suporte à migração transnacional de mão-de-obra moçambicana não documentada, ao afirmar que:

Nas fronteiras, os migrantes foram assistidos principalmente por três forças distintas. Isso inclui agentes de imigração, que facilitam a passagem de migrantes sem documentos pela fronteira em favor de subornos; contrabandistas / guias que mostram as formas ilegais de entrar na África do Sul ao longo da fronteira; e transportadores, que ajudam os migrantes com transporte da fronteira para os destinos preferidos na África do Sul (MUANAMOHA, 2008; p.93).

O segundo grupo é referente à teoria de enclave de imigrantes, também conhecida como enclaves étnicos (*ethnic business*) ou ainda de nichos de imigrantes (*immigrant niches*). Esta teoria remete a concentração da migração em uma determinada zona ou área geográfica, onde existem laços de natureza étnica ou social que constitua alternativa para a inserção no mercado de trabalho no local de destino, sobretudo no mercado secundário (PATRICIO, 2015). O mesmo autor acrescenta que para além desse facto esses nichos proporcionam também oportunidades de emprego, educação e formação profissional com reflexos económicos nos seus membros (PEIXOTO, 1998; PATRICIO, 2015).

E o terceiro grupo é o da teoria das redes sociais migratórias, de parentesco, amizades e conterraniedade que desempenham um papel preponderante nos movimentos migratórios, quer seja para a permanência assim como para adaptação dos migrantes nos locais de destino. Foi neste contexto que Fazito (2005) destacou que os estudos de redes sociais migratórias tiveram um grande impulso na década de 1980, ligados a abordagens sistemáticos-estruturalistas, com o intuito de procurar entender a sua contribuição na compreensão dos processos e dinâmicas dos deslocamentos, bem como a importância dos mecanismos intermediários (famílias e grupos informais de filiação), nos fluxos migratórios.

Por seu turno, Patrício (2015), afirma que os estudos sobre migração internacional demonstram que as análises dos processos migratórios não se limitam apenas em questões meramente económicas, onde o potencial migrante é visto como um agente individual, porém existem também análises de carácter sociológico,

relacionadas com as redes sociais que explicam esse fenômeno em todo processo, desde a decisão de migrar, seu percurso, até à inserção no local de destino. É nesse âmbito que Peixoto (1998, p.64) afirma que:

[...] os migrantes não atuam isoladamente, nem no ato de reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de integração no destino. Eles estão inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou, inclusivamente, agentes promotores da imigração, que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios e à fixação definitiva (PEIXOTO, 1998, p.64).

2.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A MIGRAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Em muitos países africanos e especificamente em Moçambique, os estudos em migração têm sido tratados de forma negligenciada, e como consequência disso, pode-se notar um número pequeno de estudos nessa área, sendo que os poucos trabalhos existentes abordam o assunto de maneira superficial.

É nesse contexto que Raimundo (2011a) considera que a migração é uma área que desperta pouco interesse na atuação das áreas de políticas e de desenvolvimento no país. Para a autora, não dar relevância à migração no processo de desenvolvimento significaria estar deixando de lado questões muito importantes ligadas ao desenvolvimento que advém dos fluxos migratórios, como a difusão de doenças, a fuga de cérebros, a redistribuição da população e a urbanização, processos que podem, cada vez mais, acentuar a situação de miséria em Moçambique. Não dar relevância ao processo migratório significa, assim, ignorar o seu papel nas dinâmicas socioeconômicas e políticas do mundo atual (PATRÍCIO, PEIXOTO, 2018).

Apesar dos movimentos migratórios apresentarem configurações diferentes dependendo das regiões onde eles ocorrem (sejam internas ou internacionais), e segundo o período de ocorrência (era pré-industrial, contemporâneo, etc), Peixoto e Patrício (2018) afirmam que os movimentos migratórios não perderam a sua essência, na medida em que os motivos pelos quais as pessoas tomam a decisão de migrar continuam sendo os mesmos, isto é, a busca por melhores condições de vida.

Por outro lado, algumas questões que no entender da pesquisadora Raimundo impactam negativamente no processo migratório tem a ver com a ausência de uma Lei e Política Nacional de Migração, tal como existe a Política Nacional População, HIV, combate à pobreza. Trata-se de um sinal inequívoco de que este fenômeno é de fato negligenciado, sendo resumido a um mero processo de gestão de fronteiras,

como cobrança de emissão de passaportes, controle de entrada e saída de pessoas e cobrança de taxas e outros impostos (RAIMUNDO, 2011a).

É importante destacar que segundo Patrício (2015), o processo migratório no país tem ligações históricas que remontam à chegada dos portugueses no século XV, bem como à vital importância no processo de trocas comerciais dos árabes, entre a costa oriental da África, Golfo Pérsico e a Índia. Moçambique vivenciou um regime colonial sob gestão do governo português entre 1930 e 1974, após sua descoberta em 1498, com o objetivo principal de acumulação do capital industrial, razão pela qual era considerado como um reservatório de mão-de-obra barata para o mercado internacional (Norte, 2006). Nesse período, muitos direitos como a falta de acesso aos serviços básicos com destaque para educação, eram vedados aos nativos.

Com o fim do regime colonial em 1975, que culminou com a Proclamação da Independência, o país passou a ser uma República Popular de Moçambique e não mais uma província ultramarina de Portugal (PATRÍCIO, 2015). Nesse contexto, os fluxos migratórios, quer sejam internos e internacionais intensificaram-se, devido a alguns direitos como educação, direito a habitação, e liberdade de circulação, que os moçambicanos começaram a usufruir. Foi nesses termos que o governo começou a estimular a migração das áreas rurais para as áreas urbanas, sob o pretexto de que a luta contra a opressão do regime colonial era para devolver aos cidadãos a dignidade. Por essa razão o Governo conferia aos cidadãos direito de viver nas cidades, sendo que o resultado dessa perspectiva foi o aumento da migração rural-urbana (RAIMUNDO, 2002; 2009).

Porém, a própria ocupação do território moçambicano é apontada pelo autor como resultado das migrações dos povos *bantu*, saídos da África Central. É nessa perspectiva que Raimundo (2009, 2011a) sugere que as migrações devem ser analisadas partindo do seu trajeto histórico, como migrações *bantu*, comércio com os árabes ao longo da zona costeira, colonização portuguesa, escravatura, trabalho migratório para a África do Sul (em minas de ouro e carvão, incluindo em plantações). Também tinham como destino outros países vizinhos como Zimbábue, Eswatini, Tanzânia e Malawi, sem ignorar os deslocamentos forçados por conta de desastres naturais.

Sobre os fatores ambientais cíclicos que predominam no país, Muanamoha (2008) destacou a crise das cheias e seca no final da década 70 e início da década

80, respectivamente. Este cenário, combinado com a intensificação da guerra civil de 1976-1992, fez com que as condições de vida da população rural deteriorassem cada vez mais, e que a população das províncias da região sul continuasse a optar por uma migração laboral, para a vizinha África do Sul, em busca de melhores condições de vida. O vizinho Zimbabwe era o destino preferido para a população das províncias da região central do país, que foi durante longos anos a segunda potência econômica mais importante da África Austral (RAIMUNDO 2011; CEBOLA, 2018). Esse conjunto de fatores contribuiu para a deterioração do ambiente de estabilidade, o que teria contribuído em grande medida para os deslocamentos forçados ou econômicos de refugiados para dentro ou fora do continente (PATRICIO, PEIXOTO, 2018).

Adicionalmente, esses fatores não só impulsionaram a emigração internacional forçada ou a pedido de asilo, mas também foram responsáveis pela massificação dos movimentos internos das pessoas, porque nem todos tinham condições de migrar para fora do país, contudo tinham as mesmas necessidades de buscar um local seguro e com melhores condições. Essa visão foi defendida pelo Maloa (2019), ao afirmar que apesar dos conflitos armados das décadas de 70 à 90 terem atingido todo país e com maior intensidade as províncias da região Centro, as cidades moçambicanas se tornaram locais mais seguros de refúgios, o que contribuiu para uma implosão² urbana. Concordando com Maloa, um estudo desenvolvido por Rodrigues (2018) mostra uma relação entre a migração e oportunidades econômicas, numa situação de instabilidade política, que era caracterizada por maior mobilidade em direção às cidades, devido a melhores condições de segurança e estrutura econômica, comparando dois países Africanos com o mesmo contexto histórico.

Em Angola e em Moçambique, a par dos mais evidentes condicionamentos coloniais e aqueles decorrentes das guerras civis, há uma clara correlação entre a migração e a procura de oportunidades económicas, sobretudo ligadas à maior riqueza das cidades, o que motivou importantes êxodos rurais de forma continuada. As guerras civis, naquilo que representaram quer em termos de restrição à mobilidade quer em termos de imposição da mobilidade, não só forçaram a permanência de populações em determinados locais como empurraram um número muito significativo de pessoas para a migração internacional, sobretudo transfronteiriça, e para migrações internas em direção às cidades (RODRIGUES, 2018; p 450).

² Surgimento de subúrbios nas zonas urbanas, visto como consequência negativa no processo de migração interna não acompanhado por políticas de crescimento de infraestruturas urbano (ARAUJO, 2003).

Foi nesse contexto que Raimundo (2009) pontuou sobre a intensificação da migração rural - urbana devido aos ataques armados pelo exército da Frente da Rodésia contra o país, no período de pós independência (1977-1979), uma vez que a guerra foi mais intensa nas zonas rurais, e como consequência a destruição da economia rural, deixando as pessoas sem meios de subsistência. No entanto, segundo a autora sabe-se que um choque dessa natureza traz consigo alguns problemas de pressão sobre infraestruturas, o que faz com que o número de favelas aumente, cresça o desemprego, escassez de água, e se agrave o funcionamento deficiente de serviços básicos. Na mesma perspectiva, Raposo (2010; p 184) afirma que em “contexto de crise, a explosão³ urbana constitui um fator de desestabilização pela sobrecarga e degradação das infraestruturas urbanas e dos serviços sociais”. A ausência ou ineficiência de uma política de desenvolvimento proporcional por parte do governo (no sentido de dar resposta a uma rápida urbanização), fez com que as cidades começassem a ficar saturadas devido à pressão demográfica, com o surgimento de alguns subúrbios nas cidades (RAIMUNDO 2009; ARAUJO, 2003).

Segundo Agy, em “Moçambique o crescimento da população urbana ocorre num cenário de desindustrialização e de falta de emprego” (AGY *et al*, 2018, p.5), que se verificou depois da independência nacional em 1975 (BRITO, 2019; ARAUJO, 2003). Este cenário é oposto a muitas teorias que veem a urbanização e a industrialização como processos fortemente ligados, na medida em que as revoluções industriais na Europa proporcionaram o crescimento exponencial de suas principais cidades, especialmente as mais industrializadas, intensificando o consumo e como consequência o aumento da produção industrial. Essa visão é corroborada por Paulo (2011; p 174), no contexto brasileiro ao afirmar que:

O aumento da população nas grandes cidades se deu devido à falta de perspectivas de trabalho no campo, de onde os trabalhadores rurais começaram a migrar em busca de empregos e melhores condições de vida, fato conhecido como êxodo rural, que no Brasil teve grandes proporções em meados dos séculos XIX e XX (PAULO, 2011, p.174).

Esse crescimento populacional urbano em Moçambique é devido às dificuldades e ineficiência da implementação de políticas de desenvolvimento rural, que mantem o cenário socioeconômico estagnado, associado à ausência do

³ Raposo (2010; p185) define explosão urbana com “elevado crescimento natural – resultante da diminuição da taxa de mortalidade e da permanência de altas taxas de fecundidade e natalidade, típica de países em desenvolvimento e de contextos de pobreza – o qual se conjuga com forte migração para as cidades”.

planejamento urbano (AGY *et al.*, 2018; PATRICIO, 2015). Corroborando com os autores, Raimundo (2009) atribuiu à rápida urbanização as imperfeições de políticas socialistas implementadas pelo Estado, que tinha como objetivo estimular o crescimento da economia rural a partir de sistemas de aldeias comunais⁴ e cooperativas⁵.

A incapacidade de gestão da superlotação das cidades fez com que o governo mudasse de discurso, devido à crescente onda de criminalidade, como consequência do desemprego. Foi nesse contexto que o Governo da FRELIMO entendia que era preciso travar o êxodo rural, esvaziando as pessoas desempregadas das cidades, pois havia uma percepção de que estimulavam as práticas de crime, prostituição e alcoolismo (SANTANA, 2014; RAIMUNDO, 2009). A adoção de estratégias para a contenção desses deslocamentos, em forma de políticas de desenvolvimento rural, tornou-se um fator inevitável. Uma dessas estratégias foi o projeto designado “Operação Produção”⁶ que visava deslocar pessoas coercivamente do meio urbano para o rural (RAIMUNDO, 2009). Esse projeto era visto por muitos cientistas sociais como uma medida político-administrativa, com o objetivo de acabar com o êxodo rural, considerado um dos motivos que retardava o desenvolvimento (FERNANDO; 2019). Na verdade, esses deslocamentos forçados tinham motivações políticas⁷, porém havia toda uma tentativa de transparecer o contrário, tal como se nota na seguinte afirmação:

⁴ Após a independência a FRELIMO, empenhou-se e implementação e criação das aldeias comunais como uma das estratégias de gestão da migração impulsionando assim o desenvolvimento rural. Era também vista por muitos pesquisadores como um mecanismo de conter o êxodo rural massivo motivado por questões socioeconômicas, pôr fim às desigualdades sociais, gerar renda e desenvolvimento do capital humano (RAIMUNDO, 2009; FERNANDO, 2021)

⁵ Era uma estratégia de socialização no meio rural que foi implementado pelo governo após a independência em 1975, que visava extinguir com a produção individual ou familiar, criando assim formas coletivas de produção (MATOS; MEDEIROS, 2015).

⁶ Era um projeto político administrativo, econômico que mais tarde passou a ser considerado histórico e geográfico devido ao seu importante papel no repovoamento das províncias do Niassa e Cabo Delgado. Visava promover deslocamentos forçados, ou seja, deportação de desempregados da zona urbana para a rural, no entanto era visto como uma nova opressão e de exclusão pelas elites (FERNANDO, 2019, 2021). Para Quembo (2012), a escolha dessas províncias tem a ver com a sua localização. Como um dos objetivos era impedir o retorno dos afetados às cidades, então esses eram locais ideais, porque eram muito distantes dos locais de origem que era fundamentalmente Maputo e Beira, e num contexto de guerra havia dificuldades de transporte. Outro motivo era o fato de serem a províncias menos povoadas do país e com um potencial agrícola não explorado.

⁷ Para a elite FRELIMO, os camponeses deviam estar no campo para cultivo dos campos e os trabalhadores deviam estar nos centros urbanos em prol do desenvolvimento das cidades (FERNANDO; 2019:182).

Para a FRELIMO essa ação não poderia ser considerada como um movimento migratório qualquer, ou seja, uma deslocação desordenada, mas sim uma forma bem estruturada e administrativa de controle estatal sobre o desenvolvimento humano (FERNANDO, 2019; p. 166).

Para os autores Agy *et al.* (2018), no meio rural moçambicano é visível a falta de acesso de créditos aos extencionistas que poderia facilitá-los no processo de aquisição de insumos e equipamentos para mecanização dos seus setores de atividades, daí que acabam recorrendo à mão-de-obra familiar. Em adição a esse fato, as más condições de infraestrutura para o escoamento dos seus produtos impactam negativamente no preço, deixando o agricultor prejudicado, e perpetuando pobreza e insegurança alimentar devido aos níveis baixos de produção e produtividade.

Em 1992 houve a assinatura de acordos de paz entre o Governo Moçambicano liderado pelo partido FRELIMO e o partido RENAMO, um movimento de resistência nacional, por sinal o maior partido da oposição até os dias de hoje. Este foi um momento bastante importante para o país, pois marcava o início de uma migração de retorno massiva de cerca de 1,7 milhões de moçambicanos, que tinham refugiado nos países vizinhos (RAIMUNDO, 2020). No entanto, segundo a mesma autora, nem todos os regressados voltavam às suas comunidades de origem, tal que uns tentavam reorganizar as suas vidas em novos locais como vilas e cidades.

Por outro lado, Patrício (2015), sugere que o crescente número de migrantes internos em decorrência do fim da guerra (1992), somado ao retorno de deslocados e refugiados, condicionou a redistribuição espacial da população no país devido à falta de seguimento e de reintegração social, com destaque para os que saíam do campo para a cidade.

A estabilidade em Moçambique advinda com os acordos de paz marcava o início da esperança em relação ao ambiente de segurança, ao desenvolvimento socioeconômico, aos potenciais investimentos nacionais e estrangeiros, e permitiu que o governo se empenhasse na reconstrução econômica, ora destruída, a partir da adoção de políticas de desenvolvimento acelerado. Com o clima de paz na década 90 houve a retomada dos fluxos internos e internacionais das pessoas, incentivando, deste modo, às novas dinâmicas de mobilidade e distribuição espacial, e por outro lado permitiu a entrada de novos investimentos estrangeiros que veio a melhorar os indicadores econômicos nacionais (RAIMUNDO, 2020; RODRIGUES, 2018).

Cabe destacar que 20 anos após a assinatura de acordos de paz, em 2014 eclodiu um novo conflito político-militar na região Centro do país. Embora tenha sido de curta duração, contribuiu para algum retrocesso nos avanços que o país havia alcançado. Para Raimundo (2020), de 1992 a 2013, foi o período em que o país experimentou uma paz contínua, que contribuiu em grande parte para a sua configuração espacial, servindo de país acolhedor de migrantes vindos de regiões da África que estavam vivenciando algumas crises, como é o caso da Região dos Grandes Lagos, e o Corno de África, através da atração de refugiados. E na perspectiva de investimentos em várias áreas, na qual o país dispõe de potencialidades, com destaque para a indústria extrativa, aonde outros países de outras partes do mundo como África, Ásia Menor, Europa, China, América do Norte e Brasil estreitaram as relações. Nesse contexto que Patrício (2016; p 80) argumenta:

Nos últimos tempos, a manifesta presença de multinacionais europeias, asiáticas, norte americanas e da América do Sul – que se dedicam à exploração de recursos naturais como: carvão mineral em Tete; gás e petróleo nas províncias de Inhambane e Cabo Delgado; madeira na Zambézia, Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Sofala; ouro, pedras preciosas e semipreciosas em Manica, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado; areias pesadas na Zambézia e Gaza – tem contribuído, em parte, para a ocorrência de migrações internas e internacionais (PATRÍCIO, 2016, p.80).

Este contexto de mudança da configuração foi o que Patrício e Peixoto (2018) consideraram, de que os movimentos migratórios em algumas partes da África apresentavam um contexto híbrido, que era caracterizado por países considerados emissores e receptores, simultaneamente ao longo do tempo e de trânsito, dependendo da conjuntura interna e externa de cada região.

Rodrigues (2018) acrescenta que o boom econômico que o país registrou no início dos anos de 2000 teve um impacto no processo de mobilidade, com o aumento significativo da imigração, e associada a crises econômicas que alguns países vizinhos vivenciavam, tal como é o caso do Zimbábue. E segundo o mesmo autor, muito recentemente o país passou por uma crise financeira que teria retraído a entrada de imigrantes de forma drástica, e associado a crise política esporádica acima referida, mas também teve um efeito positivo, sobretudo no que diz respeito ao aumento da migração interna, motivado por questões econômicas.

Como foi mencionado anteriormente sobre ausência de uma política nacional de migração em Moçambique, esse fato não o impede de fazer parte como signatário de alguns tratados internacionais sobre a proteção e apoio aos refugiados e

migrantes. Tal é o caso do Programa de Ação saído da conferência Internacional sobre a população e Desenvolvimento de 1994 realizada no Cairo pelas Nações Unidas, que apresentou as questões relacionadas à migração internacional.

De acordo com Patarra (2005), esse plano de ação faz menção aos efeitos positivos da migração internacional e o seu contributo no processo de desenvolvimento, quer na área de destino, assim como na origem. Foi nesse contexto que os governos signatários foram chamados a analisar as causas de migração com seguinte propósito:

[...] na tentativa de transformar a permanência num determinado país em opção viável para todos. No que se refere às remessas, preconiza seu incentivo mediante políticas econômicas e condições bancárias adequadas. Além disso, incentiva a migração temporária e o reforço do regresso voluntário de migrantes, e também enfatiza a necessidade de dados e informações adequadas (PATARRA, 2005; p.29).

De acordo com Patarra o documento considerou três tipos de migrantes internacionais, nomeadamente: migrante documentado, migrante não documentado, e asilados ou refugiados. Quanto aos documentados, é preciso que sejam adotados mecanismos que os concedam todos os direitos humanos básicos, iguais aos nacionais no país de destino. Relativamente aos migrantes indocumentados, o plano de ação preconiza que os governos devem adotar medidas que visam reduzir esse número de migrantes, a partir de mecanismos de controle e acesso aos documentos, quer seja na área de origem, assim como no destino, proteção de direitos humanos básicos, evitando a exploração; adotar medidas preventivas contra exploração com os migrantes e protegê-los contra qualquer ato discriminatório como racismo, xenofobia etc, (PATARRA, 2005). No entanto devido a vulnerabilidade desse tipo de migrantes, correm maior riscos de sofrerem esse tipo de consequência. Na mesma perspectiva a autora afirma que o documento fala das necessidades de os governos protegerem os refugiados a partir de ações que lhes possam garantir a educação, acesso à habitação condigna, à saúde com destaque especialmente a reprodutiva e outros serviços sociais.

É neste contexto que Moçambique, através do Instituto Nacional de Apoio ao Refugiado, providencia o acolhimento e a integração de refugiados que procuram refúgio. De acordo com Patrício (2015) uma das principais prioridades da criação deste instituto tinha como objetivo garantir ajuda humanitária, jurídico e material dos

refugiados ou requerentes de asilo no Centro de Refugiados de Maratane⁸, na província de Nampula. Foi em cumprimento às recomendações das Nações Unidas que o Governo de Moçambique criou o Decreto n.º 33/2007, de 10 de agosto, no seu capítulo I e art. 2, que preconiza o seguinte:

[...] sempre que um cidadão estrangeiro declare a sua intenção de requerer o estatuto de refugiado em Moçambique, as autoridades que receberem tal pedido deverão efectuar uma primeira triagem e posteriormente diligenciar pelo seu imediato encaminhamento ao INAR para efeitos de assistência material e jurídica (PATRICIO, 2015, p. 183).

De acordo com Patrício e Peixoto (2018), as regiões central e norte do país são os pontos de entrada principais dos refugiados e requerentes de asilo, devido as suas melhores condições socioeconômicas e estabilidade política em comparação com os outros países da África subsaariana e de outras partes do continente, o que justifica a transferência do centro de refugiados da região Sul para o Norte.

⁸ Localiza-se a 15km da cidade de Nampula, criado pelo governo para receber requerentes de asilo e refugiados. É fusão de dois centros que se localizavam na zona Sul do país no distrito de Boane província de Maputo nomeadamente Massaka I e Massaka II, que em 1975 o país recebeu muitos refugiados de e requerentes de asilo proveniente de Malawi, Namibia, Eswatini, Timor Leste, Zimbabwe e Uganda., tendo em 2001 sido transferido ferido para aquela província nortenha do país, (PATRICIO, 2015).

3 METODOLOGIA

Pesquisas como a de Patrício (2015) sobre migração em Moçambique mostram que estudos desta temática envolvem abordagens heterogêneas de diferentes áreas de atuação como demografia, economia, sociologia, história e psicologia. Esse fato torna difícil a construção de uma teoria geral sobre a migração, pois cada autor busca interpretar a relação entre a migração e os fenômenos específicos de cada área (CASTIGLIONI, 2009). Tal interdisciplinaridade sugere que, para sua melhor compreensão, o processo migratório pode ser estudado numa perspectiva qualitativa, quantitativa, ou a partir de uma combinação metodológica. Neste sentido, para o alcance dos objetivos do presente estudo usar-se-á a abordagem quantitativa, que consistirá na análise dos dados do Censo Demográfico. Os microdados dos dois últimos censos apresentam algumas diferenças, o que limita o seu uso para efeitos de comparação dos resultados. A título ilustrativo os microdados de 2007 apresentam a informação da população apenas em termos relativos e não absoluta, devido ausência do ponderador (fator de expansão da amostra), contrariamente aos microdados de 2017 que apresentam o ponderador. Dada a ausência do fator de expansão da amostra nos microdados do Censo de 2007, serão utilizados somente os microdados do censo demográfico de Moçambique de 2017. Para esse efeito, explorar-se-á todos os quesitos de mensuração da migração interna interprovincial e internacional e outras características demográficas para uma análise descritiva e espacial dos movimentos migratórios e análise de qualidade de dados censitários. A escolha de província como área geográfica da pesquisa está associada a erros de natureza não amostral, que vão se verificando a medida em que vai se desagregando a coleta de dados para os níveis micro como distritos, localidade, cidade/vilas.

3.1 DESCRIÇÃO DOS QUESITOS DE MIGRAÇÃO

O tema da migração no censo demográfico moçambicano de 2017 engloba quesitos que permitem mensurar as migrações interna e internacional, desagregadas por países, províncias, distritos e localidade/vila, a partir dos seguintes quesitos: (i) Lugar de residência habitual; (ii) lugar de nascimento; (iii) Tempo de residência (na residência habitual); e (iv) lugar de residência há 1 e 5 anos exatos antes do censo; que, por sua vez, são considerados como os principais quesitos para o estudo do fenômeno (UNITED NATIONS, 1970).

- **Lugar de residência habitual**

É definido como o local onde a pessoa residia à data do censo, ou que tenha intenção de permanecer no local por um período de pelo menos 12 meses, de acordo com as recomendações das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2017). Porém, para o caso Moçambicano, este quesito permite captar a localização do indivíduo no momento da pesquisa censitária, ou seja, o número e as características das pessoas presentes e residentes nos domicílios entrevistados, sendo que o local de residência é representado pelas seguintes unidades geográficas: província, distrito, posto administrativo, localidade/ vila (INE, 2017).

Como fora comentado, diferentemente do conceito das Nações Unidas, de acordo com o INE (2017), o país adotou como critério de elegibilidade a serem inscritos pelo censo, todos os cidadãos que se encontram em território Nacional e no local onde foram encontrados no momento censitário, independentemente se vivem habitualmente ou não no domicílio; como é o caso de indivíduos que, por algum motivo, estavam no domicílio no momento da entrevista, embora não sejam residentes do referido domicílio. Assim como foram contabilizados os indivíduos residentes do domicílio, porém ausentes no momento da entrevista, desde que essa ausência seja inferior há 6 meses. Como forma de evitar a duplicação dos inscritos no censo, são posteriormente processados os dados e usados apenas a informação de residentes do domicílio, presentes assim como não presentes, ficando inválidos todos os inscritos visitantes. Note-se que uma pessoa pode ser inscrita duas vezes, porém em diferentes categorias, designadamente, visitante e residente.

- **Lugar de nascimento**

Permite enumerar a população em dois grupos, a seguir descritos: migrantes – são os nascidos no local diferente donde foram recenseados; e não migrantes – aqueles cujo nascimento ocorreu no local onde foram recenseados. A combinação dos quesitos (i) e (ii) resulta no estoque de migrantes, representada por uma matriz de origem e destino, mensurando o estoque até a data do censo, ou seja, a migração acumulada, “*lifetime migrants*” (CARVALHO, 1982; RIGOTTI, 1999). Segundo Rigotti (1999), apesar da importância deste quesito ele é susceptível a erros de declaração, e apresenta lacunas pelo fato de não fornecer a informação sobre as etapas intermediárias e nem a data da ocorrência dessa migração.

- **Duração de residência**

Refere-se ao intervalo de tempo até a data do censo em anos completos e ininterruptos, durante o qual a pessoa viveu na atual residência habitual. Para os casos em que essa pergunta é feita a todas as pessoas, tal como é o caso do censo de Moçambique, este quesito possibilita a medição da migração, podendo distinguir o migrante do não migrante (UNITED NATIONS; 1970, 2017). De acordo com o Manual VI das Nações Unidas o não migrante, por definição de duração de residência, são todos aqueles que viveram a vida inteira no local onde foram recenseados, ou seja, quando a duração de residência coincide com a idade da pessoa recenseada. Entretanto, o migrante se refere a todas as pessoas que nasceram fora do local onde foram enumeradas e os que nasceram no local de enumeração, sendo que, a dado momento, foram morar noutro local, retornando posteriormente (migrantes retornados), declarando a duração de residência a partir do tempo de retorno (RIGOTTI, 1999; UNITED NATIONS, 1970). De acordo com Carvalho (1982), este quesito permite conhecer a distribuição segundo o tempo de residência dos imigrantes sobreviventes, porém tem uma limitação pelo fato de não fornecer informação sobre a residência anterior do imigrante. No entanto, a melhor forma de captar informação sobre a duração de residência seria restringi-la apenas aos que declararam ter feito pelo menos uma etapa migratória na vida, como é feito no censo Brasileiro, pois uma eventual má declaração de idade em pessoas que nunca migraram pode afetar este quesito.

- **Local de residência em uma data fixa anterior ao censo há 1 e 5 anos**

Estes quesitos buscam informações sobre o local de residência em uma determinada data exata. De acordo com Rigotti (1999), geralmente um censo que contenha o quesito de data fixa não apresenta os quesitos “duração de residência” e “local de última residência “. O intervalo de 1 ano é mais comum ser usado em censos Europeus, ao passo que o intervalo de 5 anos é mais comum nos países da América Latina, Ásia, Oceania e em alguns países Africanos tal como sucede com o censo Moçambicano (BELL *et al.*, 2003). A partir deste quesito, o migrante pode ser definido como sendo uma pessoa que declarou uma residência na data do censo diferente da residência em uma data anterior específica, que neste caso, pode ser há exatamente 1 ou 5 anos, e o não migrante como sendo aquele que não mudou de residência, o que inclui os migrantes retornados antes do fim do intervalo, ou seja, migrantes de

retorno pleno ou de curto prazo, que realizaram a migração dentro do intervalo de data fixa (RIGOTTI, 1999; UNITED NATIONS, 1970). Cabe destacar que este quesito não capta a informação sobre as etapas migratórias, isto é, se a pessoa realizou mais movimentos migratórios, dentro do intervalo específico (do quesito de data fixa), e que depois tenha retornado.

Os autores como Carvalho (1982) e Rigotti (1999), consideraram que na maior parte das vezes, o quesito de data fixa é de maior utilidade em relação ao lugar de nascimento ou lugar de última residência. Este quesito permite o cálculo do volume de imigrantes, emigrantes e o saldo migratório, dado que os locais de destino e origem são conhecidos e o período de ocorrência é bem determinado, e o conceito de migrante é bem definido como vimos acima. Portanto, este quesito foi usado para a definição de migrante no presente estudo, visto que o censo de Moçambique não apresenta o local de residência da última etapa migratória.

3.2 ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA DOS QUESITOS DE MIGRAÇÃO

A partir de meados da década 80, os avanços registrados no desenvolvimento e no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no mundo fez com que elas fossem vistas como força motriz, para o desenvolvimento socioeconômico (PEREIRA, SILVA, 2010). É nessa perspectiva que autores apontaram a intensificação do uso das TICs por parte de instituições públicas e privadas, com o objetivo de potencializar pesquisas eletrônicas para a consolidação e melhoria contínua de qualidade, bem como o aumento de eficácia, eficiência, transparência e fiscalização dos serviços prestados.

Com a crescente consciência sobre o valor das TICs, as instituições iniciaram um processo de mudança, passando a investir em meios eletrônicos, comprovando a sua importância até os tempos atuais. Foi nessa perspectiva, que algumas instituições responsáveis pela produção estatística embarcaram no uso de ferramentas eletrônicas para a coleta de dados censitários e outras pesquisas no mundo, em função das condições socioeconômicas que têm disponíveis em cada país.

Moçambique não fugiu à regra, pois várias pesquisas têm sido feitas com recurso aos meios eletrônicos de coleta de dados. No entanto, o censo de 2017 foi o primeiro a ser feito de forma híbrida, conciliando a coleta de dados em forma de papel e a digitação dos questionários com base em leitura ótica para a construção do banco de dados.

A expectativa em torno da implementação deste novo modelo de coleta de dados centrava-se na melhoria da qualidade e da oportunidade da informação estatística. Da análise exploratória dos dados, feita com base nos quesitos de migração para aferição da sua consistência, constatou-se a existência de vários erros. Cabe destacar que, numa operação desta natureza, é normal que existam erros, porém há mecanismos que devem ser adotados, com vista a minimizá-los. Os erros encontrados são de natureza não amostral, o que é inevitável em operações dessa dimensão (BIEMER, LYEBERG, 2003). Estes autores definiram como principais fontes de erros no processo de coleta de dados os seguintes: o erro de especificação, o erro de cadastro, o erro de medida, o erro de não resposta e o erro de processamento. Importa salientar que inconsistências detectadas nos microdados do censo de 2017 estão associados aos três últimos.

Cubula (2013) aponta no seu estudo que, os erros de medida podem estar associados a respostas imprecisas dadas pelos respondentes, por omissão ou por esquecimento, por razões de fadiga ou por influências dos entrevistadores ou mesmo por insegurança ou desconfiança sobre o assunto investigado, o que pode ser definido muitas das vezes pelo comportamento do entrevistado, entrevistador ou falhas na concepção dos questionários.

O erro de processamento pode ocorrer em diferentes etapas que resultam com a saída dos resultados, podendo ocorrer na fase de crítica, codificação e digitação de dados. Uma das potenciais fontes deste tipo de erro está na fase de transcrição, que consiste na passagem para o suporte magnético (leitura ótica) das respostas disponíveis no papel, codificação, imputação e crítica (CUBULA, 2013). Foram muito comuns os erros na fase de transcrição devido ao mau estado de conservação dos boletins causado pelo armazenamento e transporte inadequado até ao centro de processamento, chegando até a invalidação de alguns por impossibilidade de leitura ótica.

O uso de formulários eletrônicos tem grandes vantagens, do ponto de vista de redução de erros no ato da coleta dos dados e como consequência o aumento da qualidade, pois estes instrumentos podem ser concebidos para análise de consistências a partir de filtros em diferentes quesitos. No entanto, vale considerar a existência de algumas desvantagens, que tem a ver com as dificuldades encontradas, por exemplo, nas zonas rurais com acesso limitado em termos de serviços como

energia elétrica, dentre outros que possam permitir a utilização de dispositivos eletrônicos. Por isso, em alguns países em desenvolvimento, essa mudança não tem sido um processo fácil.

Para analisar a qualidade da informação das áreas geográficas usou-se como critérios, a verificação da compatibilidade dos códigos das áreas micro correspondentes às respectivas províncias, isto é, se os códigos dos distritos ou cidade/vila são consistentes com as províncias, a partir do cruzamento dos quesitos de unidades geográficas. Outro teste feito, foi sugerido pelo Foz (2021) sobre o padrão da curva de migração da data fixa de 1 e 5 anos, que serão discutidos com detalhe na seção 3.4 sobre a estruturação da pesquisa.

3.3 SELETIVIDADE MIGRATÓRIA

A seletividade é uma característica marcante das migrações, isto porque a maioria dos indivíduos que migram apresenta características bem definidas, e dependendo do tipo de migração, essas características podem exigir maior profundidade no processo de seleção, tal como é o caso das políticas migratórias direcionadas, como um recrutamento intencional (CAMPOS, 2015). Ainda de acordo com o Campos (2015), as variáveis sexo e idade são tidas como as principais pelas quais a seletividade migratória é expressa, devido à forte relação entre essas duas variáveis com a migração, sendo que tal relação foi verificada por vários pesquisadores de ponto de vista de abordagens teóricas, assim como empíricas (ROGERS, CASTRO, 1981; BORJAS, 1996; GOLGHER, 2001)

Em relação a variável sexo, Campos (2015) argumenta que os estímulos à migração de homens e mulheres são diferentes, devido as questões relacionadas com gênero que afetam o processo migratório. Na mesma perspectiva Castiglioni (2009) relacionou a seletividade segundo sexo com estágio de desenvolvimento de uma determinada região, sendo que num estágio inicial é predominante a migração masculina e a medida em que vai se modernizando, o papel que a mulher desempenha na sociedade vai se modificando, devido ao seu empoderamento. Foi nessa perspectiva que Raimundo (2010) argumentou “o aumento da migração feminina é consequência da emancipação feminina e aumento de movimentos feminista e defensores de igualdade de gênero”.

Os autores como Borjas (1996) e Castiglioni (2009) destacaram a seletividade da migração por idade e nível de educação, argumentando que os indivíduos mais

jovens têm mais chances de migrar porque o retorno de investimento será maior a longo prazo, enquanto que as pessoas mais qualificadas são mais propensas a migrar para locais onde há maior valorização de suas habilidades.

Por seu turno, Castiglioni (2009) afirma que, em estudos empíricos sobre a migração, a variável estado civil configura como uma característica seletiva da migração, na medida em que a mobilidade dos solteiros é mais intensa que a dos casados, partindo do pressuposto que esses ainda não têm responsabilidade em cuidar da família e estão mais preparados para suportar qualquer tipo de situação instável no processo. É com base nesses argumentos que foram selecionadas as características a serem usadas no presente estudo, apresentadas na tabela 2, visto que o censo moçambicano tem alguma limitação na coleta de dados sobre variáveis de renda, por exemplo. Assim, não será possível estudar todas as características socioeconômicas possíveis, apesar da importância de se compreender, por exemplo, questões relativas ao mercado de trabalho dos migrantes, em estudos sobre seletividade migratória (CASTIGLIONI, 2009; SANTOS *et al*, 2018, CAMPOS, 2015).

Tabela 2 Variáveis selecionadas do perfil sócio demográfico, censo Moçambique, 2017

Variáveis	Código	Discrição	Categorização
Sexo	P3	Sexo biológico do recenseado	1. Masculino
			2. Feminino
Idade	P4	Quantos anos tem?	
Nível de instrução	P24	Qual é o nível de ensino mais elevado que completou?	0. Nenhum
			1. Pré-escolar
			2. Alfabetização
			3. Ensino primário do 1 Grau
			4. Ensino primário do 2 Grau
			5. Ensino secundário do 1 Ciclo
			6. Ensino Secundário do 2 Ciclo
			7. Ensino Técnico Elementar
			8. Ensino Técnico Básico
			9. Ensino Técnico Médio
			10. Curso de formação de professores primários
			11. Bacharelato
			12. Licenciatura
			13. Mestrado
14. Doutorado			
Estado civil	P38	Qual é o seu estado civil?	1. Solteiro
			2. Casado
			3. União marital
			4. Divorciado ou separado
			5. Viúvo

Fonte: INE, 2017.

Com base nestas variáveis, pode se considerar a predominância de migração feminina na Cidade de Maputo, pois é uma província urbana que segundo Castiglioni (2009) possui condições de trabalho mais favoráveis para as mulheres no meio urbano que no meio rural. Entretanto, as províncias de Maputo, Tete, Nampula e Cabo Delgado podem estar a receber maior fluxo de migrantes com maior escolaridade devido ao seu crescente nível de desenvolvimento. Por outro lado, a predominância da migração masculina nas províncias de Tete, Nampula e Cabo Delgado pode ser associada aos seus estágios iniciais de desenvolvimento (CASTIGLIONI,2009). Importa referir com essas variáveis ajudam na caracterização do perfil dos migrantes, de modo a compreender um pouco mais sobre o perfil migratório do país. Por isso, não será abordada a questão de seletividade com profundidade, por não ser objeto deste estudo.

3.4 TÉCNICAS DE ESTIMAÇÃO DAS MIGRAÇÕES

Nesta seção serão abordadas questões ligadas a técnicas de estimação das migrações internas, a serem usadas na pesquisa, como forma de auxiliar a análise e interpretação dos resultados. De acordo com Xu-Doeve (2005), devido à dificuldade de acesso a dados de boa qualidade dos países em desenvolvimento, geralmente são usadas técnicas de estimação indireta, por não requererem quesitos de migração, o que se torna útil nos casos em os censos não contemplam perguntas sobre migração. O autor entende que o uso dessas técnicas parte do pressuposto que a migração é parte residual da diferença entre a projeção da população fechada e da população observada, permitindo estimar apenas a migração líquida, sem, no entanto, ilustrar qualquer informação sobre os fluxos. Entretanto, para uma análise mais detalhada com base nos quesitos recomendados, em estudos de migração sugere-se a aplicação das técnicas diretas uma vez que permitem fazer “o cálculo do número de imigrantes, sobreviventes à mortalidade e à *remigração*, em um intervalo de tempo, a origem dos fluxos e o lugar de residência, em uma determinada data anterior ao censo” (RIGOTTI 1999, P.31).

3.4.1 Técnicas Diretas

As estimativas diretas de migração são aquelas feitas mediante o uso dos quesitos do censo que dizem respeito ao migrante, daí a importância da definição adequada (RIGOTTI,1999). O migrante pode ser entendido como indivíduos que

mudaram de residência, sendo esse um dos principais pressupostos para se ser migrante. É nessa perspectiva que algumas das características específicas dos movimentos migratórios são conhecidos a partir das estimativas diretas, com base nos quesitos censitários acima detalhados, que permitem captar informações sobre medidas de volume, direção e temporalidade, duração de residência dos fluxos e seus componentes (XU-DOEVE, 2005; RIGOTTI, 1999; FOZ, 2021).

Existem outras estimativas que podem ser geradas a partir da combinação dos diferentes quesitos, a destacar: migração acumulada “*lifetime migration*”, saldo migratório, através da variável da data fixa podendo ser de 1 ou 5 anos; determinadas etapas migratórias; volumes de fluxos migratórios e trocas migratórias que constituem resultado da combinação entre o quesito de residência anterior e o tempo de residência (FOZ, 2021). Segundo Rigotti (1999) o saldo migratório é definido como sendo a diferença entre o volume de pessoas que não residiam em uma determinada área geográfica (país, província, distrito, cidade/vila) no início do período de referência e que tenham migrado para lá (imigrantes), e os que lá residiam no início do período, já tenham saído (emigrantes). É nesta perspectiva que Foz (2021) destacou a importância do quesito de data fixa, tal fato que faz com que o seu uso seja preferido na maior parte dos países, com referência de 1 ano em comparação com a última etapa. Este indicador é calculado entre os pares de áreas geográficas, entre os anos de 2016-2017 e 2012-2017, data fixa de 1 e 5 anos respectivamente, com áreas de destino e origem conhecidas. O uso deste quesito atribui às migrações a contribuição no crescimento populacional (CARVALHO; RIGOTTI, 1999).

3.4.2 Potencialidades, limitações dos quesitos e medidas de migração

Nos últimos anos as taxas de fecundidade em Moçambique têm vindo a registrar uma redução contínua, apesar de ser a um ritmo lento, e como consequência há uma tendência de diminuição constante do crescimento natural, sendo que em 1980 a taxa de fecundidade total foi de 6,4, em 1997 foi de 5,6, em 2007 e 2017, foi de 5,5 e 5,2 respectivamente (INE, 2017). Neste contexto, eleva-se a importância dos movimentos migratórios na redistribuição espacial da população.

É nesta perspectiva que esta seção é dedicada às análises sobre as potencialidades e limitações dos quesitos de migração do censo demográfico de 2017, e na proposta das recomendações sobre a inclusão de mais quesitos em futuras pesquisas, que possam permitir mais análises sobre o fenómeno migratório.

Os quesitos existentes no censo Moçambicano, apesar de seguirem as recomendações das Nações Unidas como foi referido acima, ainda estão longe de responder aos desafios da compreensão da mobilidade populacional. Foi nesse sentido que Foz (2021, p.408) argumentou que as perguntas listadas pela terceira revisão de princípios e recomendações das Nações Unidas para a mensuração de migração:

[...] limitam o conhecimento da história migratória da pessoa a, no máximo, quatro momentos: lugar de nascimento, onde vivia num momento fixo (geralmente 5 anos) no passado, última residência anterior à atual (que pode ter sido anterior ou posterior àqueles 5 anos atrás) e lugar de residência atual. No caso de indivíduos que migraram repetidas vezes, esse recorte é muito grosseiro, o que constitui um dos desafios principais do estudo da migração. Também nota-se que termos como “lugar de nascimento” podem ser entendidos de diferentes formas. Se refere à província ou UF, ou mais especificamente ao município ou distrito. O mesmo se aplica à duração da residência e à residência numa data fixa do passado (FOZ, 2021, p.408).

No entanto, este quesito tem limitações: o fato de fornecer estimativa pontual não permite dar uma ideia sobre a evolução da migração, a não ser que sejam usados vários períodos; não permite a estimação direta da migração entre dois censos, porque a referência habitualmente usada é a quinquenal, e em alguns casos de 1 ano; não capta etapas migratórias intermediárias ocorridas entre a data fixa e a data de referência do censo e nem de retornos dentro de um período, contabilizando-os como não migrantes; não capta migração de menores de 1 e 5 anos para data fixa (CARVALHO, MACHADO, 1992; RIGOTTI,1999; FOZ, 2021). A outra limitação discutida pelo Oliveira e Oliveira (2011), tem a ver com a restrição das abordagens mais profundas, como é o caso de análises de força de trabalho e no planejamento educacional, assim como em outras características relacionadas com relação às coortes de migrantes.

Neste contexto, Foz (2021) entende que para suprir as dificuldades analíticas e interpretativas decorrentes do uso de apenas um quesito, alguns países como o Brasil incluem dois quesitos nomeadamente de data fixa e de última etapa, que na perspectiva de Rigotti(1999), o uso simultâneo desses dois quesitos de migração permite estudar questões como a trajetória dos migrantes, constituindo uma abordagem que tem despertado muito interesse dos pesquisadores nessa temática, especialmente para os estudos relacionados à migração de retorno e outros tipos de movimentos, como emigração de passagem, a reemigração e as diferentes etapas migratórias.

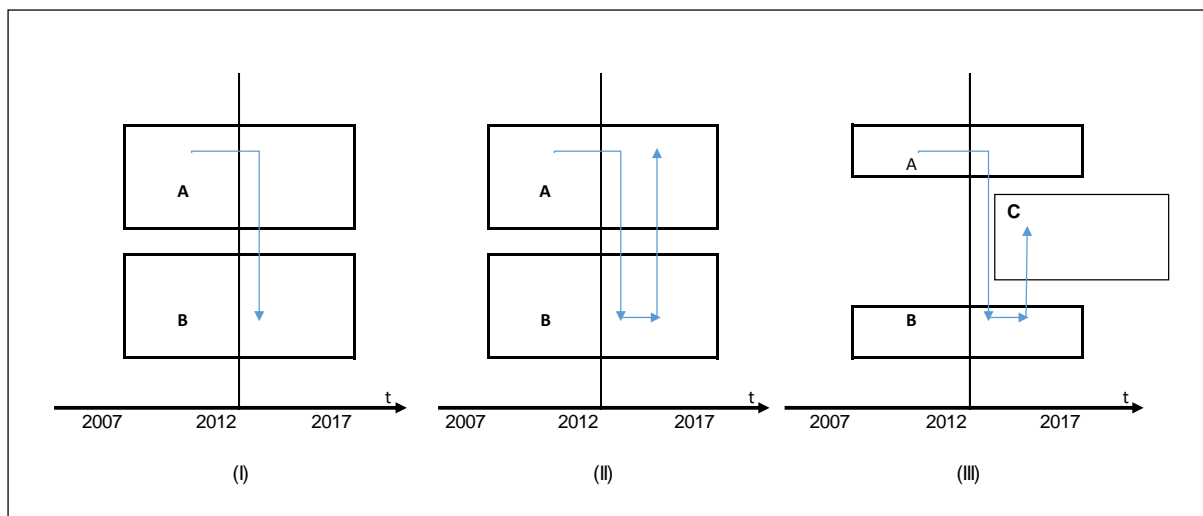
Importa referir que, com o fim da guerra em 1992, o país vivenciou um momento que foi caracterizado pelo retorno massivo para as suas áreas de origem abandonadas por questões de segurança. Trata-se das pessoas deslocadas internamente, assim como de refugiados nos países vizinhos, o que poderia constituir uma oportunidade para análises aprofundadas sobre o fenómeno migratório. No entanto, esse fato não teve a devida atenção, nem nos censos demográficos subsequentes, a avaliar pela evolução dos quesitos de migração. Cabe destacar, por exemplo, que o fenómeno de migração de retorno tem sido negligenciado por vários autores, pois é assumido como um fenómeno raro com pouco impacto de ponto de vista quantitativo (ALVES, 1993),

Por seu turno, Rigotti (1999, 2000) afirma que o quesito de data fixa difere do de última etapa, na medida em que a origem da data fixa se refere ao lugar de residência no início do intervalo, por exemplo, primeiro de agosto de 2016 ou 2012 (1 e 5 anos respetivamente, em relação ao censo de 2017), e não ao local de residência imediatamente, anterior à última migração. O quesito de data fixa apresenta uma vantagem no cálculo de medidas convencionais de migração, isto porque mostra ser possível captar o volume do fluxo e estimação do saldo migratório aumentando assim a sua capacidade analítica.

Algumas vantagens do uso do quesito de data fixa é que o **saldo migratório** gerado de mensuração direta não é uma estimativa, contrariamente ao gerado a partir da aplicação da técnica indireta (RIGOTTI, 1999; SOARES, 2018). Trata-se de uma medida que é usada nas projeções demográficas por fornecer informações sobre o crescimento populacional e comparáveis, com mortalidade e fecundidade, podendo ser decomposto em imigrantes e emigrantes (FOZ, 2021; SOARES, 2018, RIGOTTI, 1999).

No artigo sobre o uso dos quesitos censitários para o estudo das migrações, Rigotti (1999) afirma que a escolha dos quesitos pode induzir a novas análises ou limitá-las, dependendo da disponibilidade deles em cada censo. É nesta perspectiva que o autor entende ser ideal a contemplação de todos os quesitos de migração (data fixa e última etapa). Esse fato justifica-se na medida em que o seu uso combinado faz com que muitas restrições possam ser relativizadas, assim como podem trazer novos aspectos sobre a mobilidade espacial, tal como será ilustrado na figura 3 abaixo propostas por Rigotti (1999), e adaptadas para o censo 2017 de Moçambique.

Figura 3 Diagramas sobre os diferentes movimentos migratório a partir dos quesitos diretos de migração (data fixa e última etapa)



Fonte: Rigotti (1999)

O diagrama I mostra o caso em que os dois quesitos apresentam a mesma informação sobre o número de migrantes. Neste caso a pessoa é enumerada na data do censo em 2017 no local de residência em B, no entanto declara que em 2012 (5 anos antes) morava no local A, que coincide com o seu último local de residência (última etapa). Neste caso o movimento não apresenta nenhuma etapa intermediária.

O diagrama II mostra as possibilidades das migrações por etapas, que permitem fazer estudos sobre as migrações de retorno, de curto prazo e daqueles que migraram e retornaram dentro do quinquênio 2012-2017. Neste caso a pessoa residia no local A em 2017 (na data do censo), tendo vindo do local B em 2015, que, no entanto, em 2012 residia no local A. Para o quesito de data fixa o migrante declarou o local A como a sua residência em 2012, e por sua vez o mesmo declarou B como o seu local de última residência em 2015 (última etapa). Isto significa que a pessoa residia em B há menos de 3 anos e retornou ao local A, ou seja, fez esse movimento dentro de um quinquênio, o que é chamado de migração de retorno pleno, podendo este ser ou não natural. Se a pessoa for **natural de A** nada se saberá sobre a sua residência antes de 2012, podendo ter feito vários movimentos desde o seu nascimento até 2012. Mas também pode existir uma possibilidade de ela nunca ter saído do local A desde o seu nascimento até 2017. Se a pessoa for **natural de B** ou um outro local diferente de A, pode se deduzir que ela tenha feito pelo menos um movimento migratório até A.

O Diagrama III fornece informação direta importante para analisar as migrações por etapas. Assumindo que o indivíduo foi recenseado no local C em 2017, vindo de B em 2015, e em 2012 residia em A. Pela variável de data fixa o indivíduo

declara o local A como residência há 5 anos (2012), e B como local de última residência, o que quer dizer que residiu em B por menos de 3 anos e que posteriormente saiu para C em 2015, sendo natural ou não de C. Sobre a sua permanência em B nada se tem conhecimento, visto que o indivíduo não residia em B, nem no início e nem no final do quinquênio. E se for natural de C pode se deduzir que ela tenha retornado. Para análise dos fluxos e etapas do processo migratório em Moçambique, recorre-se aos quesitos de mensuração direta de migração, disponíveis no censo demográfico, com base nos quesitos de data fixa e duração de residência, sendo que este último possibilita também a análise de qualidade dos dados censitários (FOZ, 2021), porém este último quesito precisa ser inferior a 5 anos se o indivíduo for migrante quinquenal de data fixa e inferior a 1 se for de data fixa de 1 ano.

Foi nessa perspectiva que Carvalho e Rigotti (1999) argumentaram sobre a importância dos quesitos de última etapa, visto que enriquecem mais os estudos sobre as migrações, e com uma particularidade de apresentar a dimensão temporal e espacial a partir da combinação do local de última residência e a duração de residência, muito embora o censo de Moçambique não forneça a informação sobre o local de última residência. Vale ressaltar que essa questão é feita a todos os que residiam em uma área geográfica diferente de onde foram recenseados, ou seja é feita apenas aos migrantes com menos de 10 anos de residência no caso de Brasil, enquanto que em Moçambique é feita a todos indivíduos recenseados, com intuito de saber o tempo de residência no atual no local sem interrupção (INE, 2017). Nessa perspectiva, Soares (2018) afirma que a mensuração direta da migração serve para a identificação dos migrantes de última etapa e de data fixa a partir dos quesitos dos censos. É com base nesses quesitos que são geradas algumas medidas básicas de migração que serão usadas no trabalho, como taxas líquidas de migração e índice de eficácia migratória.

O cálculo da taxa líquida da migração é uma medida relativamente fácil de entender, entretanto apresenta alguma complexidade e sensibilidade na sua interpretação, daí exigir muitos cuidados. Por exemplo, o saldo migratório nulo ou quase nulo não significa ausência de fluxos, mas sim pode ter sido motivado por alta rotatividade dos movimentos, ou de poucas entradas e saídas dos migrantes em uma determinada área geográfica (FOZ, 2021). Ou seja, a taxa líquida migratória ganha

em qualidade de interpretação quando associada à análise do volume de imigrantes e de emigrantes.

Esta medida é mais usada na análise demográfica como representação relativa da migração líquida, que, de acordo com Rigotti (1999), é definida como o quociente entre o saldo migratório e a população observada no final do período. Essa taxa pode assumir valores negativos, positivos ou nulos. Quando for positivo significa que houve um ganho da população em relação a população observada no segundo censo 2017, comparado ao censo de 2007. Para uma taxa negativa significa que a população observada no Censo de 2017 foi diminuída, ou seja, houve uma perda populacional no período intercensitário devido à migração (RIGOTTI, 1999).

A razão entre saldo migratório e o volume total dos imigrantes e emigrantes resulta em um indicador chamado de **Índice de eficácia migratória** (IEM), que é usado para medir a capacidade de atração, evasão ou circulação/rotatividade migratória de uma determinada área geográfica (FOZ, 2021). É nessa perspectiva que Baeninger (2012), no seu trabalho sobre rotatividade migratória, sugere que, nas migrações internas contemporâneas, esses termos podem ser substituídos por: áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória, áreas de perdas migratórias e áreas ou etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória.

O crescimento econômico e a melhoria dos indicadores sociais que Moçambique registra nos últimos anos, em decorrência dos grandes investimentos estrangeiros e associados a estabilidade política, têm contribuído em grande medida para uma maior mobilidade populacional e redistribuição espacial da população, alterando as tendências migratórias internas. Este indicador poderá ajudar na análise dos fluxos migratórios para aferir a existência de novas condições migratórias para as diferentes províncias. O índice de eficácia migratória varia de -1 a 1, representando perdas migratórias elevadas para os valores próximo a -1; retenção migratória para valores próximos de 1; e áreas de alta mobilidade para valores próximos de 0, isto é, entradas e saídas de pessoas com volumes próximos conforme se ilustra na Tabela 3 (DOTA, QUEIROZ, 2019).

Tabela 3 Classificação do Índice de Eficácia Migratória – IEM

Intervalo	Classificação
-1.0 a -0.13	Área de Perda Migratória (P)
-0.12 a 0.12	Área de rotatividade Migratória/ Circulação (C)
0.13 a 1.0	Área de retenção migratória (R)

Fonte: Dota e Queiroz (2019)

Ao cruzar o quesito de data fixa com o local de nascimento, aumenta-se as possibilidades de análise, na medida em que pode dar indicativos sobre mudanças anteriores nos padrões de migração. De acordo com as Nações Unidas, esse cruzamento permite classificar o migrante em três categorias: migrantes primários - aqueles que viviam em uma data fixa anterior no lugar onde nasceram e na data do recenseamento moravam em uma área diferente; migrantes secundários - são aqueles que moravam fora do lugar de nascimento em uma determinada data fixa anterior e na data do censo moravam em uma terceira área geográfica; migrantes retornados - são aqueles que viviam fora da área de nascimento em uma data fixa anterior ao censo e na data do mesmo haviam retornado (RIGOTTI, 1999; UNITED NATIONS, 1970). Essas medidas são importantes para Moçambique, uma vez que vivenciou vários momentos que contribuiriam para o maior fluxo de retornados, desde o fim da guerra em 1992, com milhares de pessoas regressando às suas zonas de origem, quer sejam internas, assim como internacionais.

3.4.3 Técnicas Indiretas

Estes métodos são caracterizados pelo uso da informação de dois censos e de estatísticas vitais, podendo estimar apenas os saldos migratórios por sexo e idade, constituindo assim uma desvantagem por não mensurar os volumes migratórios (CARVALHO, 1982). Na perspectiva de Rigotti (1999) este é o método mais simples, frequentemente usado em censos com problemas de amostra, cobertura e na ausência de quesitos de migração, pois requer poucos quesitos para a sua aplicação. Apesar dessa simplicidade, a sua aplicação exige dados dos censos que tenham uma ótima qualidade, isto é, uma boa cobertura e ausência de erros de declaração de idade (CARVALHO, 1982).

A técnica de estimação tem como base o princípio da equação compensadora o crescimento vegetativo, no qual se estima a migração a partir da diferença entre a população esperada, fechada e a população observada no segundo censo, considerando a população observada em um censo anterior (RIGOTTI, 1999). A

diferença residual dessas duas populações corresponde ao saldo migratório intercensitário (CARVALHO; GARCIA, 2002). É na mesma perspectiva que os autores Carvalho e Rigotti (1998) afirmam que essa técnica consiste na estimação residual a partir do Método Residual, no segundo censo, resultante da diferença entre o volume de população observada, isto é aberta a migração e população esperada, ou seja, na ausência migração, podendo apenas ser possível calcular os saldos migratórios decenais e taxas líquidas de migração por sexo e idade, não sendo possível diferenciar os fluxos migratórios de imigrantes e emigrantes.

3.5 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

Esta seção é dedicada à descrição dos procedimentos metodológicos usados para o alcance dos objetivos da pesquisa. Para esse efeito, devido a falta da disponibilidade dos microdados do censo de 2007, em função de problemas em relação ao fator de expansão da amostra, foram usados os microdados do censo demográfico de Moçambique de 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE), e os dados de sinopse estatística do censo de 2007. Em relação ao recorte espacial, o censo coleta dados no nível provincial, distrital e Cidade/vila, não obstante, o fato da presente pesquisa limitar o seu estudo no nível provincial, em função de problemas de qualidade nas informações de migração em unidades administrativas mais desagregadas, principalmente em função de problemas relacionados aos códigos dos distritos. Para tanto, serão utilizados os softwares SPSS e QGIS 3.0, de análise e processamento de dados, e de geoprocessamento respetivamente. Foram efetuadas análises de movimentos migratórios internos interprovíncias e internacionais.

Neste sentido, a operacionalização dos resultados da pesquisa obedece a duas etapas, nomeadamente: análise de qualidade dos quesitos de migração do censo e análise de tendência e distribuição espacial dos movimentos migratórios.

3.5.1 Variáveis selecionadas para a análise da seletividade migratória

As variáveis selecionadas e as características da seletividade apresentadas na tabela 1 foram todas usadas no trabalho, porém algumas sofreram alguma alteração, de forma a responderem ao objetivo do trabalho, nomeadamente: idade, nível de escolaridade, sendo que as restantes foram mantidas com a mesma categoria.

A variável idade em anos (P4) capta a idade do migrante de data fixa 1 a 5 anos, a qual foi agrupada em 17 grupos etários, sendo 16 quinquenais e o último com 80 anos e mais. No diz respeito ao nível de escolaridade concluído (P24) são apresentadas 15 categorias pelo censo demográfico, sendo que, para o propósito desta pesquisa, foram reagrupadas em apenas 3 categorias: i) 0-4 – Escolaridade Baixa; 5-10- Escolaridade Média e de 11-14 Escolaridade Alta. A variável duração ininterrupta de residência (P7a), declarada em anos foi agrupada em 12 categorias: sendo a primeira de “0” para os indivíduos com tempo de residência menos de 1 ano; “1” com 1 ano; e a última “11” com 11 anos e mais. As variáveis, local de nascimento (P7), local de residência a data fixa de 1 anos (P16), local de residência a data fixa de 5 anos (P17) e o local de residência atual foi usado como delimitação espacial da província.

3.5.2 Etapa 1- Análise de qualidade dos quesitos do censo

No concernente à avaliação da qualidade dos quesitos censitários de migração e suas características, é importante aferir a sua consistência, pois qualquer coleta de dados tem sido susceptível a erros, podendo impactar negativamente na qualidade dos resultados. Ademais, os poucos trabalhos de migração existentes para o caso de Moçambique justificam a realização de uma análise criteriosa da qualidade dos quesitos censitários, como forma de contribuição para estudos futuros. Abaixo seguem os testes propostos para aferir a qualidade dos dados:

- **Teste de inconsistência dos códigos das unidades geográficas**

Todos os quesitos da dimensão espacial no censo são desagregados por província, distrito, Cidade/vila para os movimentos internos, e países para as migrações internacionais. Os diferentes níveis de áreas geográficas são representados por códigos, podendo ser susceptíveis a erros durante a coleta de dados, uma vez que esta, é feita em formato de papel. Os erros mais comuns nesses casos têm sido a codificação de áreas geográficas de nível micro (distritos, cidade ou vilas) não consistentes com as respectivas províncias. E é nesses casos, em que os recenseadores tem instrução de proceder com a respectiva correção no ato da entrevista, de modo a minimizar esse tipo de erros (INE, 2017). Ciente desse tipo de

casos a presente pesquisa propôs-se fazer o teste de consistência cujo resultado norteou na delimitação da unidade geográfica da pesquisa.

- **Teste de consistência dos quesitos de data fixa;**

A análise de consistência baseada nos dois quesitos de data fixa, foi proposta pelo Foz (2021) como forma de aferir a sua qualidade, partindo do pressuposto que os migrantes de data fixa de 5 anos devem ser mais ou menos, 5 vezes mais que os migrantes de data fixa de 1 ano.

- **Teste dos quesitos de data fixa com relação a idade**

Com este teste, procedeu-se com a análise de consistência simples, da variável idade do migrante (P4), para aferir se os indivíduos do grupo etária de 0-4 anos responderam ao quesito de data fixa de 5 anos, e se indivíduos menores de um ano responderam ao quesito de data fixa de 1 ano, tendo em conta que, conceitualmente não devem responder pelo fato de nesse período, ainda não existirem.

- **Teste do quesito de data fixa com relação a duração de residência**

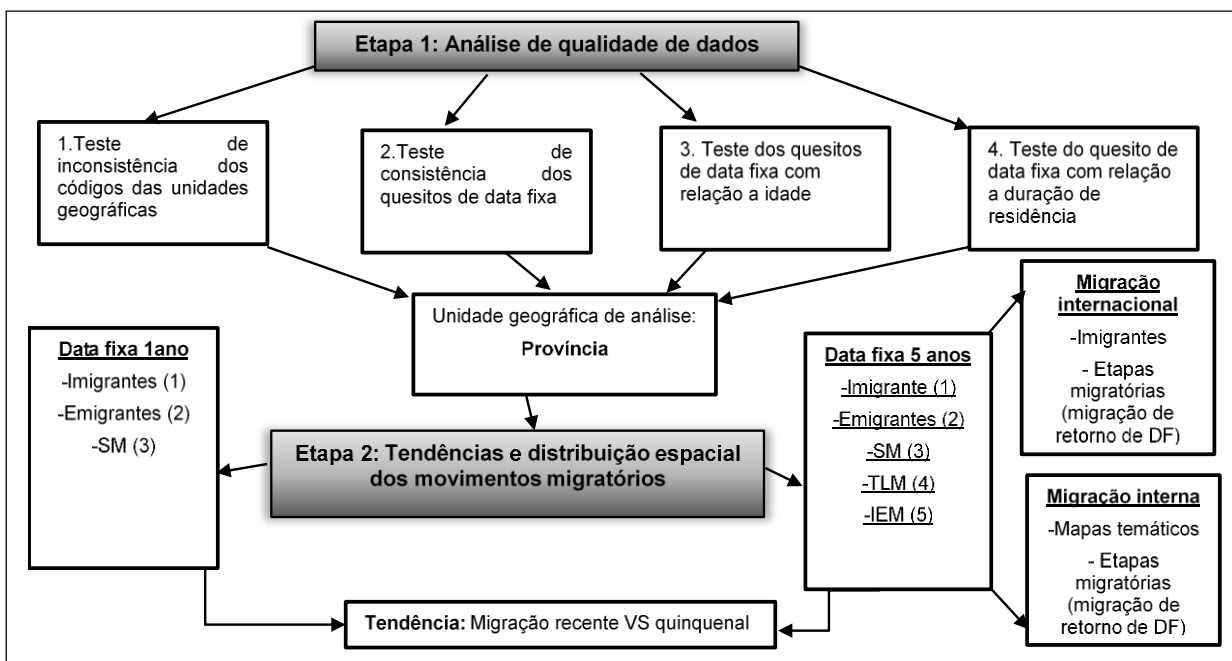
Um outro quesito importante que auxiliou na aferição de consistência de dados é a duração de residência, cruzada com os quesitos de data fixa de 1 e 5 anos, visto que as perguntas são feitas a residentes e não residentes. Isso irá permitir aferir o número de “transgressores”, que é o conceito usado pelo Carvalho *et al* (2000), com base nos quesitos de data fixa e especificamente, a última etapa, a partir do quesito tempo de residência.

3.5.3 Etapa 2- Tendência e distribuição espacial dos movimentos migratórios

Nesta etapa foram usadas as técnicas de mensuração de migrações que auxiliaram na análise descritiva e de tendência dos movimentos migratórios internos interprovinciais e internacional, características de seletividade dos migrantes; foram calculados os números de emigrantes, imigrantes, saldos migratórios, taxa líquida de migração e índice de eficácia migratória. Foram também, feitas análises etapas migratórias de data fixa, nomeadamente migração retorno internos e imigração de retorno internacional que ajudaram na compreensão das dinâmicas migratórias. Os

mapas temáticos com volume de imigrantes e emigrantes, saldo migratório de data fixa de 5 anos foram usados para a compreensão dos fluxos migratórios entre as províncias e as regiões do país. Com recurso ao *software* QGIS 3.0 foram feitas análises espaciais dos movimentos migratórios. Foram, igualmente, inseridas informações sobre os fluxos migratórios interprovinciais, e saldos migratórios, gerados a partir dos microdados do censo, para o formato de banco de dados geoespaciais em formato de *Shapefile*. Após a importação de dados foram feitos mapas temáticos de fluxos com auxílio do complemento *flowmaps* do QGIS.

Figura 4 Organograma do procedimento metodológico da pesquisa



Fonte: Elaboração própria

A figura 4 ilustra os principais passos que a pesquisa vai seguir para o alcance dos resultados. O primeiro passo consiste em fazer análises de qualidade de dados a partir dos 4 testes propostos que ajudaram na delimitação da unidade geográfica de análise (província). O segundo passo consiste na análise de tendência e distribuição espacial dos movimentos migratórios, no qual são selecionados os dois quesitos de data fixa, de 1 e 5 anos, que foram usados para analisar as tendências de migrações recentes com as quinquenais. E com o quesito de data fixa de 5 anos calculadas mais medidas de migração para estudos de migração internacional e migrações internas interprovinciais, com base em algumas medidas calculadas fazer análise da distribuição espacial dos movimentos migratório com recurso a mapas temáticos.

4 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa são apresentados neste capítulo, que é estruturado em duas seções, nomeadamente: a seção 4.1, dedicada a análise de qualidade dos quesitos do censo sobre a migração e algumas variáveis de atributos de seletividade migratória; a seção 4.2, que apresenta as análises de tendências e distribuição espacial dos movimentos migratórios, das migrações recentes, assim como de data fixa de 5 anos, incluindo algumas medidas de migração e as características de seletividade dos migrantes.

4.1 ANÁLISE DE QUALIDADE DOS QUESITOS CENSITÁRIOS DO CENSO 2017 DE MOÇAMBIQUE

No quesito de data fixa foram constatados alguns erros de natureza não amostral, especificamente, os erros de codificação nas unidades geográficas. De acordo com o manual do recenseador, recomenda-se que sempre que os distritos, cidades ou vilas, forem mencionados pelos recenseados e inconsistentes com a respectiva província, os recenseadores devem fazer a devida correção (INE, 2017). Entretanto, os dados apresentados na tabela 4 ilustram que existem vários erros decorrentes de má codificação dos distritos, e de um número muito significativo de indivíduos que responderam desconhecer o distrito de residência em uma data fixa, o que foi bastante intrigante, limitando assim o uso deste nível de unidade geográfica mais desagregado, para as análises. Constatou-se que, do total dos migrantes intraprovinciais, cerca de 80% apresentaram inconsistências, tendo respondido não saber em que distrito moravam em uma data fixa, o que pode estar associado à falta de correção por parte do entrevistador no momento da entrevista, segundo as recomendações do manual.

Tabela 4 Inconsistências na declaração do distrito de residência há 5 anos por províncias, Moçambique 2017

Província	Volume de migrantes	Código errado	Não sabe (99)	Código correto
Niassa	386.562	0,3%	93,9%	5,9%
Cabo Delgado	477.664	0,1%	92,1%	7,8%
Nampula	3.538.764	0,0%	66,0%	34,0%
Zambézia	1.020.197	0,0%	95,2%	4,8%
Tete	513.962	0,1%	95,1%	4,9%
Manica	404.860	0,7%	90,4%	8,9%
Sofala	478.941	1,0%	87,5%	11,5%
Inhambane	222.281	0,1%	89,6%	10,3%
Gaza	245.659	0,1%	91,2%	8,7%
Maputo Província	452.965	6,4%	78,0%	15,6%
Maputo Cidade	187.072	7,5%	79,6%	12,9%
Total	7.928.927	0,7%	79,6%	19,8%

Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

4.1.1 Teste dos dois quesitos de data fixa

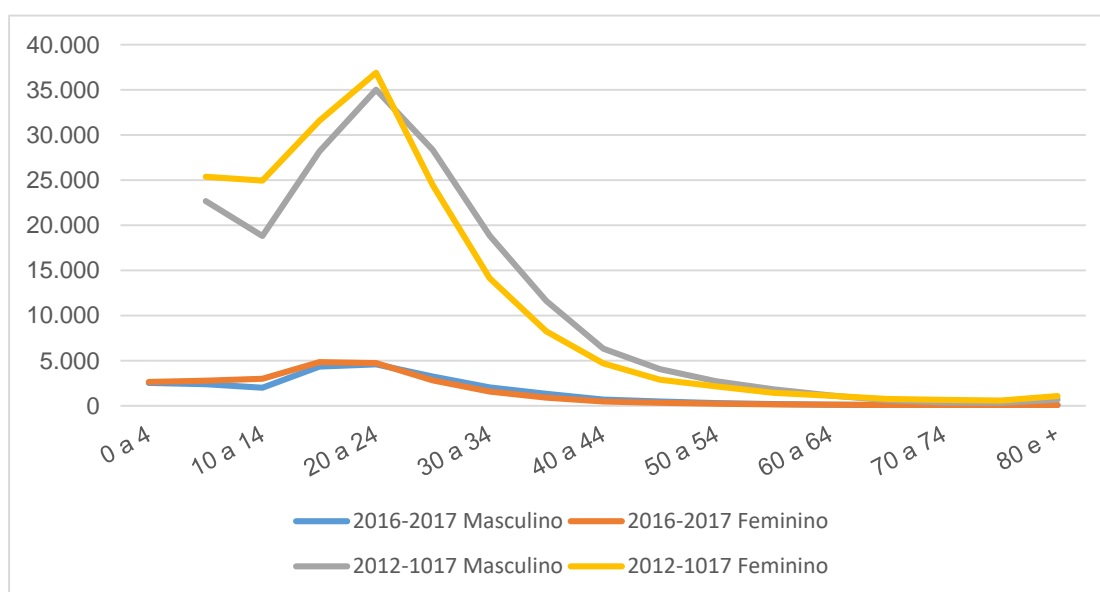
Outro quesito usado para análise de inconsistências é o quesito de data fixa em países que usam informação de duas datas fixas, mormente de 5 e 1 ano tal como é o caso de Moçambique. Neste caso, Foz (2021) argumenta que os volumes migratórios estimados no período de 5 anos deveriam ser mais ou menos 5 vezes maiores que os estimados de 1 ano, fato ilustrado pelo gráfico 1 e tabela 5. Neste quesito o censo apresentou informação mais consistente em comparação com o do censo de 2007, o que no ponto de vista do Foz (2021), três possíveis explicações podem estar por de trás dessas diferenças : 1 - Possibilidade de maior ocorrência de maior fluxo migratório no período de um ano anterior ao censo em relação a 5 anos; 2 – Má declaração por parte de respondentes, ao declarar o tempo de residência de 1 ano, assumindo um tempo mais longo; 3 - Existência de indivíduos que migram com mais frequência em relação aos outros.

Tabela 5 Teste de avaliação de inconsistência dados Razão de migrantes de data fixa de 5 anos por 1 ano

	Masculino		(2)/(1)	Feminino		(4)/(3)
	2016-2017 (1)	2012-2017 (2)		2016-2017 (3)	2012-2017 (4)	
0 a 4	2.545			2.638		
5 a 9	2.263	22.697	10,0	2.624	25.387	9,7
10 a 14	1.903	18.802	9,9	2.841	24.937	8,8
15 a 19	4.206	28.181	6,7	4.608	31.598	6,9
20 a 24	4.335	35.020	8,1	4.451	36.899	8,3
25 a 29	3.019	28.373	9,4	2.608	24.441	9,4
30 a 34	1.873	18.844	10,1	1.451	14.128	9,7
35 a 39	1.215	11.609	9,6	838	8.227	9,8
40 a 44	646	6.326	9,8	453	4.685	10,3
45 a 49	444	4.051	9,1	301	2.875	9,6
50 a 54	272	2.725	10,0	213	2.135	10,0
55 a 59	178	1.837	10,3	140	1.415	10,1
60 a 64	119	1.162	9,8	115	1.103	9,6
65 a 69	58	605	10,4	78	756	9,7
70 a 74	42	362	8,6	61	659	10,8
75 a 79	41	321	7,8	73	584	8,0
80 e +	84	672	8,0	89	1.061	11,9
Total	23.243	181.587	7,8	23.582	180.890	7,7

Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Gráfico 1 Número de migrantes interprovinciais de homens e mulheres, Moçambique 2012-2017 e 2016-2017



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

4.1.2 Teste dos quesitos de data fixa com relação à idade

Em termos conceituais, os indivíduos com menos de 1 e 5 anos não devem responder aos quesitos de data fixa de 1 e 5 anos respectivamente, obviamente pela sua não existência as referidas datas. Foi nesse contexto que se fez uma análise para aferir a existência de algum erro em relação a variável idade.

Foi aplicado o filtro de migrantes de data fixa interprovinciais de 1 ano, o qual seleciona todos indivíduos, cujo o local de residência atual (2017) se difere do local de residência há um ano antes do censo. O mesmo procedimento foi executado para a data fixa de 5 anos, seguido de uma rotação de frequência absoluta simples da variável idade, tendo originado os resultados na tabela 6. Neste sentido, constatou-se a inexistência de migrante com idade menor de 1 ano e menor de 5 anos, que tenham respondido pelo quesito de data fixa de 1 e 5 anos respectivamente, revelando deste modo a ausência de qualquer inconsistência.

Tabela 6 Migrantes de data fixa de 1 e 5 anos segundo idade simples

Idade (anos)	Migrantes Data Fixa	
	1Ano	5 anos
0	-	-
1	1.466	-
2	1.353	-
3	1.197	-
4	1.167	-
5	1.101	10.372
6	1.071	9.946
7	965	10.244
8	889	8.933
9	861	8.589
10 mais	36.755	314.393
Total	46.825	362.477

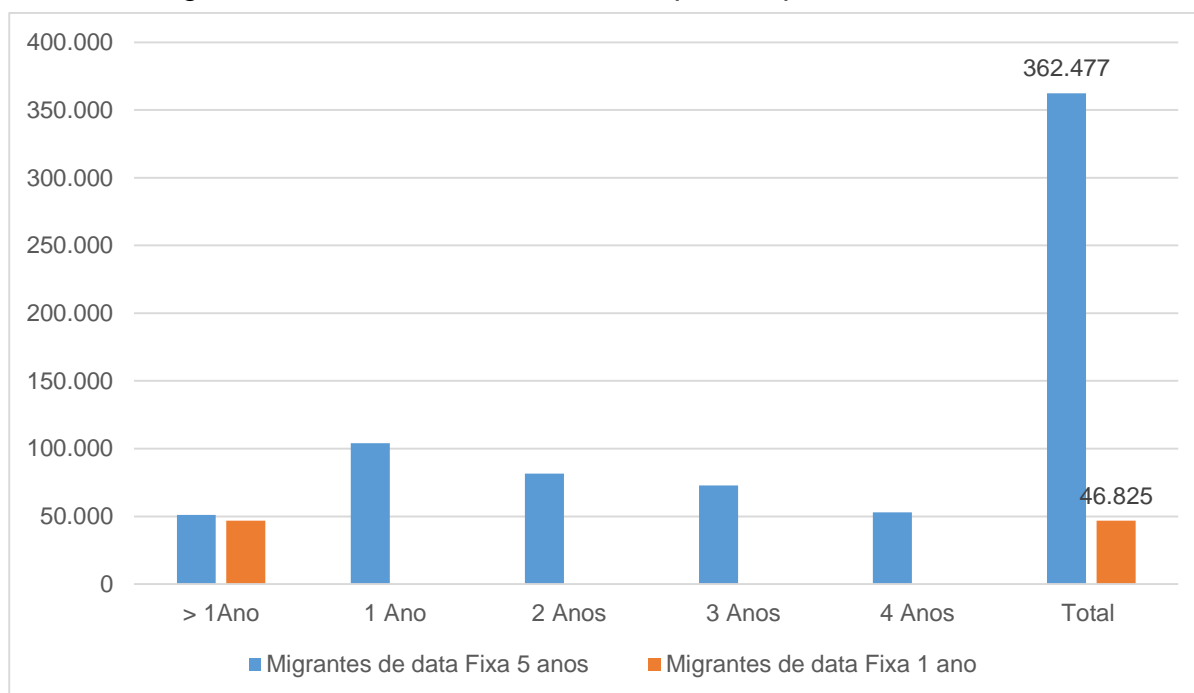
Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

4.1.3 Teste do quesito de tempo de residência com relação a data fixa

O quesito duração de residência é expresso em anos, referente ao tempo ininterrupto de residência no local de residência atual. Sendo assim, ninguém pode morar por um período superior a data fixa e responder aos quesitos de data fixa. Isto significa que indivíduos com duração de residência menor que a idade e duração de residência menor que 5 anos não podem ter respondido ao quesito de data fixa de 5 anos. Após aplicada essa condição no banco de dado fez se uma rotação de frequência que quesito de duração de residência, onde se constatou a inexistência

desses casos, que revelou a ausência de inconsistência neste quesito. Um outro teste alternativo feito foi, o cruzamento de duração de residência com data fixa de 5 anos e tendo se constatado que a este quesito foi respondido pelos indivíduos com tempo de residência ininterrupta menor de 5 anos e 1 ano para data fixa de 5 e 1 ano respetivamente, tal como ilustra o gráfico 2, e consistente com o volume total de migrantes.

Gráfico 2 Migrantes de data fixa de 1 e 5 anos por tempo de residência



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

A matriz de origem e destino (tabela 7), pelo quesito de data fixa de 5 anos, revela que no censo moçambicano, todos os indivíduos responderam ao quesito de data fixa, isto é, os migrantes e os não migrantes, por essa razão que, a diagonal principal da matriz é diferente de zero, o que representa o número de pessoas que não migraram e os que saíram e depois retornaram (RIGOTTI, 1999). Deste modo para identificação dos migrantes, é necessário a aplicação de um filtro de condição de migrante de data fixa, que são todos aqueles cujo local de residência em 2017 era diferente do local de residência em 2012, que é representado pela matriz (tabela 8), que excluindo todos os não migrantes, os retornados e todos aqueles que declararam desconhecer o local de residência a data fixa “Não sabe”, daí que a diagonal é igual a zero. E é com base na informação dessa matriz que é usada para análise dos movimentos migratórios internos interprovincial de Moçambique, uma vez que ela apresenta também os volumes e fluxos migratórios. Cabe destacar a província de

Maputo e cidade com maior volume de imigrantes 31,7% e 15,0% respetivamente enquanto que as províncias com maior número de emigrantes ao as províncias da Zambézia e Inhambane com 19,7% e 14,3%

Tabela 7 Matriz de origem e destino de data fixa de 5 anos entre as províncias 2012-2017

Residência há 5 anos (2012)	Residência atual (2017)											Total
	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo Província	Maputo Cidade	
Niassa	1.353.711	1.304	2.810	1.950	469	348	451	134	129	718	526	1.362.550
Cabo Delgado	915	1.843.630	4.909	627	277	300	480	192	170	914	837	1.853.251
Nampula	4.915	11.527	4.395.545	7.193	1.258	922	2.643	517	398	3.028	2.947	4.430.893
Zambézia	3.328	1.557	11.421	4.009.405	2.896	4.704	22.289	638	819	14.188	9.407	4.080.652
Tete	387	390	713	1.417	2.069.201	4.326	6.268	298	225	1.353	1.000	2.085.578
Manica	345	310	680	1.015	4.387	1.483.235	6.761	522	504	1.692	1.136	1.500.587
Sofala	482	595	1.666	4.506	4.600	18.212	1.781.927	1.514	587	4.368	3.203	1.821.660
Inhambane	206	255	418	760	790	947	2.095	1.248.846	4.091	30.394	11.760	1.300.562
Gaza	126	149	295	366	325	343	532	1.650	1.177.084	19.879	9.136	1.209.885
Maputo Província	669	1.067	2.329	2.671	2.202	1.569	2.413	5.465	5.748	1.549.001	14.516	1.587.650
Maputo Cidade	25	103	177	175	92	114	222	716	843	38.327	906.739	947.533
Não Sabe	348.642	406.828	1.062.419	972.372	465.329	336.911	370.764	194.312	197.441	244.216	119.070	4.718.304
Total	1.713.751	2.267.715	5.483.382	5.002.457	2.551.826	1.851.931	2.196.845	1.454.804	1.388.039	1.908.078	1.080.277	26.899.105

Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Tabela 8 Matriz de origem e destino de migrantes interprovinciais de data fixa de 5 anos, quinquênio 2012-2017

Residência há 5 anos (2012)	Residência atual (2017)											Total
	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo Província	Maputo Cidade	
Niassa	0	1.304	2.810	1.950	469	348	451	134	129	718	526	8.839
Cabo Delgado	915	0	4.909	627	277	300	480	192	170	914	837	9.621
Nampula	4.915	11.527	0	7.193	1.258	922	2.643	517	398	3.028	2.947	35.348
Zambézia	3.328	1.557	11.421	0	2.896	4.704	22.289	638	819	14.188	9.407	71.247
Tete	387	390	713	1.417	0	4.326	6.268	298	225	1.353	1.000	16.377
Manica	345	310	680	1.015	4.387	0	6.761	522	504	1.692	1.136	17.352
Sofala	482	595	1.666	4.506	4.600	18.212	0	1.514	587	4.368	3.203	39.733
Inhambane	206	255	418	760	790	947	2.095	0	4.091	30.394	11.760	51.716
Gaza	126	149	295	366	325	343	532	1.650	0	19.879	9.136	32.801
Maputo Província	669	1.067	2.329	2.671	2.202	1.569	2.413	5.465	5.748	0	14.516	38.649
Maputo Cidade	25	103	177	175	92	114	222	716	843	38.327	0	40.794
Total	11.398	17.257	25.418	20.680	17.296	31.785	44.154	11.646	13.514	114.861	54.468	362.477

Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

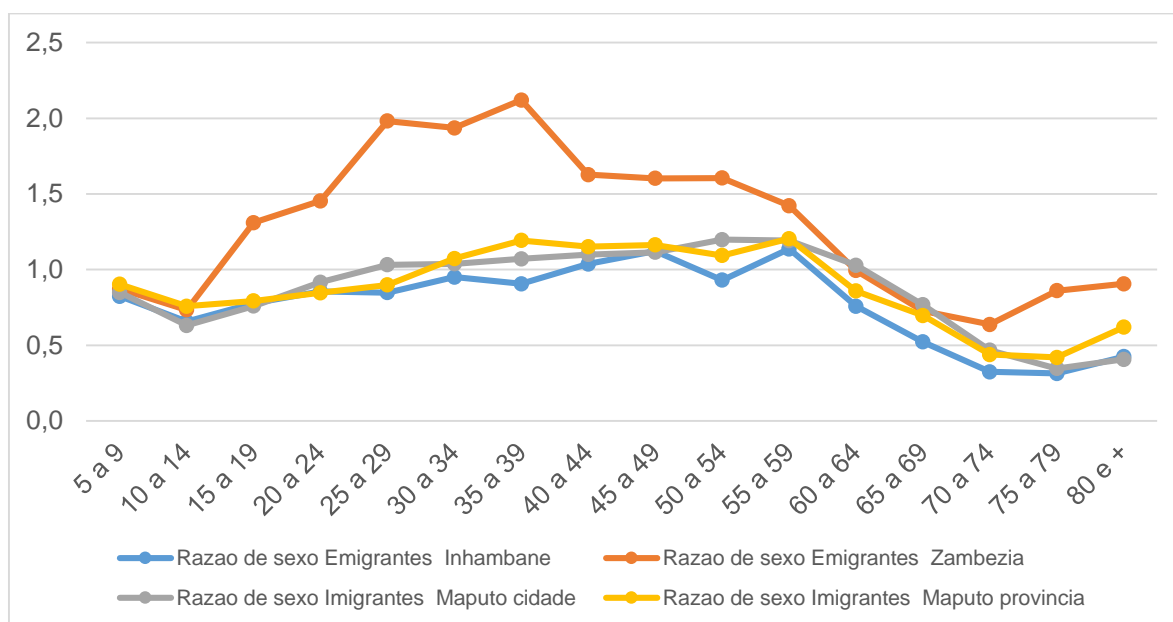
4.2 TENDÊNCIAS E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

4.2.1 Atributos sociodemográficos

Esta subseção analisa e compara o perfil sócio demográfico de algumas características de seletividade. No gráfico 3 são apresentadas as duas principais características de seletividade migratória que são **sexo e idade** dos migrantes internos interprovíncias, representadas pelo indicador razão de sexo e grupos etários respetivamente. Importa referir foram selecionadas quatro províncias para analisar o perfil dos migrantes por serem as províncias com maior volume de emigrantes (Zambézia e Inhambane) e as outras duas com maior volume de imigrantes (Maputo cidade e província de Maputo), tabela 8. A província da Zambézia é dominada por emigrantes do sexo masculino em idades ativas, enquanto as restantes são caracterizadas por migração feminina no geral com algumas variações em alguns grupos de idade. A província de Maputo recebeu 52,6% de imigrantes do sexo feminino, destes 33,5% provenientes de Maputo cidade, 19,5% de Gaza e 27,8% de Inhambane e todas províncias da região Sul. E Maputo cidade com 53% são imigrantes do sexo feminino provenientes da província de Maputo (28,9%), Gaza (18,9%) e Inhambane (23,4%). Em relação a província a segunda com maior volume de emigrantes, com 55% do sexo feminino, destas cerca de 90% tiveram como destino as províncias da região Sul do país. Pode se constatar que a predominância da migração feminina em Moçambique ocorre em províncias da região Sul, uma particularidade identificada por Raimundo e Muanamuha (2013) a partir do censo de 2007. Essa tendência vem corroborar com as teorias formuladas de migração por Ravenstein (1885-1889), denominadas por Leis de Ravenstein (*'Ravenstein Laws'*), que afirmava que a migração feminina era menos expressiva em curtas distancias em relação a masculina.

No que diz respeito ao perfil etário da migração nessas províncias apresenta um padrão da curva clássica de migração proposta por Rogers e Castro (1981), que é caracterizada por predominância de migrantes jovens em idade ativa, corroborando deste modo com autores (CARVALHO *et al.*, 2018; CAMPOS, 2018).

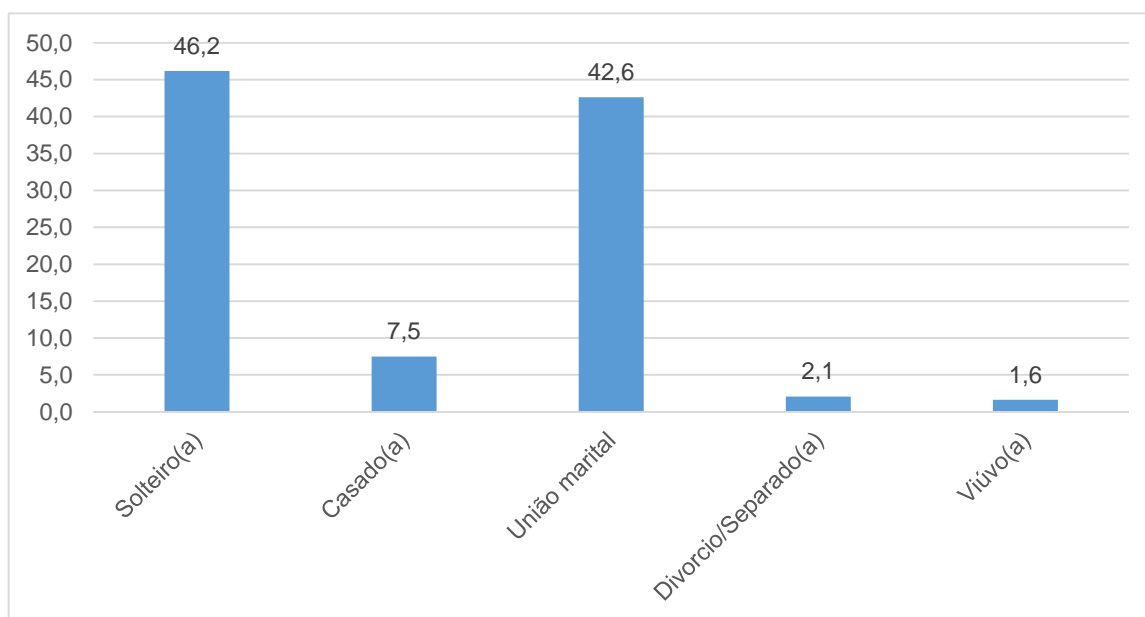
Gráfico 3 Razão de sexo dos imigrantes e emigrantes de data fixa do quinquênio 2012-2017, segundo grupo etário



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Quanto ao **estado civil** o gráfico 4 mostra um maior volume de migrantes solteiros e em união de fato com 46,2% e 42,6% respetivamente. Pelos dados apresentados no gráfico constatou se que em Moçambique não só pessoas solteiras estão propensas a migrar como apontam as teorias de seletividade migratória, mas também indivíduos em União marital representam uma parcela muito grande de migrantes, esse padrão é característico da migração interna de Moçambique a partir de estudos desenvolvidos com dados do censo de 2007 (RAIMUNDO; MUJANAMOHA, 2013; AGY *et al.*, 2018). Isso vem corroborar com Castiglioni (2009) ao afirmar que embora os indivíduos, solteiros sem cônjuges e sem filhos são mais propensos de migrar, devido a sua facilidade em afrontar obstáculos intervenientes durante o processo ou situações instáveis. Porém, há situações de grandes dificuldades que faz com que todas as outras categorias de estado civil são encorajadas a migrar. Um outro aspecto no ponto de vista de Agy *et al* (2018), é que a predominância de união marital pode ser explicada pelo processo de integração social dos migrantes ao longo do tempo que acabam se envolvendo em uniões o que resulta da alteração do seu estado civil inicial.

Gráfico 4 Estado civil dos migrantes internos de data fixa 2012-2017



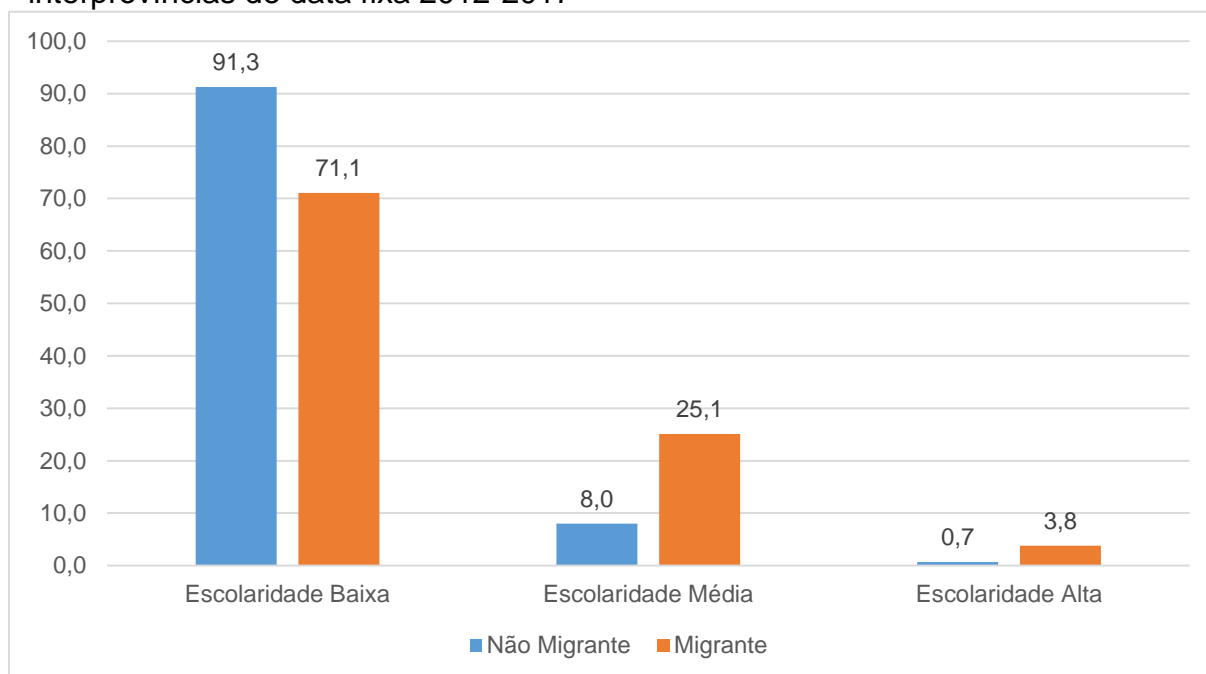
Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

O **nível de instrução** é uma característica de seletividade no processo migratório, o que significa que indivíduos qualificados tem maior estímulo de migrar principalmente para os locais onde as suas habilidades são valorizadas. Em Moçambique de acordo com o gráfico 5, mostra que pessoas com baixo nível de escolaridade são em maior proporção tanto para os migrantes como para os não migrantes com 91,3% e 75,1% respetivamente. Em relação a escolaridade média os migrantes são em maior proporção com 25,1% contra 8% dos não migrante mesmo padrão verifica se no nível alto de escolaridade com 3,8% e 0,7% respetivamente. Este cenário vem confirmar as hipóteses levantadas pelos autores como Muanamoha e Raimundo (2018) que em África a migração rural urbana para além de estarem associadas a busca de melhores oportunidades de emprego estavam ligadas também a busca de Educação, quer de ponto de vista de acesso assim como de qualidade. De acordo com Beundia (2010) os meios rurais moçambicanos são caracterizados por uma fraca qualidade de educação e com menor número de estabelecimentos de ensino principalmente no nível secundário e superior em relação ao urbano, o que pode também contribuir para uma maior mobilidade de pessoas. Importa referir que apesar de esforços quem sido feitos pelo governo na área da educação nos últimos anos o país ainda continua com indicadores baixos comparados aos países da região.

Este cenário vem contrariar a algumas teorias sobre a seletividade da educação de autores como (BORJAS, 1996; CAMPOS, 2018; CASTIGLIONI, 2009) que afirmam

que pessoas com maior nível de escolaridade são mais propensas a migrar por terem maiores oportunidades de emprego. Porém em Moçambique as pessoas com nível de escolaridade alta são os que migram menos correspondendo apenas 3,8%. Esta percentagem pode estar associada a pouca demanda de oportunidades de emprego a pessoas qualificadas no mercado de trabalho sobre tudo formal em relação ao informal, que é visível em grandes cidades moçambicanas o número crescente de vendedores informais nos passeios vendendo diversos artigos, atividade de empregada doméstica entre homens e mulheres de todas idades (FEIJÓ *et al.*, 2016).

Gráfico 5 Nível de escolaridade dos não migrantes e migrantes internos interprovinciais de data fixa 2012-2017



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

4.2.2 Fluxos migratórios interprovinciais de data fixa

No que diz respeito a saldos migratórios e taxas líquidas de migração com base no quesito de data fixa de 5 anos, a tabela 9 evidencia que quatro províncias apresentaram perdas populacionais, sendo a província de Gaza e Inhambane, as duas da região Sul do país, Zambézia no Centro e Nampula no Norte, com um saldo migratório e taxa líquida negativa, revelando deste modo que a população parou de crescer em função da componente migração (CARVALHO, RIGOTTI, 1998). A província de Inhambane apresenta o registro de mais perda populacional ao nível do país devido a sua elevada taxa líquida de migração (-2.7%). Entretanto é importante

considerar que em termos absolutos, a província da Zambézia tem uma perda considerável e a maior, com 50.567 pessoas, o que é resultado de ter sido uma das províncias que teve maior volume de emigrantes (71.247 pessoas).

Em relação aos ganhos líquidos da população nas restantes 7 províncias, o destaque vai para a província de Maputo e Cidade de Maputo, que apresentaram taxas líquidas mais elevadas com 3.9% e 1.2% respetivamente, configurando se deste modo as duas províncias que tem maior contribuição da migração no crescimento da sua população, o que pode estar associado ao seu grande poder atrativo, devido a vários fatores, com destaque para o seu nível de desenvolvimento sócio econômico e a sua proximidade geográfica com a maior potencial econômica de África (África do Sul), daí que se explica serem as duas províncias com maior volume de imigrantes.

Em relação às migrações mais recentes, cujas medidas são calculadas pelo quesito de data fixa de 1 ano, importa referir que estes seguem a mesma tendência da migração quinquenal, com exceção da província de Tete que teve uma mudança de perda populacional para ganho populacional embora não muito significativo. Outro destaque também, para migração mais recente, é a província do Niassa que apresentou um saldo migratório próximo de zero, contudo não significa ausência de migração (CARVALHO; RIGOTTI, 1998). Neste caso é possível observar que o número de imigrantes e de emigrantes é quase igual, e por sinal o menor volume em todo país.

Para uma melhor compressão sobre os fenômenos migratórios interprovinciais estes serão analisados separadamente nas seções seguintes, para uma melhor compreensão das suas dinâmicas a partir de fluxos e volumes migratórios, bem como o seu poder de atração e de repulsão e eventuais causas associadas.

Tabela 9 População total, volumes de imigração, emigração de data fixa e trocas migratórias por províncias, período de 2016-2017 e 2012-2017

Províncias	Pop.2017	Data Fixa 1 ano			Data Fixa 5 anos			TLM
		Imigrantes	Emigrantes	SM	Imigrantes	Emigrantes	SM	
Niassa	1.808.010	905	901	4	11.398	8.839	2.559	0,1
Cabo Delgado	2.316.842	2.517	1.059	1.458	17.257	9.621	7.636	0,3
Nampula	5.750.350	2.974	4.441	-1.467	25.418	35.348	-9.930	-0,2
Zambézia	5.156.587	2.248	8.696	-6.448	20.680	71.247	-50.567	-1,0
Tete	2.644.650	1.828	1.923	-95	17.296	16.377	919	0,0
Manica	1.942.781	3.654	2.317	1.337	31.785	17.352	14.433	0,7
Sofala	2.255.439	5.675	4.600	1.075	44.154	39.733	4.421	0,2
Inhambane	1.486.340	1.824	6.681	-4.857	11.646	51.716	-40.070	-2,7
Gaza	1.420.109	2.117	4.493	-2.376	13.514	32.801	-19.287	-1,4
Maputo Província	1.964.779	15.073	6.053	9.020	114.861	38.649	76.212	3,9
Maputo Cidade	1.118.378	8.010	5.661	2.349	54.468	40.794	13.674	1,2
Total	27.864.265	46.825	46.825	0	362.477	362.477	0	

Fonte: Elaboração própria, INE, Censo Demográfico 2017

4.2.3 Dinâmica migratória por províncias

Considerando o índice de eficácia migratória interprovincial dos quinquênios de 2002-2007 e 2012-2017 apresentado na tabela 10, constatou-se que as províncias apresentaram alterações em suas condições migratórias nos dois quinquênios analisados. Por exemplo algumas províncias mudaram de estatuto de rotatividade para província de retenção ou de perda. Em relação à migração da população, pode se dizer que o país mantém o seu padrão migratório ao quinquênio passado, com duas províncias de rotatividade migratória, apesar de ter mudado de Niassa no quinquênio de 2002-2007, para Tete no quinquênio de 2012-2017, com índices de eficácia migratória, positivo ou negativo, próximos de zero. Em relação às áreas de retenção migratória, o país registrou um aumento, passando de 3 províncias no quinquênio de 2002-2007 para 5, no período de 2012-2017. Trata-se de Niassa e Cabo Delgado na região norte, Manica no Centro, Província de Maputo e Maputo cidade na região Sul, com índices próximos de 1. As províncias com perda migratória (IEM próximo de -1) totalizaram 4, nomeadamente, Inhambane e Gaza ambas na região Sul o que na perspectiva de Raimundo e Muanamoha (2010) pode ser explicado pela proximidade geográfica que as duas províncias têm com a África do Sul, destacando-se a migração laboral, visto que, essas duas províncias historicamente sempre foram os principais reservatórios de mão de obra para aquele país vizinho. A província de Nampula no Norte tem a tendência da perda de pessoas

para as províncias vizinhas de Niassa, Cabo Delgado e Zambézia na região central. Esta última província é a que possui maior volume de emigrantes distribuídos por quase todo país, porém se desconhece, até ao momento, os reais motivos, pois é uma das províncias com melhores indicadores de pobreza ao nível da região Centro (MUANAMOHA; RAIMUNDO, 2018).

Tabela 10 Índice de eficácia migratória por província, Moçambique 2007-2017

Províncias	2002-2007		2012-2017	
Niassa	0	C	0,13	R
Cabo Delgado	0,15	R	0,28	R
Nampula	-0,08	P	-0,16	P
Zambézia	-0,19	P	-0,55	P
Tete	-0,31	C	0,03	C
Manica	0,28	R	0,29	R
Sofala	-0,06	P	0,05	C
Inhambane	-0,16	P	-0,63	P
Gaza	-0,19	P	-0,42	P
Maputo	0,66	R	0,5	R
Maputo Cidade	-0,34	P	0,14	R

Fonte: Elaboração própria, INE, Censos Demográficos 2007e 2017.

4.2.4 Fluxos migratórios das províncias por grandes regiões

Região Sul

Uma das principais características da dinâmica da população e estratégias de sobrevivência dos agregados familiares desta região é a emigração para África do Sul (ALFEU, 2001; ARAUJO; MUANAMOHA, 2011). No quinquênio 2012-2017, a província de Maputo continuou a registrar o maior volume de imigrantes (114.861), configurando-se como a primeira província de saldo migratório positivo a nível do país, assim como na região, mesma tendência observada no quinquênio 2002-2007 (RAIMUNDO; MUANAMOHA, 2013). De acordo com estes autores, a proximidade geográfica com os países vizinhos da África do Sul e do Reino de Eswatini pode ter influência para essa tendência migratória. A esse fato é associada a histórica migração laboral de moçambicanos para o trabalho nas plantações nos dois países, sobretudo, a indústria de exploração mineira na África do Sul, considerada maior potência no continente africano e com destaque no cenário econômico internacional (VIEIRA; VERRÍSSIMO, 2009). É nesta região que se localiza a capital do país, o que concentra o poder político e administrativo, contribuindo de forma significativa para

oportunidades migratórias, principalmente como um local de atração e ou emigração de passagem.

Do total dos imigrantes da província de Maputo, cerca de 77% são provenientes das províncias da mesma região distribuídos na seguinte ordem: Maputo cidade (33,4%), Inhambane (26,5%) e Gaza (17,3%). Importa referir que neste “fenômeno”, a província da Zambézia, fora da região, foi a única que contribuiu com mais imigrantes da província Maputo com 12,4%. A mesma tendência verifica-se em relação ao volume de emigrantes da província de Maputo que são acolhidos na sua maioria pelas mesmas províncias que emitem imigrantes, com as seguintes contribuições: Maputo cidade (37,6% dos emigrantes), Gaza, Inhambane e Zambézia com cerca de 14%, 15% e 7% respectivamente.

Maputo cidade registrou uma mudança nas tendências migratórias entre os quinquênios 2002-2007 e 2012-2017, deixando de ser província de saldo migratório negativo, tendo passado para a província com terceiro maior saldo positivo de acordo com os dados do censo de 2017. Do total de 54.468 imigrantes de Maputo cidade, a maioria é proveniente das províncias de Maputo, Inhambane, Zambézia e Gaza, com 26,7%, 21,6%, 17,3% e 16,8% do total de imigrantes, respectivamente. Importa destacar que cerca de 94% dos emigrantes desta província tiveram como destino a província de Maputo. A Cidade de Maputo tem estatuto⁹ de província e é resultado da requalificação que o país tem vivenciado, em resposta às necessidades de descentralização, urbanização e do desenvolvimento socioeconômico nacional. O crescimento populacional desta cidade tem propiciado o ambiente para surgimento de novas zonas de expansão, para habitação direcionado para a província de Maputo, uma vez que a cidade apenas tem uma característica urbana o que não permite, no entanto, o crescimento dela do ponto de vista de infraestruturas de habitação.

Gaza é a segunda província de saldo migratório negativo na região Sul do país com um total de 32.801 emigrantes, dos quais na sua maioria tiveram como destino a província de Maputo e Cidade de Maputo, com 60,6% e 27,9% dos emigrantes respetivamente. Esta província é uma das mais importantes na emissão de migrantes

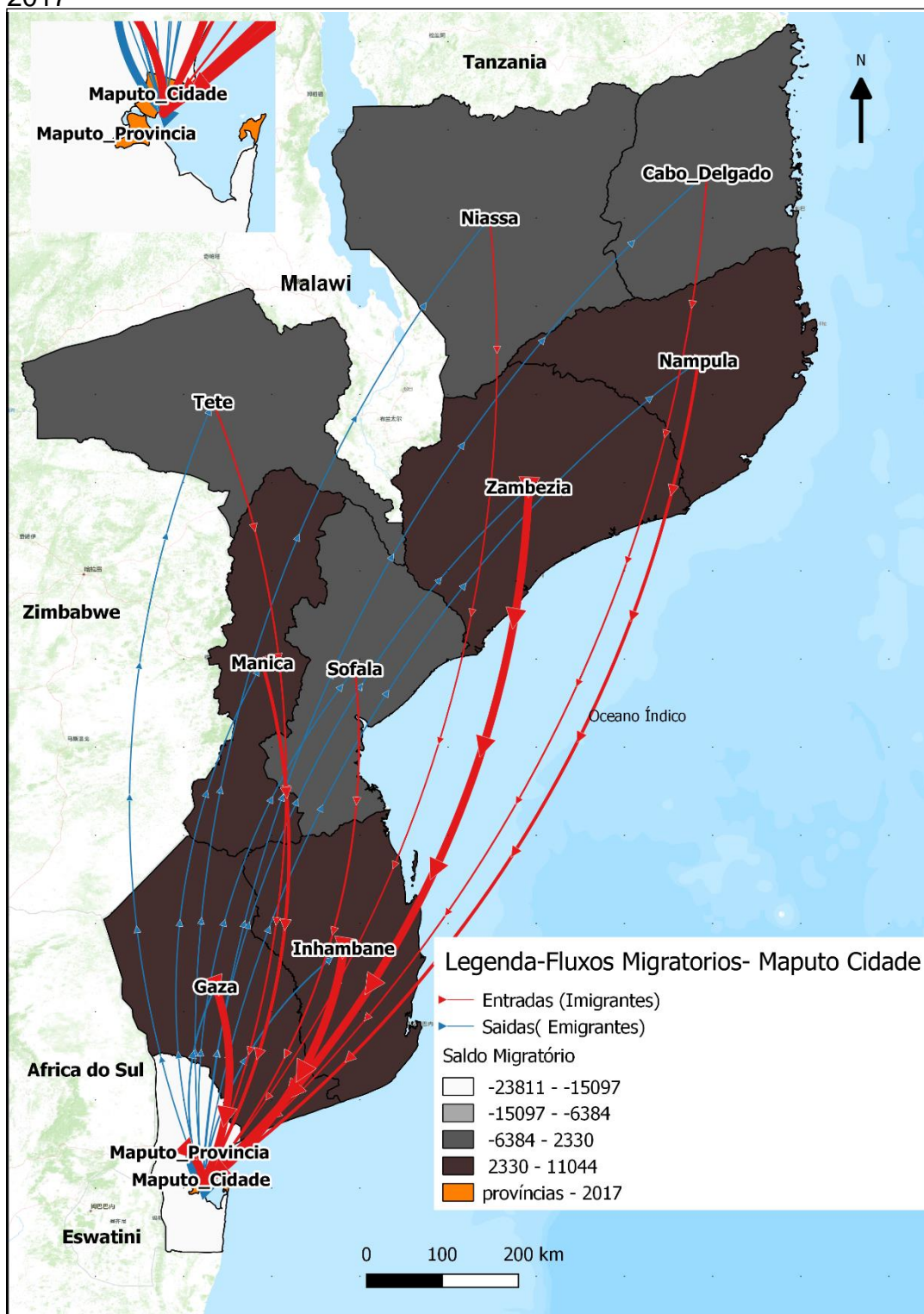
⁹ NHATUGUÊS DE MENDONÇA, I. Mobilidade Urbana na Área Metropolitana de Maputo: Análise dos Órgãos de Gestão do Planeamento e Mobilidade Urbana, Arranjos Institucionais e Insumos para a sua Efetiva Articulação. *Pontifical University Catholic of Paraná: Journal of Transport Literature, Research Directory*, v. 8, n. 2, pp. 244-270, 2014; Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Popular (CP AP) nr 5/80, de 26/06/1980, publicada no BR nr 025, I Série, 2º Suplemento de 26 de Junho de 1980.

laborais, quer seja, para cidade de Maputo, assim como para vizinha África do Sul, visto que ela faz fronteira com este país vizinho e o Zimbabwe (ARAÚJO; MUANAMOHA, 2011; MUANAMOHA; RAIMUNDO, 2018). Em relação aos imigrantes, na sua maioria são provenientes das províncias de Inhambane com 30,3% e província de Maputo com 42,5% dos imigrantes e cerca de 6% da Zambézia.

Por fim, temos a província de Inhambane, a primeira província de saldo migratório negativo da região Sul, que em termos de localização geográfica é a única que difere das restantes, por não fazer fronteira com países vizinhos (figura 5), porém, segundo algumas pesquisas é uma província também emissora¹⁰ de mão de obra para vizinha África do Sul e para província de Maputo. O volume de emigrantes de Inhambane foi de 51.716, dos quais 89,4% tiveram como destinos as províncias da mesma região designadamente Maputo cidade (22,7%) e Província de Maputo (58,8%) e província de Gaza (7,9%). Fora da região encontra-se a província de Manica que foi receptora de cerca de 4% dos emigrantes de Inhambane.

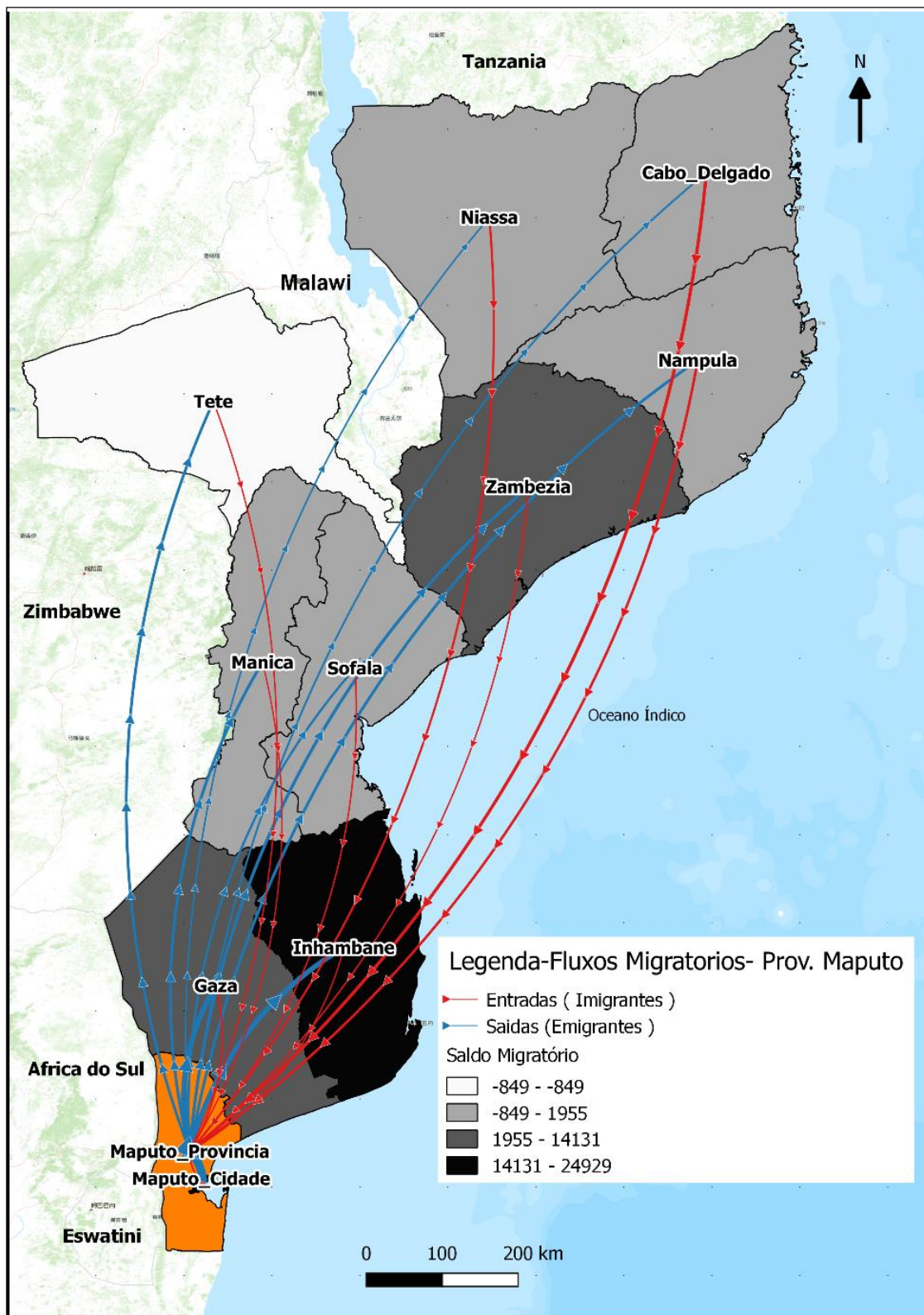
¹⁰ O estudo da autoria do Centro de Estudos Africanos, coordenado por Ruth First, de cujo título é “O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra de Inhambane” (2015), associa esse movimento massivo para as minas da África do Sul, aos processos de transformação socioeconômico da região, influenciados pela intensificação do trabalho forçado; pela necessidade do pagamento de tributos locais, bem como, as condições adversas à prática de agricultura nesta província.

Figura 5 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Sul, Maputo cidade 2017



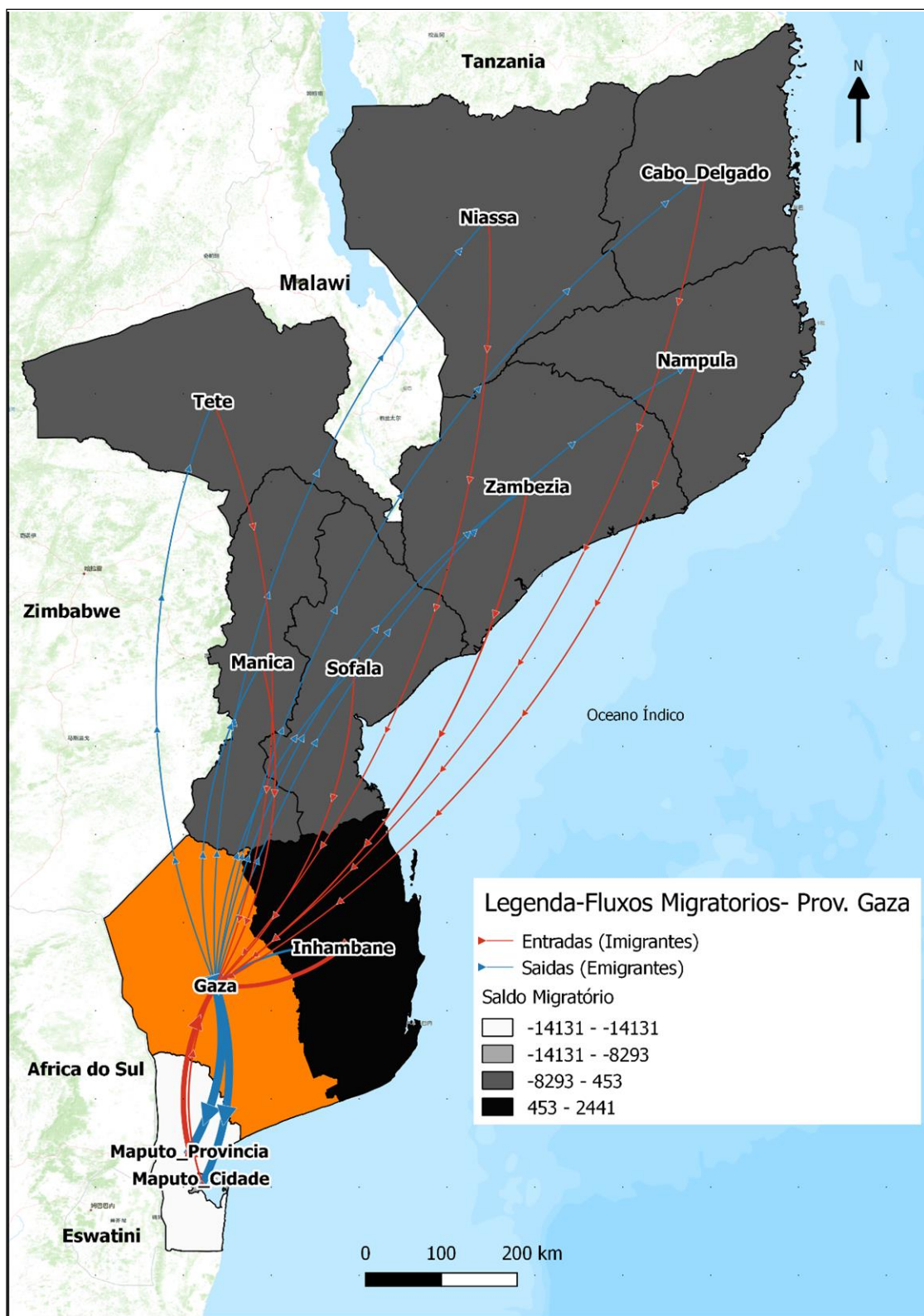
Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Figura 6 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Sul, província de Maputo, 2017



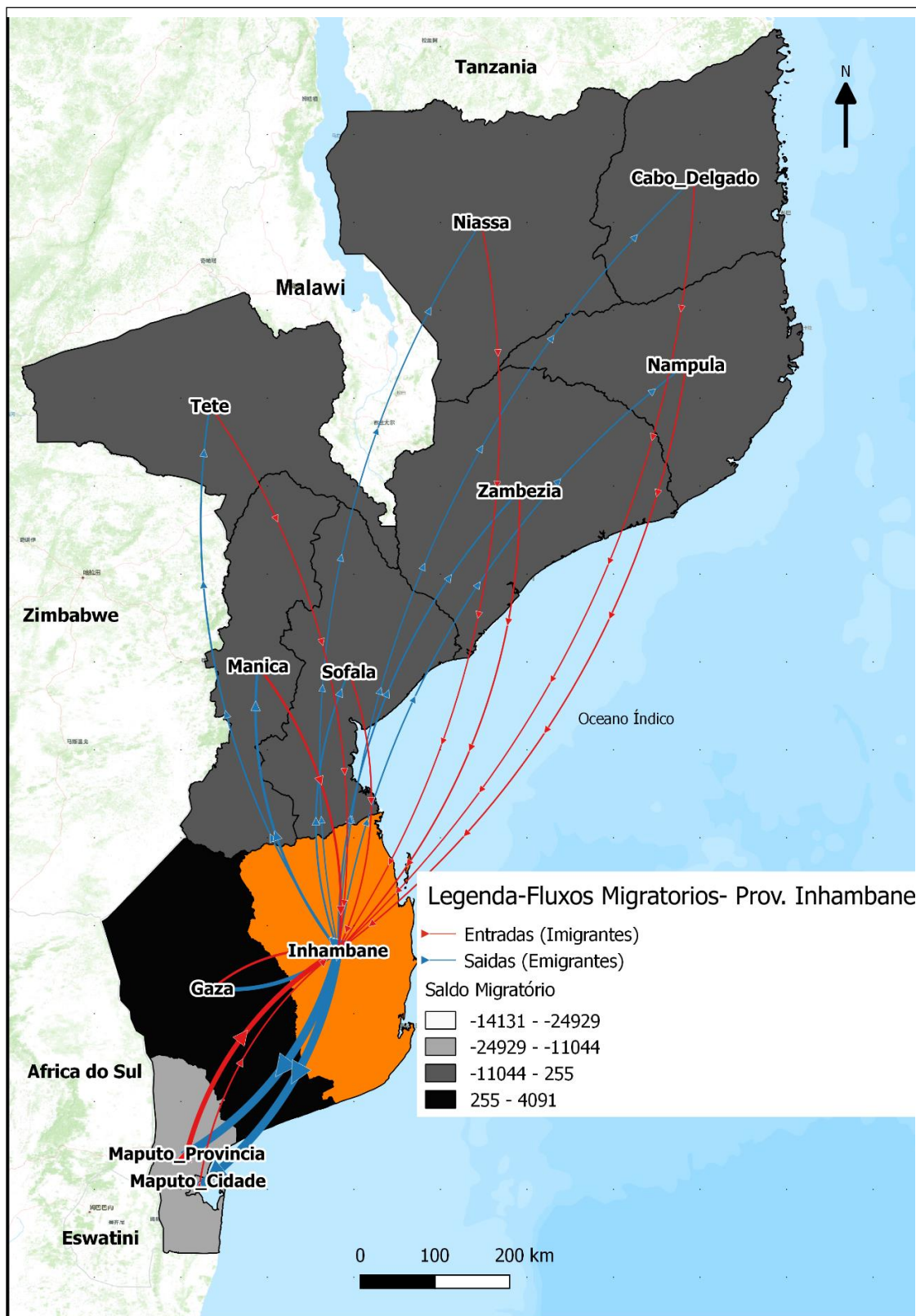
Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Figura 7 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Sul, província de Gaza, 2017



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Figura 8 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Sul, província de Inhambane, 2017



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Região Centro

Tete apresenta-se como sendo a sétima província de saldo migratório positivo em nível de país, de acordo com os dados do censo de 2017, contrariando as tendências dos dois censos anteriores 1997 e 2007, que, segundo Muanamoha e Raimundo (2018), configurava-se como província de saldo migratório negativo. Esta província conta com um total de 17.296 imigrantes, provenientes na sua maioria das províncias da região central do país, nomeadamente Manica, Sofala e Zambézia com 26,6%, 25,4% e 16,7% dos imigrantes respetivamente. Na região Sul do país a província que contribui com maior percentual de imigrantes em Tete é a província de Maputo com 12,7%.

A província de Manica segue sendo a segunda maior província de saldo migratório positivo, com um total de imigrantes de 31.785. A proveniências dos imigrantes destas províncias são maioritariamente da mesma região na seguinte ordem: 57,3% dos imigrantes da província de Sofala, 14,8% e 13,6% da Zambézia e Tete respetivamente. Fora da região, destaca-se a província de Maputo ao Sul do país, com a contribuição de 5% dos imigrantes na província de Manica.

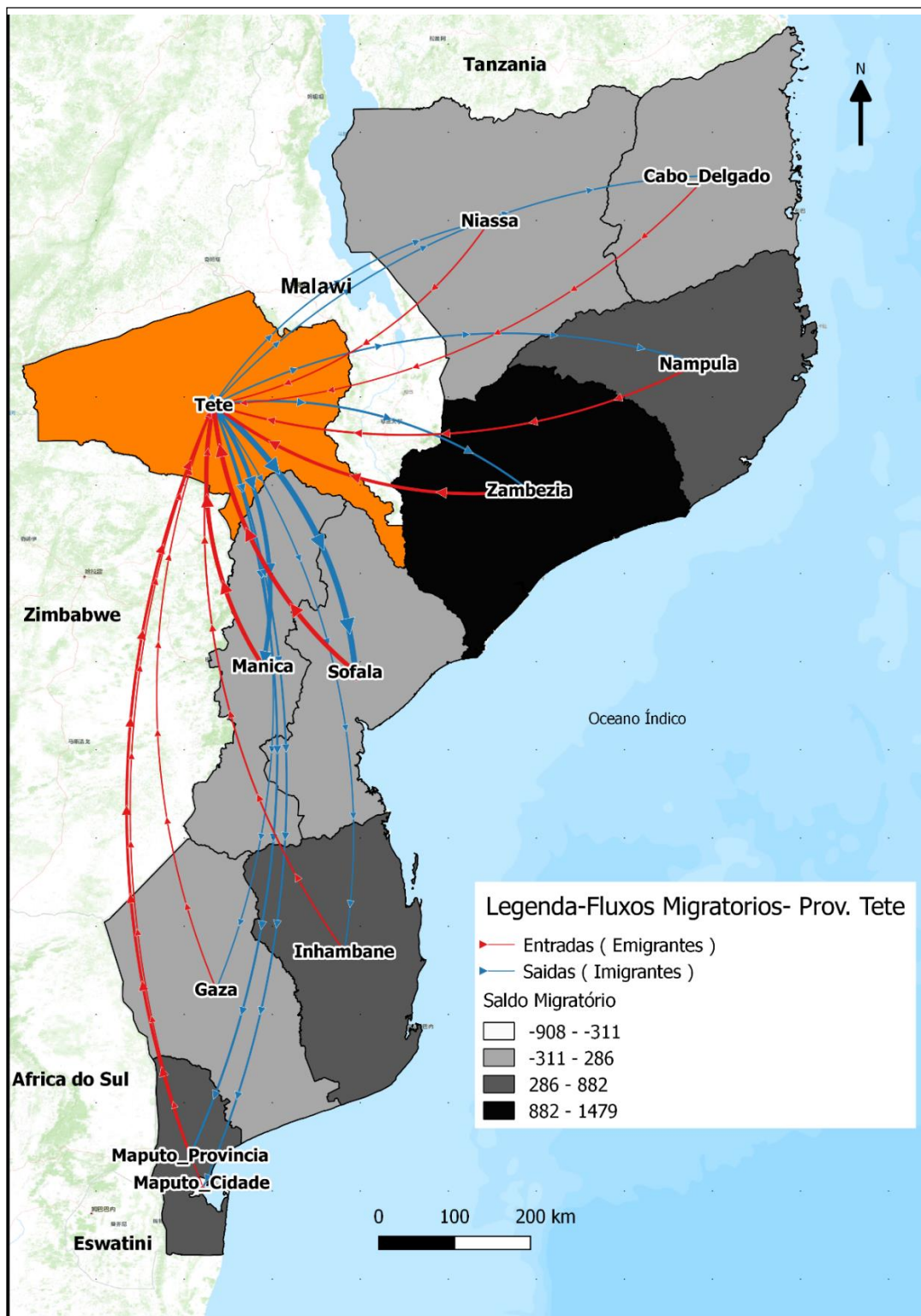
Em relação a província de Sofala, é a quinta maior província de saldo migratório positivo com um total de 44.154 imigrantes, dos quais metade deles são provenientes da província da Zambézia, 15,3% imigrantes provenientes da província de Manica e 14,2% provenientes da província de Tete, todas da região central do país. Na região Norte do país encontra-se a província de Nampula que contribui com o maior número de imigrantes em Sofala, isto é, cerca de 6%. É importante destacar a província de Manica pois é a que recebe maior número de emigrantes da província de Sofala com cerca de 46%.

E por fim temos a província da Zambézia, como sendo a única de saldo migratório negativo em nível regional e com maior perda de pessoas em nível nacional, com 71.247 emigrantes. Esta província apresenta uma particularidade pelo fato de os emigrantes encontrarem-se distribuídos em um número considerável por todas as regiões, concretamente nas capitais regionais: Sofala com 31,3% dos emigrantes (região central), Nampula com 16% (região Norte) e na região Sul temos as províncias de Maputo e Maputo cidade como destino preferido dos zambebianos¹¹ com cerca de 20% e 13%.

¹¹ Termo localmente usado para os naturais da província da Zambézia.

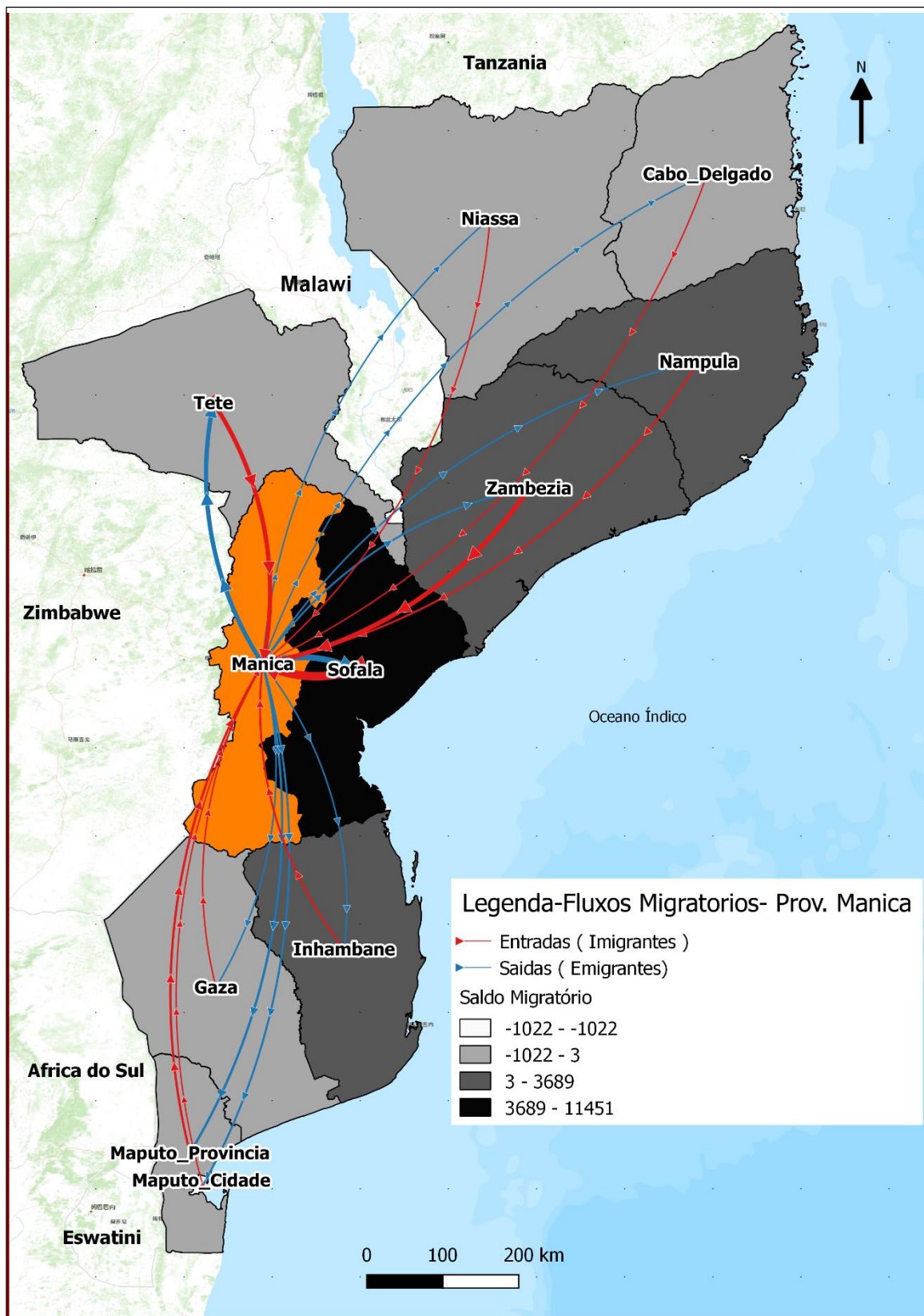
A partir das figuras 9, 10, 11 e 12, de fluxos migratórios, pode se constatar a grande mobilidade humana entre as províncias desta região, o que de acordo com Montanari (2002) pode estar associado a uma série de fatores, dentre eles, inovações tecnológicas, na área de transporte e comunicação, o que possibilita os movimentos de longa distância a baixo custo. Embora não se discutam questões associadas às similaridades culturais, esta região é detentora de imponentes infraestruturas de transportes rodoviários, ferroviários e fluviais, que conectam áreas com diferentes interesses econômicos, sobretudo, para os países vizinhos do interior que não tem acesso ao oceano Índico para o escoamento dos seus bens e serviços (SOTARIA, 2019), gerando desse modo oportunidades de trabalho.

Figura 9 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Centro, província de Tete, 2017



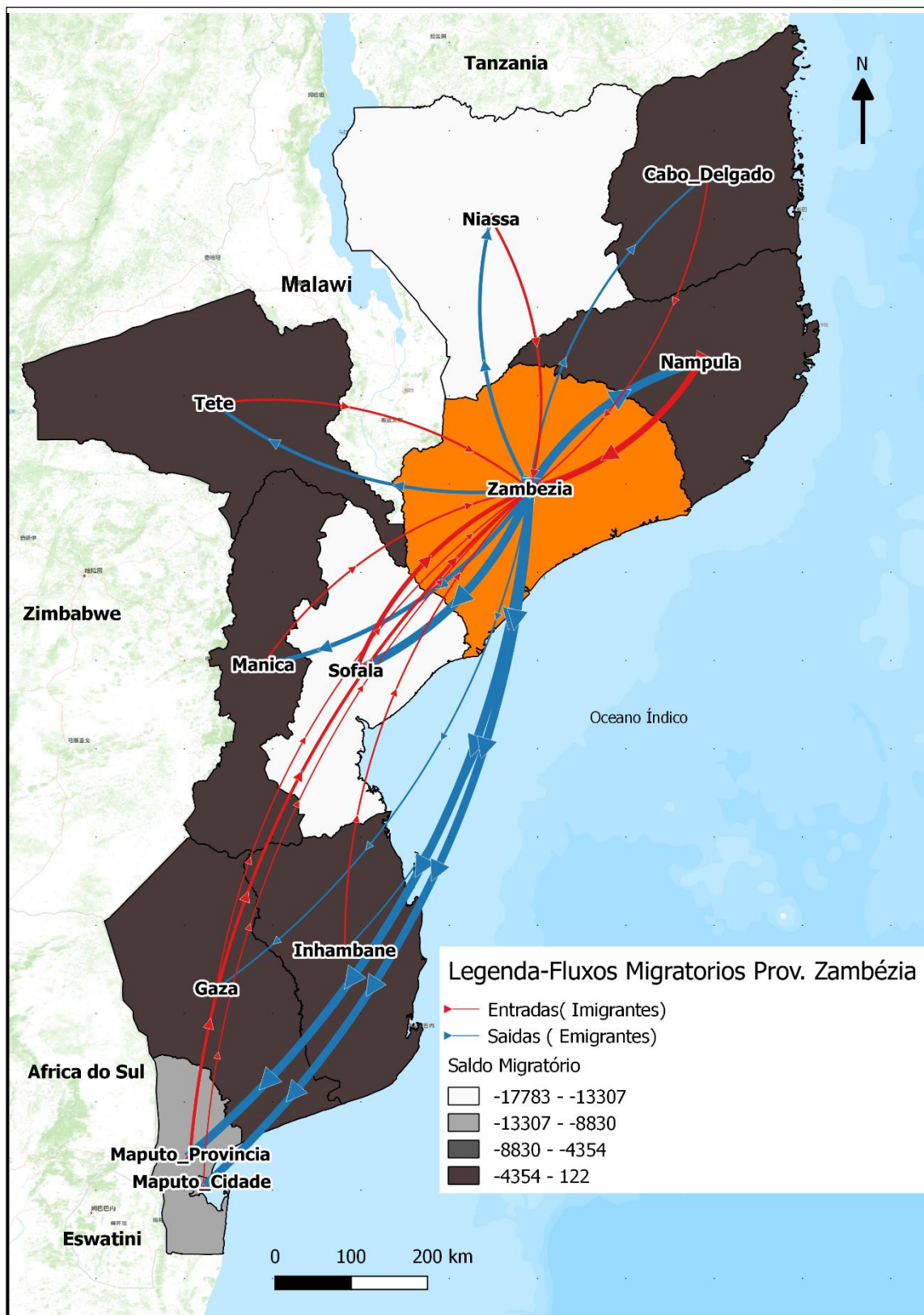
Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Figura 10 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Centro, província de Manica, 2017



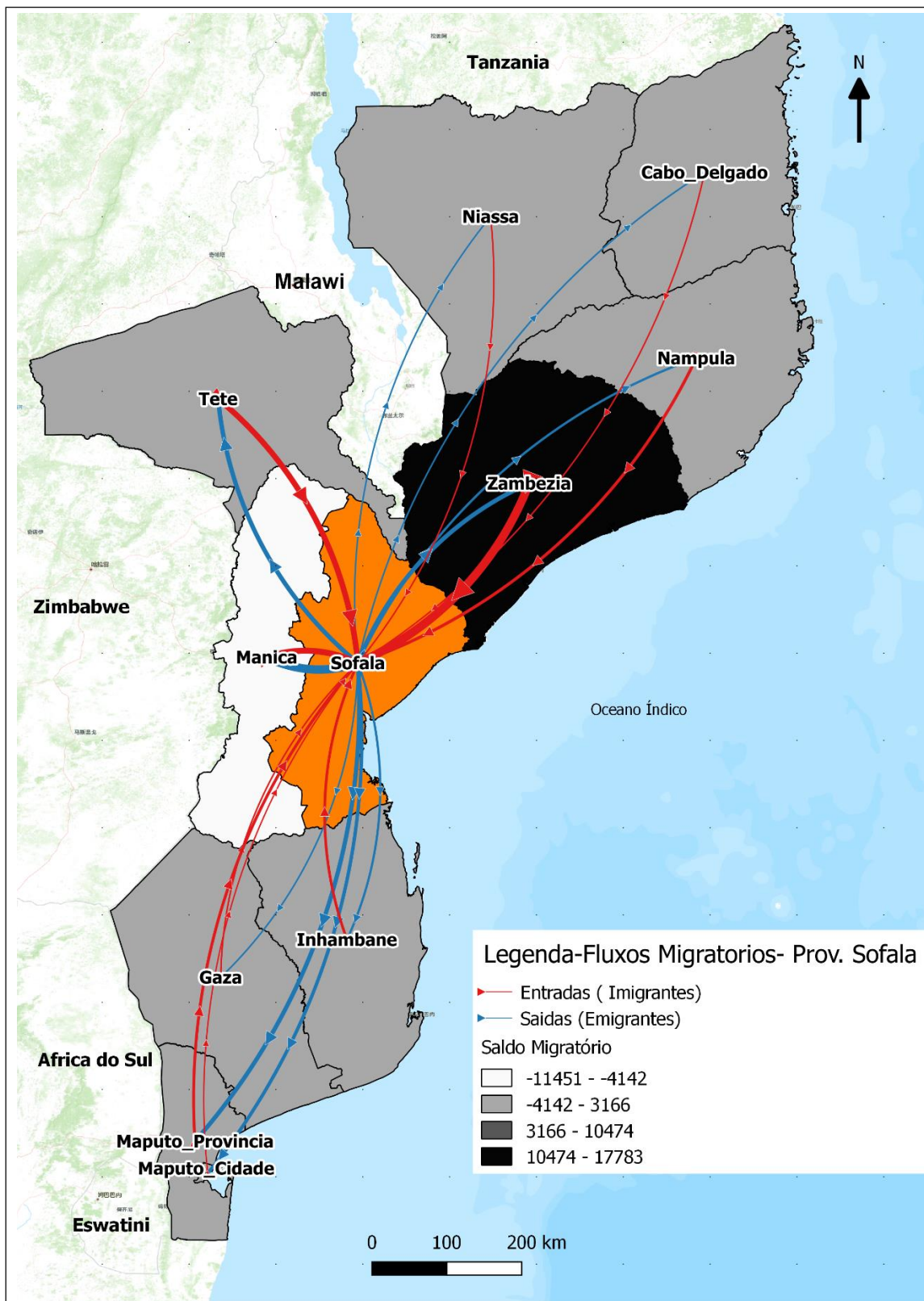
Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Figura 11 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Centro, província da Zambézia, 2017



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Figura 12 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Centro, província de Sofala, 2017



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Região Norte

Esta é a região do país com menor número de províncias (3), nomeadamente, Nampula como província de emigração, Niassa e Cabo Delgado como de imigração, a mesma tendência do quinquênio 2002-2007, porém, com maior migração líquida (ganhos ou perdas migratórias) no quinquênio 2012-2017 (figuras 13,14,15).

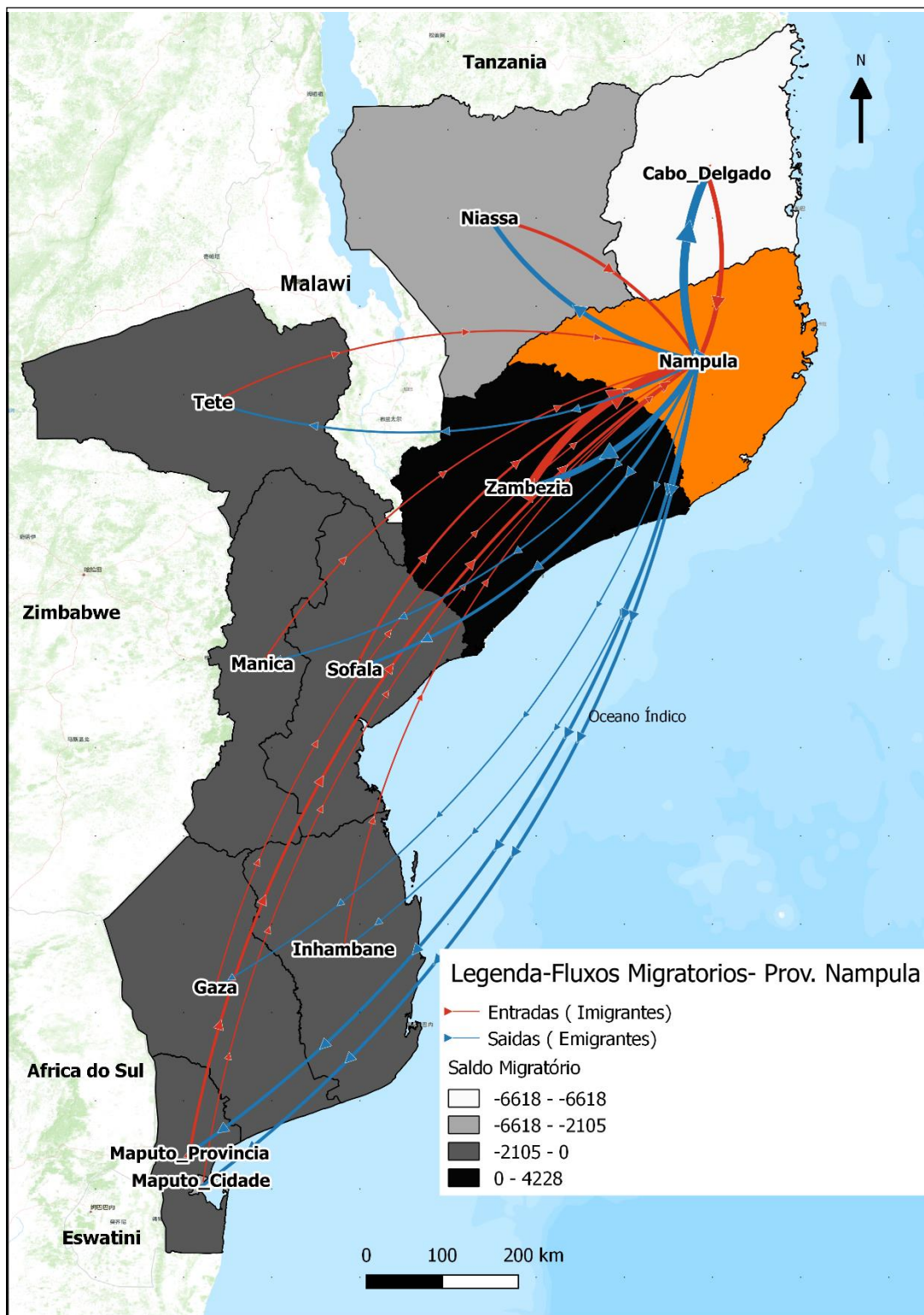
A província de Nampula registrou uma perda populacional de 35.348 emigrantes, cuja maioria teve como destino, Cabo Delgado (32,6%), Niassa (13,9%) na mesma região, e Zambézia (20,3%) na região central. Importa referir que todas essas províncias fazem fronteira com Nampula, sendo que a sua proximidade geográfica figura num dos fatores associados a esta escolha como destino. Do total dos imigrantes da província de Nampula, cerca de 75% são provenientes das regiões Norte e Centro do país, e 9,2% maior percentagem de imigrantes provenientes da província de Maputo (Região Sul).

Niassa é a segunda província de imigração em nível regional com um total de 2.559 imigrantes. Destes 43,1% são provenientes da província de Nampula e 8% de Cabo Delgado ambas na mesma região. Porém, vale destacar que a maior percentagem de imigrantes do Niassa de fora da região são os provenientes da província da Zambézia, que são cerca de 30%, e da província de Maputo (5,9%).

Por fim, temos a província de Cabo Delgado como sendo a primeira que registrou maior ganho líquido da população na região, com um total de 17.257 imigrantes. Destes 74,4% são imigrantes provenientes das províncias da mesma região, 16,5% proveniente da região Central e 9,1% do Sul. Em relação aos emigrantes, cerca de 51% tiveram como destino a província de Nampula e os restantes distribuídos para o resto das províncias.

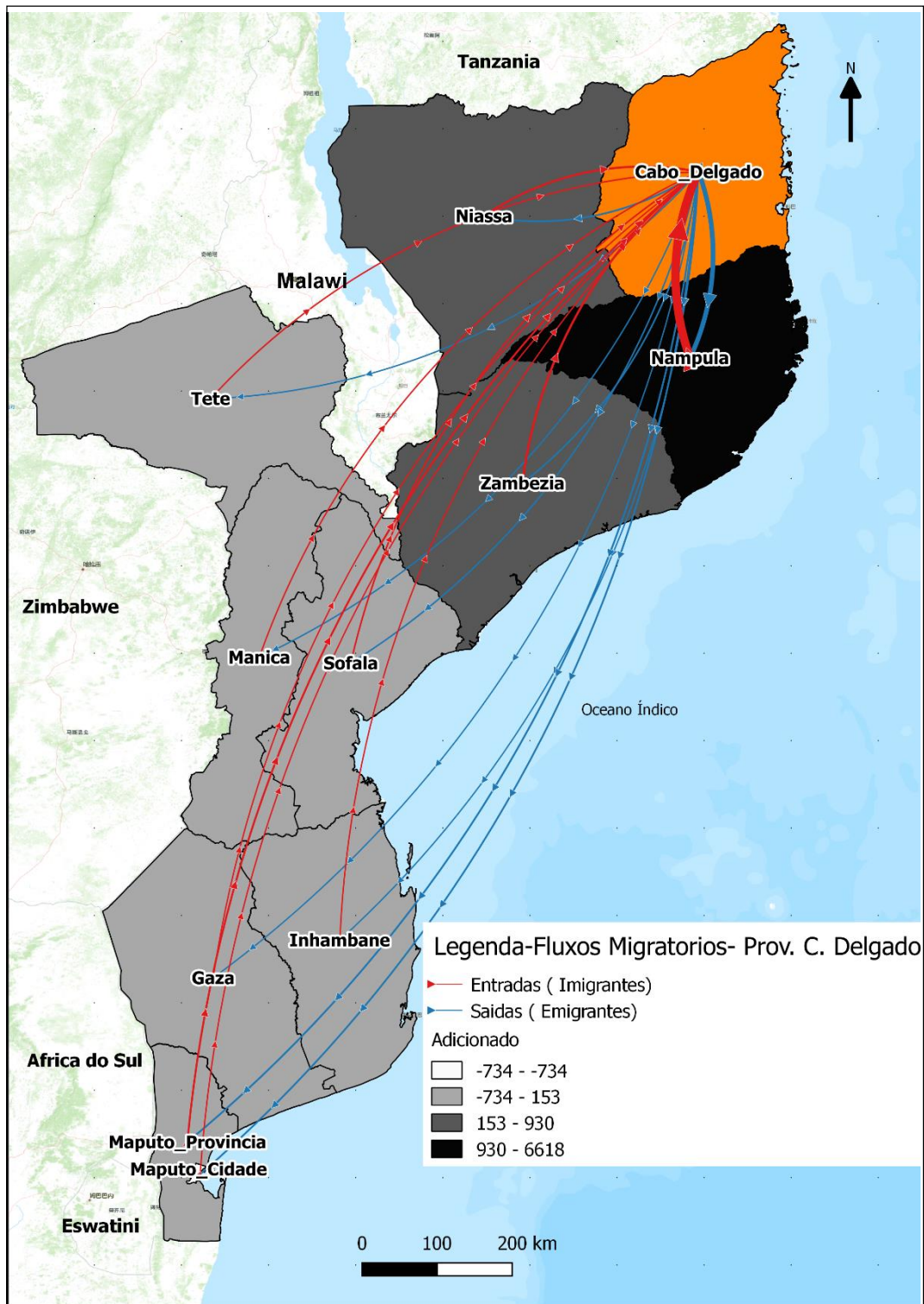
Das análises de fluxos feitas por regiões foi possível verificar a existência de uma maior dinâmica migratória entre as províncias da mesma região. Isto pode estar associado a uma multiplicidade de fatores, dentre eles, fortes laços culturais e linguísticos entre as províncias, facilitando deste modo o processo de integração e inserção no local de destino. O outro destaque dentre as províncias das regiões Centro e Norte, é a província da Zambézia, cujos emigrantes transcendem os limites regionais, apresentando maior contribuição significativa do número de imigrantes em todas as regiões do país.

Figura 13 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Norte, província de Nampula, 2017



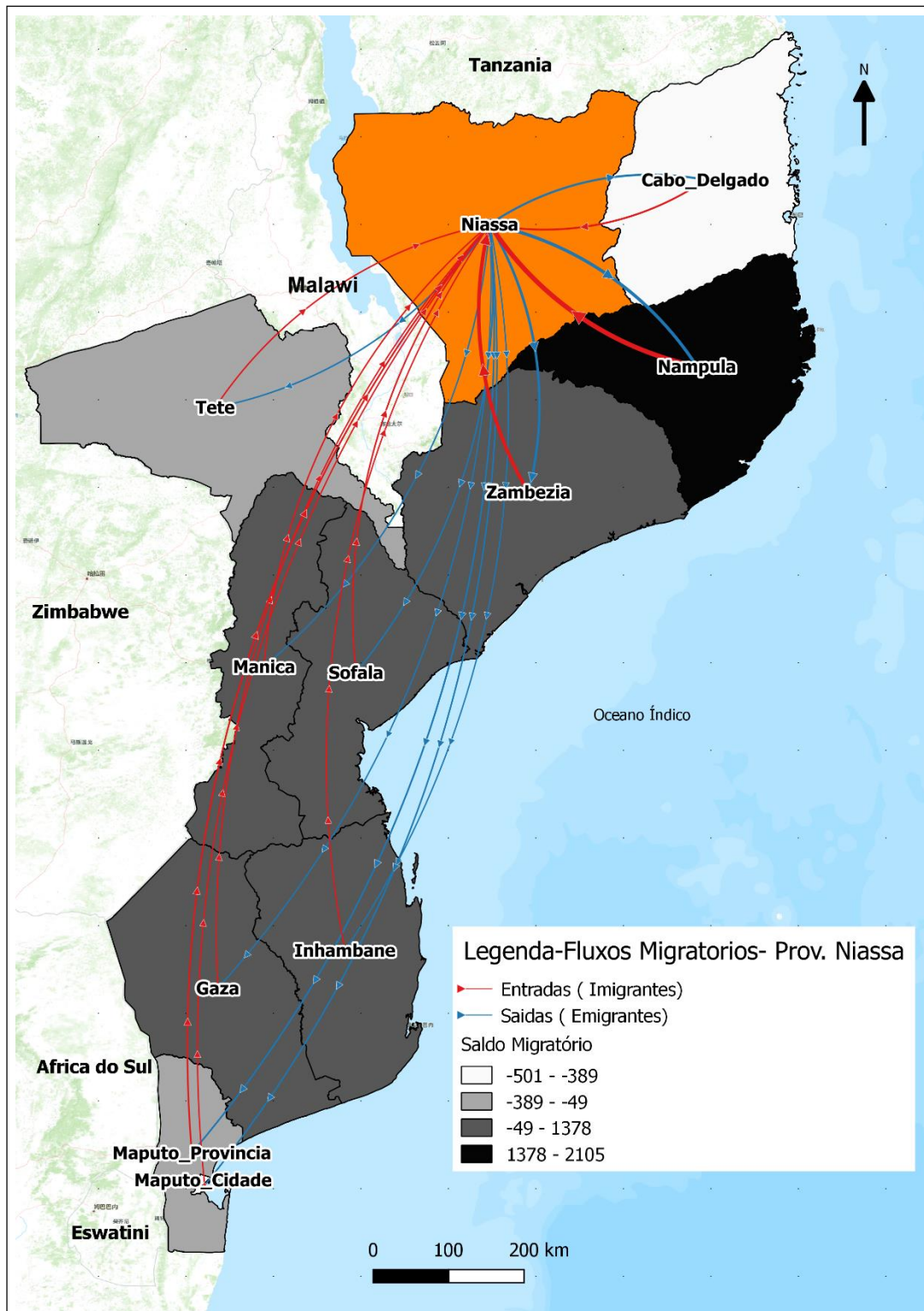
Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Figura 14 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Norte, província de Cabo Delgado, 2017



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

Figura 15 Fluxos migratórios interprovinciais de Data Fixa – Região Norte, província de Niassa, 2017

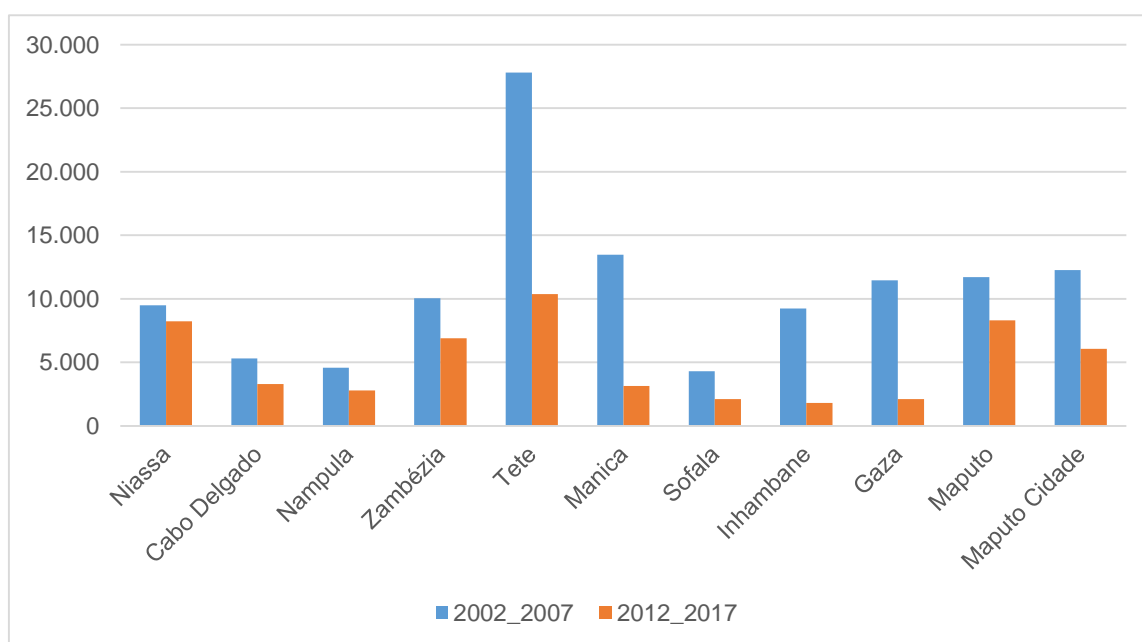


Fonte: Elaboração própria, INE, Censo demográfico 2017.

4.2.5 Imigração internacional

Quando existem dados sobre imigração e emigração internacional em um país aberto a migração, está componente pode ser um dos fatores que influencia na variação da população de uma determinada região, permitindo decompor o crescimento demográfico por componente migratória e natural (RAIMUNDO; MUANAMOHA, 2013). Em muitos países em desenvolvimento, tal como Moçambique, os censos demográficos não apresentam quesitos sobre saída da população (emigração internacional), nem outros quesitos complementares sobre o processo migratório que permitem fazer análises mais aprofundadas do fenômeno migratório, limitando-se apenas, a informação sobre a imigração internacional, quer seja de naturais ou não naturais (FERREIRA, 2021; RAIMUNDO; MUANAMOHA, 2013).

Gráfico 6 Número de imigrantes internacionais em Moçambique, nos quinquênios 2002-2007 e 2012-2017



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo Demográfico 2007 e 2017.

Os dados do censo demográfico de Moçambique de 2017 apontaram para uma redução de número de imigrantes internacionais no período de 2012-2017 (55.071 imigrantes) comparado com o quinquênio de 2002-2007 (119.713 imigrantes), o que representa uma variação negativa de 54% em relação ao censo de 2007. Apesar do país registrar uma melhoria nos seus indicadores socioeconômicos tal como se destacou nas seções anteriores, dois principais fatores relacionados com insegurança

podem ter influenciado negativamente para essa redução, que contribuiu para a retração de entrada de estrangeiros no país assim como precipitou a sua saída (repulsão): (i) eclosão de um novo conflito político-militar que assolou o país com maior intensidade a região central, entre os períodos de 2013-2019 (ALBERTO, 2015, FRANCISCO, 2018); e (ii) emergência de uma onda de violência urbana “sequestros e raptos”, que teve início no ano de 2011 atingindo o pico em 2013, fenômeno que continua ocorrendo até aos tempos atuais (ALBERTO, 2015).

Cabe destacar que esses dois fatores ocorreram dentro do período de análise dos movimentos migratórios da pesquisa (2012-2017), fato que pode ter impactado muito na redução dos imigrantes internacionais. O ambiente que se vivia no país era tenso e de insegurança, de tal forma que o segundo fator tinha como vítimas empresários ou seus cônjuges, filhos, pais, irmãos, entre outros parentes mais próximo, moçambicanos ou não, de origem asiática, com destaque para indianos e paquistaneses, o que teria levado muitos deles a abandonar o país e conseqüentemente causando a retração de investimentos (FRANCISCO, 2018).

A maior parte dos migrantes internacionais teve como destino a província de Tete nos dois quinquênios 2002-2007 e 2012-2017, com uma participação relativa de 23,2% e 18,8% respetivamente, seguido de Província de Maputo e com 15,1% e Niassa com 14,9% (Tabela 11).

Tabela 11 Pessoas que residiam no estrangeiro há 5 anos antes da data de referência do censo e sua participação relativa segundo províncias, Moçambique 2002-2007, 2012-2017

Província	Imigrantes		Participação relativo %	
	2002-2007	2012-2017	2002-2007	2012-2017
Niassa	9.498	8.219	7,9	14,9
Cabo Delgado	5.318	3.292	4,4	6,0
Nampula	4.575	2.788	3,8	5,1
Zambézia	10.053	6.900	8,4	12,5
Tete	27.820	10.360	23,2	18,8
Manica	13.462	3.144	11,2	5,7
Sofala	4.305	2.093	3,6	3,8
Inhambane	9.247	1.795	7,7	3,3
Gaza	11.462	2.116	9,6	3,8
Maputo Província	11.715	8.313	9,8	15,1
Maputo Cidade	12.258	6.051	10,2	11,0
Total	119.713	55.071	100	100,0

Fonte: Elaboração própria, INE, Censo Demográfico 2007 e 2017.

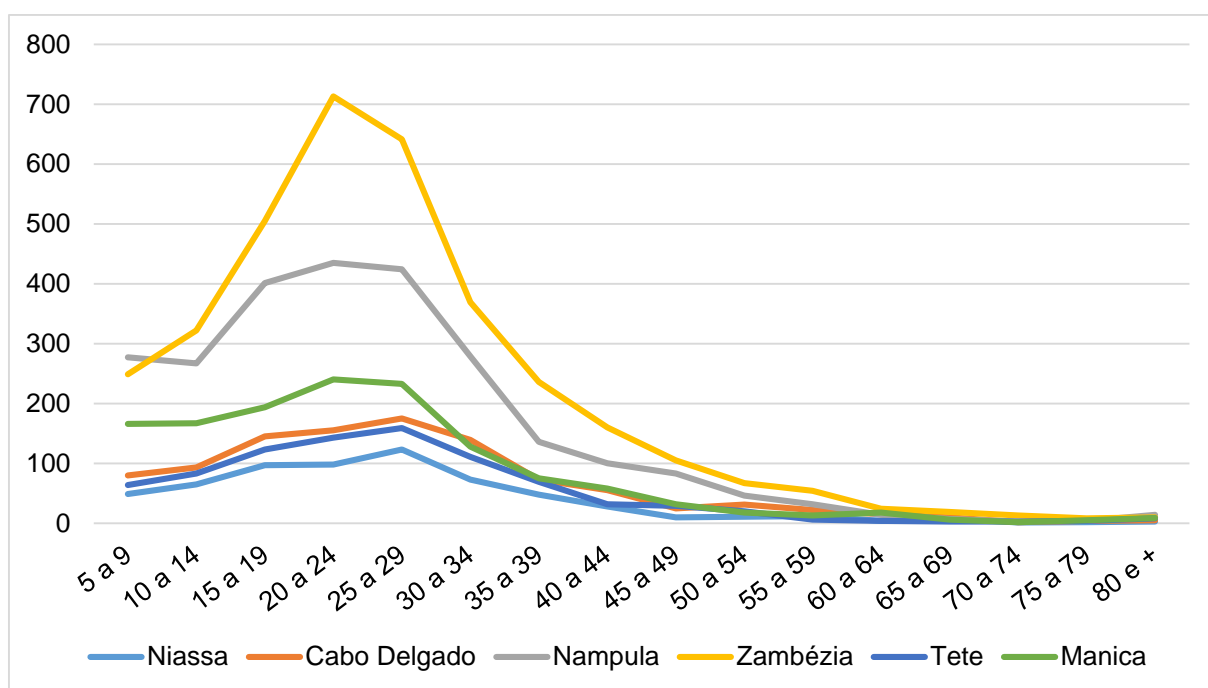
4.2.6 Migração de retorno de data fixa

Os migrantes retornados de data fixa resultam do cruzamento entre o quesito de data fixa e o quesito local de nascimento. Pode-se a partir deste quesito calcular o número de retornados internacionais tendo em conta todos os indivíduos que são naturais de Moçambique, enumerados no mesmo país à data do censo 2017, e que declararam a sua residência anterior em uma data fixa um outro país. Foi nesta perspectiva que Oliveira (2013), em alusão as “Leis de Migração”, afirmou que a contra-corrente migratória trouxesse com ela o retorno de naturais, o que, do ponto de vista conceitual, são chamados de imigrantes internacionais de retorno. Em relação aos retornados internos usa-se a mesma definição, com a diferença de que o movimento ocorre dentro do território. Ou seja, todo indivíduo natural de uma província e enumerado na mesma província, e que tenha declarado que em uma data fixa anterior residia noutra província é um migrante de retorno, porém, interno.

Quando se estuda a migração de retorno é importante tomar em consideração a idade dos migrantes, pois o retorno ao local de nascimento do migrante marca uma fase final do ciclo de vida do migrante, no qual os indivíduos mais idosos, que por sinal bem-sucedidos na decisão de migrar, tendem a retornar às suas origens depois da aposentadoria para passarem a velhice com os seus familiares, se os migrantes estiverem no local acolhedor na condição de trabalhador (FAZITO, 2005, COSTA, 2007). Contrariamente aos jovens que na perspectiva de Batista *et al* (2017) argumentaram que as possibilidades de retorno neste grupo etário estão associadas à baixa escolaridade, o que contribui para a frustração na expectativa de adquirir melhor renda, emprego e falta de condições de moradia no local de destino, levando-os a decidirem por retornar ao local de nascimento, que pode oferecer melhores oportunidades. Importa referir que o retorno não apenas ocorre devido ao fracasso e ao sucesso econômico no mercado de trabalho no local de destino, mas também estão relacionados com períodos históricos que marcaram diferentes regiões (BATISTA *et al*, 2017), tal como foi o caso de Moçambique a partir do ano de 1992, com o fim do período de guerra civil, mas também pelo próprio ciclo de vida dos migrantes.

De acordo com os gráficos 7A e 7B, os imigrantes de retorno têm um padrão semelhante ao da curva clássica de migração¹², porém com diferentes níveis em cada província, que atesta alta seletividade etária, por apresentar alta concentração em idades específicas (CAMPOS, 2018), entre os grupos de 10-14 a 35-39 anos. Porém, as razões desta concentração de jovens na migração de retorno são diferentes das que levam a tomar a decisão de emigrar, e por outro lado pode-se constatar a ausência de um pico no gráfico em idades mais avançadas, evidenciando o número de retornados idosos, que é insignificante.

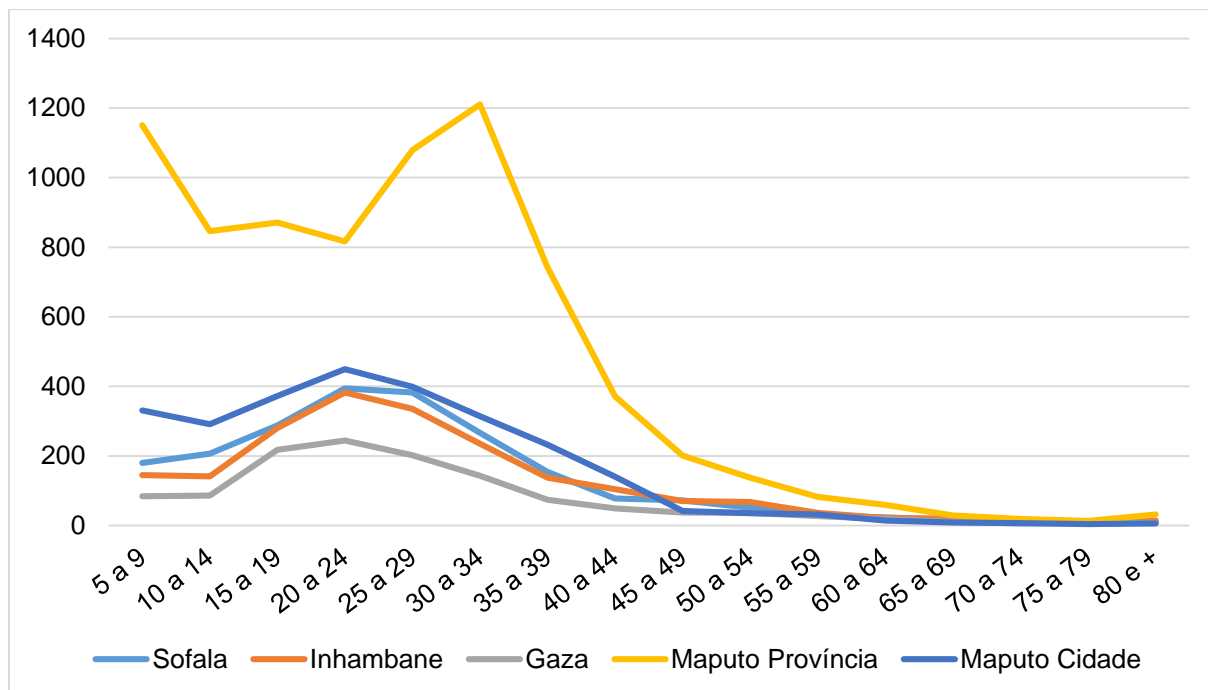
Gráfico 7A Padrão etário dos imigrantes de retorno de data fixa por província, do quinquênio 2012-2017, Moçambique



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo Demográfico 2017.

¹² Curva clássica de migração apresenta um pico elevado em idades produtivas e dois picos menores sendo um em idades jovens com resultado da migração familiar e outro em idades mais velhas como resultado de aposentadoria.

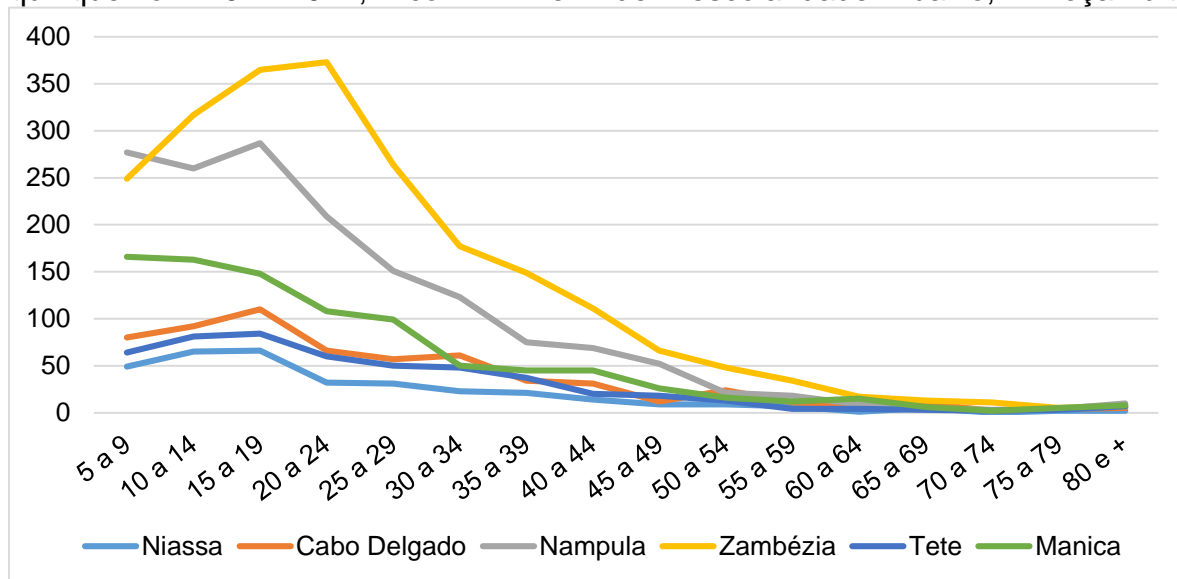
Gráfico 8B Padrão etário dos imigrantes de retorno de data fixa por província, do quinquênio 2012-2017, Moçambique



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo Demográfico 2017.

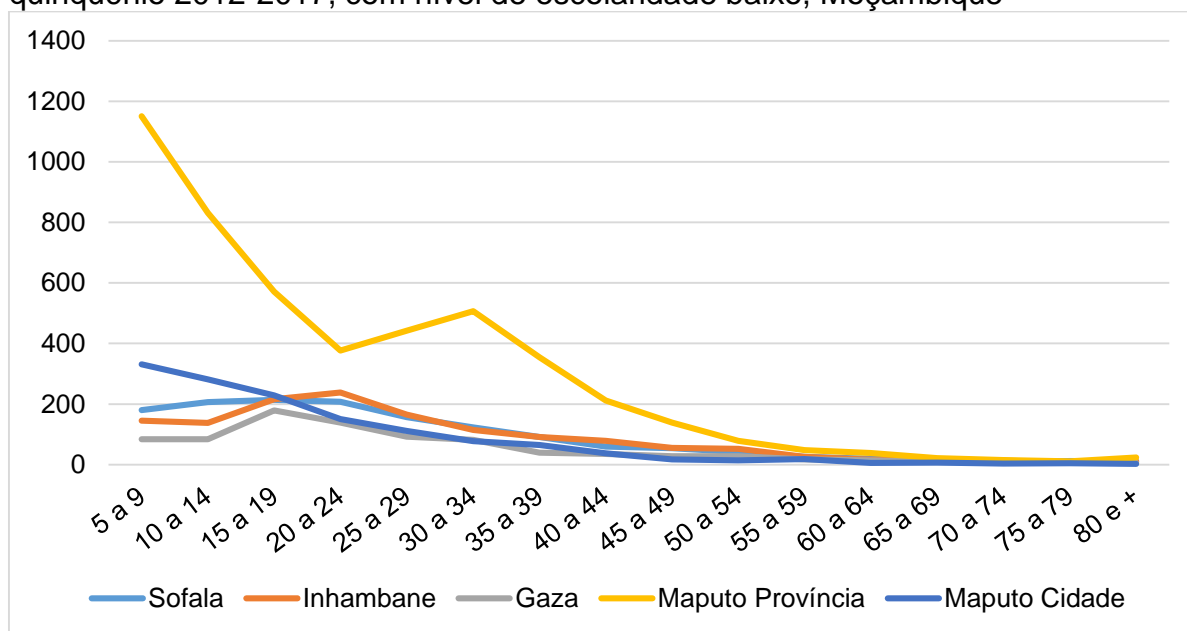
A alta concentração de jovens retornados em Moçambique, no quinquênio de 2012-2017, pode ser explicado pelo insucesso na decisão de migrar, visto que o grupo etário dos retornados apresenta um nível de escolaridade baixo, de acordo com os gráficos 8A e 8B, o que vem a corroborar com os autores Batista *et al* (2017), ao afirmarem que o nível de escolaridade é determinante para o sucesso da integração e inserção na região acolhedora, para o mercado de trabalho e conseqüentemente na possibilidade de melhoria da sua renda. É na mesma perspectiva que Rigotti (2000) afirma que quando o migrante é menos qualificado as chances de retorno são maiores.

Gráfico 9A Padrão etário dos imigrantes de retorno de data fixa por província, do quinquênio 2012-2017, com nível de escolaridade baixo, Moçambique



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo Demográfico 2017.

Gráfico 10B Padrão etário dos imigrantes de retorno de data fixa por província, do quinquênio 2012-2017, com nível de escolaridade baixo, Moçambique



Fonte: Elaboração própria, INE, Censo Demográfico 2017.

A tabela 12 apresenta informação sobre imigrantes retornados internos e internacionais de data fixa de 5 anos, no quinquênio de 2012-2017, incluindo a sua contribuição face ao total de imigrantes. Dos retornados internos, os dados revelam que cerca de 7% dos indivíduos tomaram a decisão de regressar para as suas províncias de origem dentro do quinquênio, com destaque para as províncias de Inhambane e Zambézia, que registaram o maior número de retornados, com cerca de 17% cada uma. Enquanto que os retornados que viviam na diáspora a maior

percentagem de retornados está na província de Maputo, de um total de 6.6% dos imigrantes internacionais de retorno. Importa referir que pelo momento histórico que o país atravessou esta percentagem pode ser considerada insignificante e, comparado ao volume de retornados estimados do quinquênio de 1992-1997, transcorrido 5 anos após o fim da guerra, que foi acompanhado por um processo de retorno de moçambicanos que viviam como refugiados no estrangeiro, assim como internamente em regiões mais seguras diferentes das suas origens (MUANAMOHA; RAIMUNDO, 2018).

Tabela 12 Imigrantes de retorno de Data Fixa, por províncias, Moçambique 2012-2017

Província	Retornados Internos	Imigr. Internos Total %	Retornados internacionais	Imigr. Internacional Total %
Niassa	632	5,5	191	2,3
Cabo Delgado	1.029	6,0	190	5,8
Nampula	2.522	9,9	68	2,4
Zambézia	3.495	16,9	246	3,6
Tete	861	5,0	231	2,2
Manica	1.364	4,3	200	6,4
Sofala	2.172	4,9	153	7,3
Inhambane	2.015	17,3	450	25,1
Gaza	1.252	9,3	473	22,4
Maputo Província	7.661	6,7	1.105	13,3
Maputo Cidade	2.678	4,9	302	5,0
Total	25.681	7,1	3.609	6,6

Fonte: Elaboração própria, INE, Censo Demográfico 2017.

4.2.6.1 Migração de retorno pleno ou de curto prazo

Como foi abordado na seção 4 de metodologia sobre as potencialidades dos quesitos de data fixa, esta que permite o cálculo da migração de retorno de curto prazo. Entende-se por migrante de curto prazo ou de retorno pleno a todos os indivíduos que emigraram e retornaram dentro de um quinquênio, movimento representado pelo diagrama (II) da figura 3 (Batista *et al.*, 2018). Os migrantes pelo quesito duração de residência menor que 5 anos e com idade maior ou igual a 5 anos inclui todos os indivíduos que retornaram dentro do quinquênio, que comparados com migrantes de data fixa de 5 anos devem ser maiores ou igual, visto que este último exclui os retornados antes do fim do intervalo (RIGOTTI, 1999; UNITED NATIONS, 1970). Nessa perspectiva a diferença entre o migrante por duração de residência na condição acima colocada e migrante de data fixa de 5 anos resulta na migração de retorno pleno ou de curta duração. Cabe destacar que só não se saberá sobre sua origem da sua última etapa migratória visto que o censo Moçambicano não dispõe do quesito lugar de última residência anterior.

No quinquênio de 2012-2017 o volume de imigrantes interprovincial de curta duração foi de 62.572 o que corresponde a cerca de 15% do total de imigrantes de duração de residência, destacando-se a província de Tete na região Centro com 2,5% e província de Maputo no Sul com 2,3%, por apresentarem maior intensificação deste

tipo de mobilidade de migração, revelando a existência de movimentos migratórios interprovinciais em períodos curtos de tempo.

Tabela 13 Imigrantes de curto prazo, percentual em relação ao total de imigrante por tempo de residência menor que 5 anos e imigrantes de data fixa 5 anos

Província	Imigrantes por tempo de residência	Imigrantes Data Fixa 5 anos	Retornados de curto prazo	(%) imigrantes de curto prazo em relação a tempo de residência
Niassa	19.809	11.398	8.411	2,0
Cabo Delgado	21.242	17.257	3.985	0,9
Nampula	29.576	25.418	4.158	1,0
Zambézia	28.674	20.680	7.994	1,9
Tete	28.134	17.296	10.838	2,5
Manica	35.472	31.785	3.687	0,9
Sofala	46.999	44.154	2.845	0,7
Inhambane	13.693	11.646	2.047	0,5
Gaza	15.809	13.514	2.295	0,5
Maputo Província	124.575	114.861	9.714	2,3
Maputo Cidade	61.066	54.468	6.598	1,6
Total	425.049	362.477	62.572	14,7

Fonte: Elaboração própria, INE, Censo Demográfico 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a fazer uma análise detalhada sobre os fenômenos migratórios internos e internacionais em Moçambique, a partir dos dados censitários de 2017, constituindo-se a única fonte de dados fidedigna existente para estudos sobre este fenômeno. Tendo em conta que esta temática envolve abordagens multidisciplinares, é importante que se explore o máximo possível as outras fontes existentes sobre migração, como por exemplo, os dados administrativos do Serviço Nacional de Migração (SENAMI), que podem ser usados para análise de migração internacional. Os quesitos sobre movimentos migratórios na história dos censos demográficos em Moçambique têm registrado uma evolução, embora não em padrões de comparabilidade total, com relação aos outros países, que, para além das principais perguntas recomendadas pelas Nações Unidas, apresentam outros quesitos complementares, dada a sua importância no mundo contemporâneo.

Outro aspecto a considerar sobre os quesitos de migração tem a ver com análise de qualidade dos mesmos no processo de coleta de dados. Dada a sua importância e para melhor definição de políticas públicas, é importante que os resultados sobre o fenômeno migratório sejam consistentes, e isso passa por um processo de coleta de dados também consistente. Da análise feita foi constatado que os quesitos referentes à duração de residência, idade não apresentaram inconsistências, ao passo que os quesitos de data fixa de 1 e 5 anos relacionados com unidade geográfica apresentaram inconsistência, a partir do nível de distrito em diante daí a escolha da província como unidade geográfica de estudo.

Em relação à tendência recente sobre a migração e fluxos migratórios, há evidências, que as migrações recentes e quinquenais apresentam quase a mesma tendência, com apenas uma ligeira variação na província de Tete que passou de saldo migratório negativo na migração recente para ganho populacional na migração quinquenal e a província de Niassa com saldo migratório quase nulo, para um ganho de 2.559 pessoas, na migração recente.

No que concerne às características das migrações, constatou-se a predominância da migração feminina entre as províncias da região Sul, e com um perfil etário de migrantes jovens em idade ativa. No geral, em relação ao estado civil há evidências que o padrão migratório em Moçambique é caracterizado por predominância de solteiros e de pessoas em união marital. O diferencial entre

migrantes e não migrantes por nível de escolaridade, destacam-se os migrantes com escolaridade alta, porém os que menos migram. Há evidências de concentração de fluxos migratórios intra-regionais, isto é, maior fluxo migratório entre as províncias da mesma região, o que pode estar associados à desconcentração de investimentos externos e ao clima de segurança que o país vive, que permite a exploração dos recursos naturais distribuídos pelas outras regiões criando assim oportunidade de emprego relativamente à curta distância.

Quanto à migração internacional verificou-se uma diminuição de entrada de imigrantes internacionais no país associada às questões de insegurança que o país vivenciou a partir do ano de 2011, em decorrência do surgimento de ondas de raptos e sequestros, e o ressurgimento de instabilidade político-militar na zona central do país, constituindo-se como fator de repulsão. Em relação à migração de retorno interno interprovincial e internacional, constatou-se o que de fato as teorias de migração defendem, segundo a qual os retornados têm um padrão etário semelhante à “curva clássica de migração”, que é caracterizada por alta concentração de migrantes de retorno em idade específica, atestando assim alta seletividade etária. Os dados também revelaram a existência de movimentos migratórios de curto prazo ou retorno pleno, que são caracterizados por idas e vindas de indivíduos dentro do quinquênio, com destaque para as províncias de Tete e Maputo com maior intensidade de imigrantes de curto prazo.

Verificou-se ainda, que apesar de os dados do censo não mostrarem as causas e motivações que levaram as pessoas a tomarem decisões de migrar nesse período, pesquisas bibliográficas de teorias de migração ajudaram a compreender o fenômeno, tendo sido constatado que diferentes fatores contribuíram para a atração e repulsão de migrantes em Moçambique. Tratam-se de fatores sociais, econômicos, políticos e climáticos (secas, inundações e ciclones), com maior destaque para o fim da guerra e o crescimento na indústria extrativa de exploração de gás e petróleo, carvão mineral dentre outros, nas regiões Central e Norte do país.

Em função das constatações supracitadas, o Censo Moçambicano, apesar de mostrar evolução dos seus quesitos, seria importante a inclusão do quesito “local de última residência”, visto já existir a “duração de residência”. A combinação destes dois quesitos culminaria com o surgimento do quesito de última etapa, o que representaria um ganho nos estudos aprofundados das etapas migratórias, visto que é frequente a

ocorrência de migração por etapas. Outrossim, a grande mobilidade que o país tem registrado, conjugado com o processo de requalificação das áreas administrativas, cria oportunidades, não só para estudos sobre a mobilidade no contexto de mudança de residência, mas também para estudos sobre deslocamentos por motivo de trabalho ou de estudo (mobilidade pendular). Não menos importante seria a inclusão do quesito que capta a emigração internacional, visto ser um fenômeno que caracteriza a população moçambicana com destaque para as províncias da região Sul. Relativamente ao processo de coleta de dados, é importante em pesquisas futuras acautelar que estes sejam coletados com melhor qualidade, e estejam desagregados até o nível mais baixo das unidades geográficas, de modo a permitir estudos mais detalhados para se compreender as dinâmicas migratórias ao nível de distritos, localidades, cidades ou vilas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGY, Aleia R. *et al.* **MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS PARA ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE GRANDES PROJECTOS**. Maputo: Publix Edições, 2018. 141 p.
- ALBERTO, Bebito M.. **ENTRE O SILÊNCIO E O “LUCRO”**: um estudo sobre a onda de sequestros nas cidades de maputo e matola, em moçambique, período de 2011-2013. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- ALFEU, Maria. **Influência da migração para a África do sul no desenvolvimento sócio-económico e nas características demográficas do distrito de Massinga**. 2001.
- ALVES, Jorge F.. **Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista**. Porto: edição de autor, 1993.
- ARANGO, Joaquin. Las “Leys de las migraciones”. De E. G. Ravenstein cien años después. In: **Revista Española de Investigaciones sociológicas - REIS**, nº 32. Pp, 7-26. 1985.
- ARANHA, Valmir. J.. **Mobilidade Pendular na Metrópole Paulista**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, p. 96-109, 2005.
- ARAÚJO, Manuel; MUANAMOHA, Ramos C.. Migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul: impacto socioeconómico nas comunidades de origem. **em Língua Portuguesa**, p. 165, 2011.
- BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória:: um novo olhar para as migrações internas no brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 1, n. 39, p. 77-100, Não é um mês valido! 2012
- BAPTISTA, Emerson A. *et al.*; RETURN MIGRATION IN BRAZIL. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, jan. 2017. ISSN 1984-2201. Available at: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1681>>. Date accessed: 02 dec. 2021. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16010>.
- BELL, Martin *et al.*. **Comparing internal migration between countries: Who Collects What?, The University of Queensland, Queensland Centre for Population Research School of Geography, Planning and Architecture**. Discussion Paper 2003/05, 2003.
- BERICAT, Eduardo. **La integración de los métodos cuantitativo y cualitativo en la investigación social**. Barcelona: Ariel S. A., 1998. 186 p.
- BIEMER, Paul. P.; LIYEBERG, Lars. E. **Introduction to survey quality**. New York: John Wiley & Sons, 2003.
- BOLETIM DA REPUBLICA. Decreto nº 108/2014, de 31 de dezembro de 2014. **Regulamento Que Estabelece O Regime Jurídico Aplicável Aos Cidadão Estrangeiros, Relativo À Entrada, Permanência e Saída do País**. Mocambique : Imprensa Nacional de Mocambique, Disponível em: https://www.mozambique-emb.es/docs/Dec108_2014%20regulameto%20lei%205_93.pdf . Acesso em: 17 jul. 2020.
- BORJAS, G. J. Labor Economics. New York: Mac Graw Hill, 1996.

BORJAS, George. Economic theory and international migration. *International Migration Review*.v. 23, n. 3, Special Silver Anniversary Issue: **International Migration an Assessment for the 90's, autumn, 1989.**

BRZOZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 26, n. 75, p. 137-156, ago. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142012000200009>.

CAMARANO, Ana A.. A demografia e o envelhecimento populacional. **Coimbra AMC (Org.). Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Rio de Janeiro**, 2008. Disponível em: http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_577264946.pdf . Acesso em: 19 set. 2020.

CAMPOS, Marden B. de. Seletividade e migração. **População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil**, v. 1, p. 187-202, 2015.

CAMPOS, Marden. Ciclo de vida, estrutura domiciliar e migração no início do século XXI: o caso da região metropolitana de são paulo. **Cadernos Metrópole**, [s. l], v. 20, n. 41, p. 191-208, jan. 2018. Disponível em: DOI: 10.1590/2236-9996.2018-4109. Acesso em: 3 dez. 2021.

CARVALHO, José A. M. de *et al.* Migrações internacionais no Brasil no período 2005-2010, com ênfase nos efeitos diretos e indiretos da imigração de retorno dos brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, 2018.

CARVALHO, José A. M. de, MACHADO, Cláudio C.. Quesitos sobre migração no Censo Demográfico de 1991. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.9, n.1, p.22-34, jan./jul.1992.

CARVALHO, José A. M. de, RIGOTTI, José. I.R.. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro/RJ, v. 2, n. 15, p. 7-18, 1999.

CARVALHO, José A. M.; GARCIA, Ricardo A. **Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período 1985/1990.** Belo Horizonte: Cedeplar, 2002.

CARVALHO, José A.M. de. Migrações internas : mensuração direta e indireta. **Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, v.43, n.171, p. 549-583, jul./set. 1982.**

CASTIGLIONI, Aurélia H.. Migração: abordagens teóricas. In: **Migração internacional na Pan-Amazônia**, Belém: NAEA/UFPA, 2009, p. 39-57.

CEBOLA, Tomás P.. **Nova Onda de Imigrantes em Tete - Moçambique: O Caso dos Zimbabwianos (2007-2016):**., 2018. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Demografia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS. O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra de Inhambane. Editora UFPE, Série Brasil e África, 2015.
COSTA, C.C.R.C. **A migração de retorno para o estado da Bahia.** 2007, 162 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Tratamento da Informação Espacial, PUC/MG, Belo Horizonte, 2007.

CUBULA, Basílio S.. **TÍTULO Nome completo do Candidato Subtítulo OS ERROS NÃO AMOSTRAIS E OS FATORES DA NÃO-RESPOSTA EM INQUÉRITOS POR AMOSTRAGEM NA CIDADE DE MAPUTO**. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estatística e Gestão de Informação, Isegi, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

DOTA, Ednelson M.; QUEIROZ, Silvana N. de. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 415-430, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n2p415>. Acesso em: 17 out. 2021.

FAZITO, Dimitri. **Dois aspectos fundamentais do “retorno”: símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005, 16p.

FEIJÓ, João; IBRAIMO, Momade. Relações rural-urbano, transferências pessoais e políticas públicas: uma análise a partir de populações na cidade de Maputo. **Desafios para Moçambique**, p. 329-353, 2016.

FERNANDO, Celestino T.. O MARXISMO-LENINISTA E A CONSTRUÇÃO DE ALDEIAS COMUNAIS EM MOÇAMBIQUE ENTRE 1975 A 1990. **Revista Eletrônica Discente do Curso de História**, Rs, v. 4, n. 2, p. 130-147, fev. 2021.

FERNANDO, Celestino T.. OPERAÇÃO PRODUÇÃO: a estratégia de inserir os chamados improdutivos, parasitas e inimigos da revolução no governo de transição em moçambique entre 1975 a 1992. **Especialidades**, Natal, v. 15, n. 1, p. 165-186, set. 2019.

FERREIRA, Vanessa C.. **DEMOGRAFIA DO AFGANISTÃO**: presente e futuro de treze províncias selecionadas. 2021. 396 f. Tese (Doutorado) - Curso de Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Cap. 4.

FOZ, Grupo de. "Mobilidade Espacial e Migração", p. 399 -446. In: **Métodos Demográficos Uma Visão Desde os Países de Língua Portuguesa**. São Paulo: Blucher, 2021. ISBN: 9786555500837, DOI 10.5151/9786555500837-11.

FRANCISCO, Fernando. **Estudo dos Sistemas de Segurança das Fronteiras Estatais em Moçambique face às Novas Ameaças à Segurança Interna**. 2018. 428 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito e Segurança, Instituto de Direito e Segurança, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018. Cap. 6.

FREI, Vanito V. M.. **No país do mano muça, eu sou carvão**: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de nampula. 2017. 412 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

GOLGHER, André. B.. **Os determinantes da migração e diferenciais entre migrantes e não-migrantes em Minas Gerais**. 2001. 187 f. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2001.

HAAS, Hein de. **Migration transitions**: a theoretical and empirical inquiry into the developmental drivers of international migration. Oxford: University Of Oxford, 2010. 41 p.

HANLON, Joseph; SMART, Teresa. **Do Bicycles Equal Development in Mozambique?** Woodbridge, Suffolk: James Currey, 2008.

IMPACTO. **REABILITAÇÃO E EXPANSÃO DO PORTO DE NACALA**: estudo de pré- viabilidade ambiental e definição do âmbito (epda) e termos de referência para o eia. Maputo: Impacto , 2012. 36 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **MANUAL DO RECENSEADOR**: IV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO, 2017. 4 ed. Maputo: Eletronico, 2017. 101 p.

JOÃO, Ângélica; CHONGO, Edith. **Moçambique, 40 anos de Independência**: unidade nacional, paz e progresso. Maputo: Acadêmica, 2015. 60 p.

LEE, Everett S. **A Theory of Migration**. *Demography*. v. 3, n. 1. New York: Springer, 1966, p. 47-57. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2060063?seq=1>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 24, n. 70, p. 17-35, jun. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092009000200002>.

MALOA, Joaquim M.. A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 1-15, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>.

MALTHUS, Thomas R. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

MANUEL, Nélío. A EXPLORAÇÃO MINEIRA E O PROCESSO DE REASSENTAMENTO EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE DAS COMUNIDADES EXPROPRIADAS PELA VALE NO DISTRITO DE NACALA-A-VELHA. **Movimentos Sociais & Dinâmicas Espaciais**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 235-252, jul. 2019.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Migrações Internacionais Contemporâneas. Brasília: **IMDH**, 2005, disponível em <https://www.migrante.org.br/refugiados-e-refugiadas/migracoes-internacionais-contemporaneas/> ; acesso em 10 ago. 2021.

MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. A. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 955-974.

MASSEY, Douglas S. *et al.* Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population And Development Review**, California, v. 19, n. 3, p. 431-466, set. 1993.

MASSEY, Douglas S. *et al.* **Return to Aztlan**: the social process of international migration from western mexico. Berkeley: University Of California Press, 1990. 333 p.

MATOS ,Elmer A. C. de ; MEDEIROS, Rosa M. V.. EXPLORAÇÃO MINEIRA EM MOATIZE, NO CENTRO DE MOÇAMBIQUE: QUE FUTURO PARA AS COMUNIDADES LOCAIS. **Anais do XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRARIA**, Universidade Federal de Uberlândia, 17p, 2012.

MATOS, Elmer A.C. de; MEDEIROS, Rosa M. V.. A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL MOÇAMBICANO RUMO À SOCIALIZAÇÃO DO CAMPO. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 11, n. 15, p. 31-64, jan. 2015. DOI: 10.5418/RA2015.1115.0002

McDONALD, David A. *et al.* The Lives and Times of African Migrants and Immigrants in post-apartheid South Africa. **McDonald D. A: On Borders: Perspectives on International Migration in Southern Africa**, New York, v. 1, n. 1, p. 168-195, jan. 2000.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique, Século XX**. Lisboa: Piaget, 2005. 538 p.

MUANAMOHA, Ramos C.. **Dynamics of undocumented Mozambican labour migration to South Africa** Germany: Verlag Dr. Muller Aktiengesellschaft & Co. KG, 2010.

MUANAMOHA, Ramos C.; RAIMUNDO, Inês M.. Cartografia da migração interna em Moçambique entre 1997 e 2007. **Remhu: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S.L.], v. 26, n. 54, p. 31-59, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880005403>.

NORTE, Gilberto M. **Escolaridade em Moçambique: diferenciais regionais e determinantes, 2003. 2006**. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Demografia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - Ufmg, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MCCR6VTGM2/1/gilberto_mariano_norte.pdf. Acesso em: 3 maio 2021; Acesso em 19 mai. 2020.

NYBERG-SØRENSEN, N. *et al.* The migration-development nexus: evidence and policy options. **International Migration**, v.40, n.5, p.49-71, 2002.

OLIVEIRA, Antônio T. R de. Um panorama da migração internacional a partir do Censo Demográfico de 2010. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana: REMHU**, Brasília, v.21, n. 40, p. 195-210, 2013.

PATARRA, Neide L.. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 23-33, set. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392005000300002>

PATRÍCIO, Gonçalves. **Migração internacional e o processo de desenvolvimento na região norte de Moçambique: estudo de caso da província de Nampula** (Tese de Doutorado em Estudos de Desenvolvimento). Lisboa: Universidade de Lisboa (ISEG), 2015.

PATRÍCIO, Gonçalves. Moçambique: compulsando as migrações internas e internacionais. **InterEspaço Grajaú/MA** v. 2, n. 5 p. 78-101 jan./abr. 2016.

PATRÍCIO, Gonçalves; PEIXOTO, João. Migração forçada na África Subsaariana: alguns subsídios sobre os refugiados em moçambique. **Remhu: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S.L.], v. 26, n. 54, p. 11-30, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-8585250388000540>

PAULO, Rodolfo F.. O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E O CRESCIMENTO POPULACIONAL COMO FATORES GERADORES DO IMPACTO AMBIENTAL. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 173-189, jul. 2011.

PEIXOTO, João. **AS MIGRAÇÕES DOS QUADROS ALTAMENTE QUALIFICADOS EM PORTUGAL**: fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional. 1998. 555 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1998. Cap. 14.

PEREIRA, Danilo M.; SILVA, Gislane S.. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista-BA, v. 1, n. 1, p. 151-174, jan. 2010.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento humano 2020**: a próxima fronteira: o desenvolvimento humano e o antropoceno.. Un Plaza, New York, 10017NY: AGS, 2020. 395 p.

QUEMBO, Carlos. "O poder do poder: Operação produção (1983) e a produção dos 'improdutivos' urbanos no Moçambique pós-colonial" in **Cadernos de História de Moçambique**, 1, pp.65-81, disponível em <https://docplayer.com.br/53693656-O-poder-do-poder-operacao-producao-1983-e-a-producao-dos-improdutivos-urbanos-no-mocambique-pos-colonial.html.pdf>: Acesso em 21 jul. 2021.

RAIMUNDO, Inês M.. **Gender, Choice and Migration: Household Dynamics and Urbanisation in Mozambique** Germany: Verlag Dr. Muller Aktiengesellschaft & Co. KG, 2010.

RAIMUNDO, Inês M.. International Migration Management & Development in Mozambique: What Strategies? **International Migration Review**, Vol.47 (3), 2009.

RAIMUNDO, Inês M.. Migração e HIV/SIDA em Moçambique: desafios da região centro de moçambique. **Geosp - Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 43-55, 2011.

RAIMUNDO, Inês M.; MUANAMOHA, Ramos C.. A dinâmica migratória em Moçambique. In: ARNALDO, Carlos; CAU, Boaventura Manuel (orgs.). **Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique**. Maputo: CEPESA, 2013, p. 157-182.

RAIMUNDO, Inês M.; MUANAMOHA, Ramos C.. A dinâmica migratória em Moçambique. **Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique**. Maputo: CEPESA, p. 157-182, 2013.

RAIMUNDO, Inês. Causas, Consequências e Padrões de Migração Internacional de Moçambique: Questões emergentes no espaço da lusofonia. **Revista Internacional de Língua Portuguesa, Migrações**, AULOP, III série, no. 24, 2011.

Raimundo; Inês M.. Migrações em Moçambique: Reflexões sobre uma Política de Migração. in: **Revista Estudos Moçambicanos**, nº22, 2011a.

Raposo, Isabel. Explosão urbana em África: JANUS 2010 anuário de relações exteriores (pp.184-185), 2010. https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_3_5_3.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

RIGOTTI, José I. R.. Estimativas de saldos e fluxos migratórios a partir do Censo Demográfico de 1991: uma aplicação para as mesorregiões de minas gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 120-140, dez. 2000.

RIGOTTI, José. I. R. **Técnicas de Mensuração das migrações, a partir de dados censitários**. 1999. Tese (Doutorado CEDEPLAR). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

RODRIGUES, Cristina U.. MIGRAÇÃO, MOVIMENTO E URBANIZAÇÃO EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE. **Desafios Para Moçambique 2018**, Maputo, v. 1, n. 1, p. 449-470, 2018.

ROGERS, Andrei ; CASTRO, Luis J.. Model migration schedules. Luxemburg: IASA, 1981. (Research Report, 81-30).

ROGERS, Andrei; CASTRO, Luis J.. Model migration schedules. 1981.

SALIA, Joana. F. V. G. T.. **Saúde sexual e reprodutiva no contexto das migrações em mulheres praticantes de comércio informal transfronteiriço em Moçambique**. 2018. 206 f. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Internacional - Saúde Pública Tropical, Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018.

SANTANA, Cristiane S. de. Produzir como palavra de ordem: a experiência da Operação Produção em Moçambique. **Anais do IV CONGRESSO SEGIPIANO DE HISTORIA & IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTORIA DA ANPUH/SE**, Aracaju, 2014.

SANTOS, Fransuellen P. *et al.* Os determinantes da migração no Brasil: uma análise proibit para os anos de 2004, 2009 e 2014. **Economía, Sociedad y Territorio**, [s. l.], v. , n. 56, p. 107-139, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22136/est20181101>. Acesso em: 17 out. 2021.

SCHMITZ, Guilherme. O.. A MIGRAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO GLOBAL: PROPOSTAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO DEBATE TEÓRICO E CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA UNIFICADA DE PESQUISA. **Boletim de Economia e Política Internacional** , v. 3, p. 87-101, 2015.

SILVA, João G. da; NUNES, Erivelton. S.; QUEIROZ, Silvana. N.. BRASIL: MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL E INTRA-REGIONAL DE RETORNO (1986/91, 1995/00 E 2005/10). **Revista de Desenvolvimento Econômico (Impresso)**, v. 1, p. 192, 2018.

SILVA, João. G.. **Características da mobilidade inter e intramunicipal por motivo de trabalho: Evidências para o Brasil. 2019**. 93f. Dissertação (Mestrado em Demografia-UFRN), 2019.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. 1ª reimpressão.

SJAASTAD, Larry A.. The Costs and returns of human migration. **Journal of political economy**, 70 (5) : 80-93, Oct. 1962. Supplement.

Soares, W.. EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL E TROCAS POPULACIONAIS INTERNAS DE MINAS GERAIS, DE VALADARES E DE IPATINGA, NO DECÊNIO

1981/1991. *Cadernos Do Leste*, (Edição E) 2018. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/13094>

SOTARIA, Geraldo C.. CONTRIBUIÇÃO DO 'CORREDOR DE DESENVOLVIMENTO DA BEIRA' NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DO PORTO DA BEIRA E DO EIXO DE CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIO PORTO DA BEIRA/INCHOPE, MOÇAMBIQUE. *Revista Educamazônia*, Amazonas, v. , n. 2, p. 313-330, dez. 2019. Disponível em: ISSN 2358-1468. Acesso em: 7 dez. 2021.

STAEVIE, Pedro M.. **O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE GAÚCHOS EM RORAIMA**. 2012. 233 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Cap. 6.

TODARO, Michael P.. A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries. *The American Economic Association*, New Haven, v. 59, n. 1, p. 138-148, 1969.

UNITED NATIONS. **Manual VI** : methods of measuring internal migration. United Nations. New York, 1970.

United Nations. **Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses**, Revision 3. Statistical Papers, 67/Rev.3. 2017 Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesM/Series_M67Rev3en.pdf.

VIEIRA, Flávio V.; VERÍSSIMO, Michele P.. Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul. *Economia e sociedade*, v. 18, p. 513-546, 2009.

WELTI, Carlos *et al.* **DEMOGRAFIA I**. México: Celade, 1997. 233 p.

XU-DOEVE, William. The demographic measurement of migration and its adjustment for underenumeration. In: **twenty-fifth international Conference of the International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP), Tours, France**. 2005. p. 18-23. Acessado em: <http://iussp2005.princeton.edu/papers/51594>.